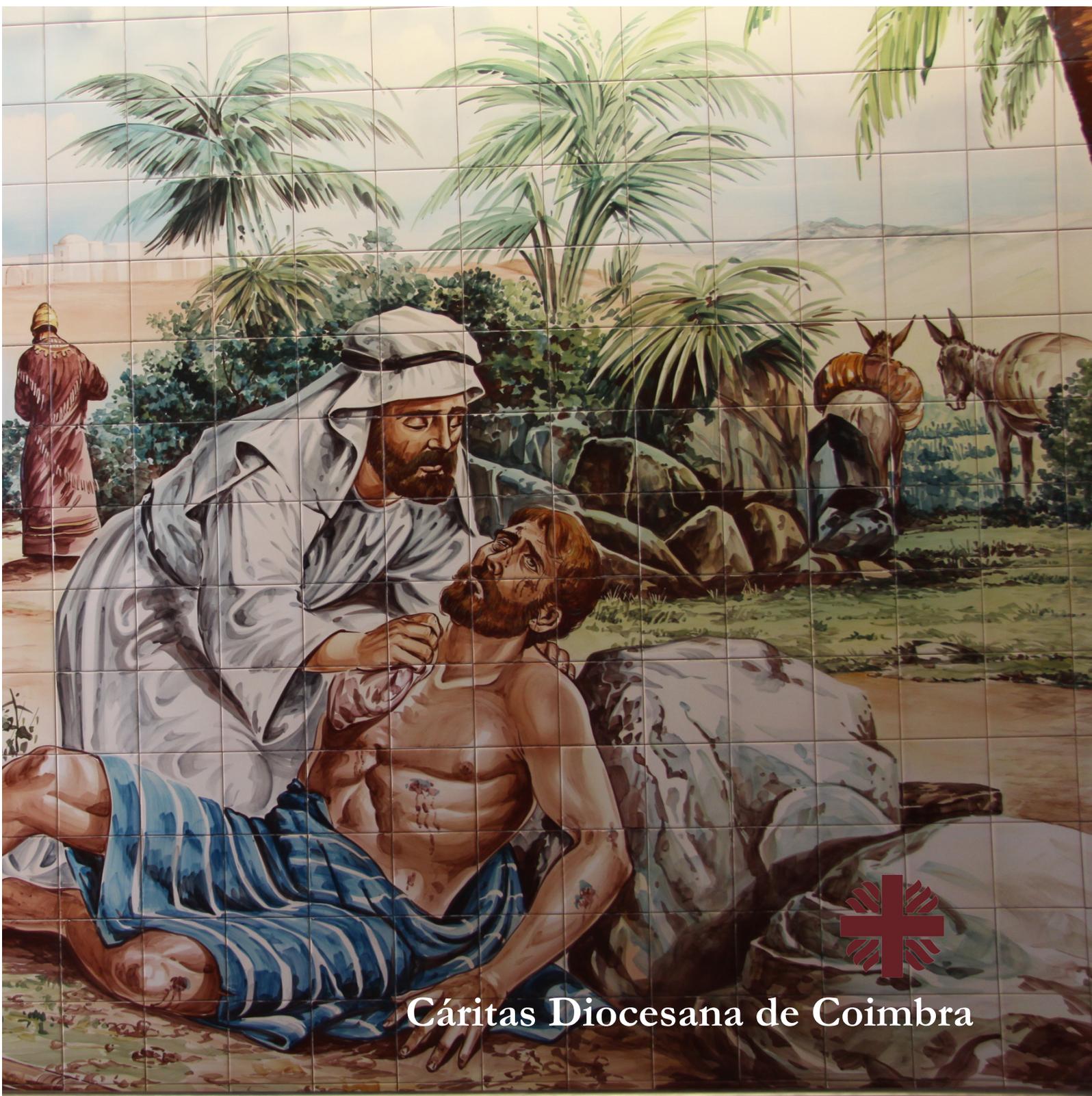


# Pobreza e Desempobrecimento



Caritas Diocesana de Coimbra



**Caritas Diocesana  
de COIMBRA**

**2010 - ANO EUROPEU DO COMBATE  
À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL**



# Pobreza e Desempobrecimento

*Sebenta*

*Primeiro, fraternalmente, aos pobres.*

*Depois, a todos os que,*

*corajosa e insistentemente,*

*lutam contra a pobreza e a exclusão social.*

*Com uma menção de honra aos parceiros,*

*amigos, voluntários, técnicos,*

*utentes (e seus familiares)*

*da Caritas Diocesana de Coimbra.*



## “Quem é o meu próximo?”

*“Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu...” (Lc 10, 29-30)*

A Igreja diocesana de Coimbra, há mais de meio século, encontrou na organização Cáritas a sua mais visível expressão da vivência do espírito do Bom Samaritano, descrito na Parábola de Jesus de Nazaré.

Ver, encher-se de compaixão, aproximar-se, agir e partilhar são as cinco grandes orientações que caracterizam a acção Cáritas.

Em mais de meio século a Cáritas Diocesana de Coimbra fez das estradas de 26 concelhos e 266 paróquias o meio de ligação a cada pessoa, grupo ou comunidade que abraçavam o desafio de estender a mão a quem mais sofre, no desejo de alavancar cada situação pontual ou estrutural, de forma sustentada e permanente.

A “fantasia” evangélica, de colaborar na edificação do Reino, actualiza-se em cada gesto e palavras de ensinamento partilhados nos diferentes serviços espalhados por toda a diocese de Coimbra, em mais de 100 equipamentos ou estruturas de apoio, que vão desde um simples CATL até estruturas que suportam os serviços de várias valências.

A Cáritas assume assim a missão e a responsabilidade de cuidar e acompanhar mais de 6 000 utentes directamente, desde as crianças recém-nascidas, jovens, adultos em situações de vulnerabilidade social, aos idosos dependentes e muito dependentes. Trata-se de uma missão que nasce dos ‘gemidos de dor’ da própria comunidade, da avaliação que sabe ver, que enche de compaixão o coração daqueles que tem por missão decidir e de intervir e os leva a aproximar-se dessa realidade, cruel muitas vezes, agindo e partilhando em prol da mesma. Este impulso evangélico provocou a estrutura actual da Cáritas de Coimbra e continua a provocar para o futuro, no sentido de continuar a ser instrumento nas mãos do Espírito Santo que incarna para servir o irmão mais ‘pequeno e frágil’ do mundo criado.

A Cáritas de Coimbra tem interiorizado que o combate à pobreza e à exclusão social é, no seu essencial, uma luta permanente pelo desempobrecimento daqueles e com aqueles que, por algum motivo ou circunstância, se viram enredados em teias ou amarras que limitam o acesso à vivência dos direitos mais básicos da própria dignidade humana.

Assumindo o princípio da subsidiariedade, a Cáritas procura estar onde outras mãos não chegam ou não podem chegar. É no interior serrano mais profundo, isolado, desertificado e envelhecido, ou no extremo litoral desenraizado que tem vindo a instalar os serviços necessários àqueles que

aí nasceram, viveram e porventura aí hão-de morrer. É junto dos sem-casa, sem-família, sem-comunidade de suporte que a Cáritas tem edificado estruturas de apoio no âmago da cidade de Coimbra. É este o sinal mais evidente da vontade de querer ser uma presença visível e feliz da esperança, do acompanhamento e conforto e de uma acção de proximidade junto daqueles que peregrinam nos caminhos da vida.

Toda esta acção assenta em princípios bebidos no Evangelho, na Doutrina Social da Igreja e na busca incessante de aprender a servir mais e melhor “metendo as mãos na massa”. Essa sabedoria adquirida e acumulada permite-nos chegar a este trabalho que aqui se apresenta.

Esta sebenta é, antes de mais, o fruto/resultado de longos anos de acção pastoral na diocese de Coimbra. Trabalho de uma equipa alargada e liderada por alguém que fomos conhecendo como o “Neves”. O Dr. Carlos Neves, pela sua acção e intervenção, foi traduzindo e personificando o ensinamento daqueles que podemos chamar os princípios fundamentais da acção Cáritas. Falar em “Neves” era pensar em Cáritas e falar em Cáritas era pensar em “Neves”. Este merecido reconhecimento não significa de forma alguma uma exaltação pessoal, pelo contrário, na sua pessoa concretiza-se o reconhecimento de um trabalho de equipa, protagonizado por muitos, ao longo destes anos.

Esperamos que cada palavra, pensamento ou meditação vertida nesta sebenta tenha um proveito excepcional para todos os grupos de acção sócio-caritativa da diocese de Coimbra e das dioceses de Portugal, assim como um primeiro contributo, embora singelo, para uma necessária súmula que é necessária no âmbito prático da intervenção caritativa da Igreja e do mundo.

Que este ano de 2010, dedicado ao combate da pobreza e exclusão social, marcado por muitas iniciativas, seja ainda perpetuado por este instrumento de trabalho/reflexão, tal como foi sonhado e querido.

Um bem-haja a todos os que, pelo seu contributo, tornaram possível concretizar esta tarefa, e um louvor especial aos parceiros directos dos projectos da Cáritas Diocesana de Coimbra aprovados no âmbito das candidaturas ao PNAECPES, enquadrados nas medidas de apoio ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

À protecção da Virgem Maria, Mãe de Deus e Nossa Mãe, confiamos as sementes e os frutos que hão-de ser semeadas e colhidos neste mundo com o horizonte da eternidade.

**Pe. Luís Costa,**  
**Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra**

*Levantou-se, então, um doutor da Lei e perguntou-Lhe, para o experimentar: “Mestre, que hei-de fazer para possuir a vida eterna?” Disse-lhe Jesus: “Que está escrito na Lei? Como lês?”*

*O outro respondeu: “Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças e com todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo.” Disse-lhe Jesus: “Respondeste bem; faz isso e viverás.”*

*Mas ele, querendo justificar a pergunta feita, disse a Jesus: “E quem é o meu próximo?” Tomando a palavra, Jesus respondeu:*

*“Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos dos salteadores que, depois de o despojarem e encherem de pancadas, o abandonaram, deixando-o meio morto. Por coincidência, descia por aquele caminho um sacerdote que, ao vê-lo, passou ao largo. Do mesmo modo, também um levita passou por aquele lugar e, ao vê-lo, passou adiante.*

*Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, encheu-se de compaixão. Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele. No dia seguinte, tirando dois denários, deu-os ao estalajadeiro, dizendo: ‘trata bem dele e, o que gastares a mais, pagar-to-ei quando voltar.’*

*Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores?”*

*Respondeu: “O que usou de misericórdia para com ele.” Jesus retorquiu: “Vai e faz tu também o mesmo.”*

*(Lc 10, 25-37)*

1. Na Europa, 80 milhões de certos homens e certas mulheres, de todas as idades, foram assaltados e deixados meios-mortos à beira do caminho. Talvez mais... Há quem estime 85 milhões. E noutros Continentes, como adiante se verá, a situação ainda é mais dramática.

Havemos de reclamar das autoridades políticas a melhoria das condições de segurança nas estradas, para que se reduza ou elimine o risco de se ser assaltado. Havemos de reclamar das autoridades políticas leis justas para se evitarem os roubos e a selvajaria social. Havemos de reclamar das autoridades políticas condições de educação, de saúde, de habitação, que reduzam os trajectos que levam algumas pessoas a serem salteadores e outras a caírem dramaticamente nas suas mãos. Havemos de reclamar com energia dos poderes políticos o controle dos mecanismos económicos e financeiros, para que a todos chegue o que é devido, segundo critérios de justiça e solidariedade. Não vamos calar a nossa voz nestas exigências.

Do mesmo modo, havemos de questionar e denunciar a atitude e o comportamento dos profissionais de todos os ramos do saber e do fazer que, vendo estes desgraçados caídos à beira da estrada, continuam serenamente o seu caminho como se tudo estivesse conforme à natureza social das coisas. Discutem dezenas de definições, apresentam centenas de relatórios, ilustrados por milhares de gráficos, aureolados dos títulos mais dignos, mas incapazes de desviar um metro do seu caminho, de descer da sua montada, de sujar as mãos, de tocar, de carregar com quem quer que seja. Leremos os seus relatórios e aprenderemos com eles o rigor do pensamento. Mas não deixaremos de condenar veementemente a sua alienação intelectual.

Sim, tudo isso é importante e havemos de fazê-lo com determinação. Mas exactamente na nossa terra, na casa do nosso vizinho, talvez até na nossa família, um desses 80 milhões de assaltados, despojados e feridos precisa da nossa ajuda imediata. Um, não; vários! Desses 80 milhões, 1,8 milhões estará em Portugal. Quase duas pessoas em cada dez. Consequentemente, ou vivemos numa terra muito rica, ou temos entre nós muitos assaltados e feridos meios-mortos à beira do caminho. E esses reclamam a nossa intervenção imediata. A nossa, da Cáritas, das autarquias e serviços públicos locais, das comunidades paroquiais, dos grupos sociocaritativos, das associações e colectividades, das escolas, das empresas locais. É este o nosso nível de intervenção e é nesta perspectiva que esta “Sebenta” foi escrita: ajudar os grupos locais a compreenderem e intervirem ao nível micro, a tratem das feridas a cada desgraçado concreto, com os recursos disponíveis no momento.

**Reivindicar a intervenção política, económica, financeira.**

**Estudar a pobreza, sem deixar de denunciar o estudo pelo estudo.**

**Agir localmente, em rede, sobre cada caso concreto.**

2. Os projectos Verde Pino (Pinhal Interior Norte), PorMorcausa (Baixo Mondego) e Cidadania Inclusiva (concelho de Pombal, no Pinhal Litoral), nos quais se inclui a presente “Sebenta”, Pobreza e Desempobrecimento, apoiados financeiramente pelo Programa Nacional do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (PNAECPES), são projectos promovidos pela Cáritas Diocesana de Coimbra e, como tal, equacionados dentro da visão que a Cáritas tem da pobreza e da sua larga história de combate à mesma.

É essa perspectiva autónoma, mais fundamentada na acção do que na investigação académica, com mais pretensão didáctica do que científica, aquela que aqui trazemos. A “Sebenta” pretende ser uma espécie de recurso, um documento de apoio para todos aqueles que pretendam reflectir sobre a pobreza depois de 2010, não em termos de análise sociológica ou estatística, mas em termos de compreensão das suas manifestações locais e dos caminhos possíveis para um combate próximo. Falamos, a título de exemplo, de turmas escolares, grupos de voluntariado local, grupos de catequese, direcções e funcionários de Instituições Particulares de Solidariedade Social...

Desempobrecimento é um neologismo. A palavra não vem no dicionário. Mas a Cáritas tem insistido neste termo para reforçar que o combate à pobreza deve equacionar não só as questões estruturais, mas as dinâmicas pessoais e sociais que possam ajudar as pessoas empobrecidas a encetarem elas próprias, certamente esteadas nalgum apoio ou estímulo externo, uma caminhada de auto-libertação da pobreza. Como adiante se dirá, sobretudo ao nível das imagens socioculturais da pobreza, é urgente desmontar o círculo fechado das visões pré-científicas ou, mais simplesmente, preconceituosas, sobre os pobres, tanto a partir de quem olha de fora como a partir da sua própria auto-imagem.

A pretensão desta “Sebenta” é simples: focagem da pobreza pela perspectiva pró-activa do “desempobrecimento” como processo, intervindo ao nível micro, segundo a matriz própria da Cáritas - a caridade! -, e a secular proposta metodológica dos evangelhos. O seu objectivo não é de natureza técnico-científica, mas sim de induzir à atitude crítica e de desafio para a acção. Reconhecemos, com certeza, que esta não é uma palavra única sobre a pobreza e o trabalho social a ela dirigido; mas afirmamos que é uma palavra que tem um espaço próprio, insubstituível, e que nos compete a nós, em primeira instância, dar-lhe voz. Para maior proveito, antes de mais, assim o esperamos, dos próprios pobres.

3. A “Sebenta” cobre também uma área de testemunhos. Parceiros, pessoas apanhadas em situações de pobreza e exclusão social,

**Objectivos da Sebenta: segundo a matriz própria da Cáritas**

**– reforçar o combate à pobreza a partir das dinâmicas pessoais e sociolocais**

**– desmontar algumas visões preconceituosas sobre os pobres**

**– induzir à atitude crítica e de desafio para a acção, ao nível local.**

técnicos e pessoas que pensam estes problemas deixam aqui uma palavra que dá rosto humano à pobreza, por vezes bem sofrido tanto do lado de quem precisa de ajuda como do lado de quem se sente quase impotente para ajudar...

4. Quisemos, finalmente, deixar um registo de medidas públicas do Estado português de combate à Pobreza e à Exclusão Social. Para isso contamos com a colaboração do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra.

## Primeiro, o espanto!

Devemos começar por onde começa toda a possibilidade de reflexão e motivação para as respostas pessoais: pelo espanto! Como é possível que hoje, já bem dentro do séc. XXI, com todos os recursos e potencialidades existentes, continuem a morrer todos os dias no mundo, devido à fome ou a doenças relacionadas com a fome, pelo menos 24.000 pessoas?!; destas, 16.000 são crianças! <sup>(1)</sup>

Como é possível?! Este número deveria impressionar-nos! Deveria obrigar-nos a reflectir, deveria obrigar-nos a tomar uma posição; a agir, a avaliar, a lutar em todas as frentes possíveis... Ora o espanto, por mais estranho que pareça, não está nos números da estatística, mas está em que nós continuemos indiferentes e inactivos diante desses números! De que doença estamos possuídos?!

A grandeza dos números, em estatística, tem efeitos perversos. Reconhecemos pelo menos três:

\* retira a dramaticidade humana às situações. A pessoa desaparece para dar lugar apenas a números. Esta frieza matemática inibe em nós a mobilização pela “salvação da pessoa concreta”.

\* a grandeza dos números, em vez de nos incomodar, antes nos apazigua, porque cria uma certa sensação de “normalidade”. Morrer de fome torna-se normal; que de 5 em 5 ou de 6 em 6 segundos uma criança com menos de 10 anos morra de fome ou de doenças relacionadas com a fome, torna-se normal...

\* a grandeza dos números torna-nos infinitamente pequenos: que posso eu fazer para combater eficazmente 24.000 mortes relacionadas com a fome por dia?! Por mais boa vontade que tivesse, é uma tarefa impossível para mim...

E, todavia, jamais combateremos eficazmente a pobreza ao nosso lado, na nossa terra, se não tivermos como intenção um combate sério à pobreza a nível mundial. É que estes números, por serem tão grandes, mostram uma coisa extremamente simples de entender: num mundo com tantos recursos, a persistência de tais níveis de pobreza só pode ser explicada pela injustiça dos sistemas políticos, económicos e financeiros mundiais. Uma injustiça que se traduz, em termos simples, na acumulação de riquezas nas mãos de uns espoliando-as das

**Efeitos “perversos”,  
(porque  
apaziguantes) da  
estatística.**

**A persistência de  
tais níveis de  
pobreza só pode ser  
explicada pela  
injustiça dos  
sistemas políticos,  
económicos e  
financeiros  
mundiais.**

---

(1) - O elementos estatísticos deste capítulo são retirados na sua maioria do filme - “The End of Poverty?” (“O fim da pobreza?”), de Philippe Diaz, EUA, 2008.

mãos de outros, num processo que em vez de retroceder, antes aumenta continuamente. Em 1970, por exemplo, 434 milhões de pessoas sofriam de subnutrição; hoje são 860 milhões...

Do mesmo modo, o fosso entre os países mais ricos e os mais pobres agrava-se a cada ano: em 1820 era de 3 para 1; em 1950, de 35 para 1; e em 1990 de 74 para 1.

É por isso que combater honestamente a pobreza implica combater com a mesma honestidade a acumulação de riqueza. E este combate à acumulação de riqueza põe em causa, de modo imediato, o nosso estilo de vida. Nos Estados Unidos da América vive menos de 5% da população mundial. Mas consomem quase 25% dos recursos e provocam 30% da poluição mundial. Se toda a população mundial tivesse esse nível de vida, seriam precisos mais seis planetas Terra! Mas só há mesmo um! Inversamente, se toda a população mundial vivesse nas condições de Burquina-Faso, bastaria um décimo do planeta terra! O facto é que, mesmo que a população que acumula riqueza seja uma minoria, estima-se que a Terra já tenha ultrapassado em 30% a capacidade de regeneração da biosfera.

Podemos continuar: o 1% das pessoas mais ricas do mundo possui 32% da riqueza do planeta. Os 20% mais pobres do mundo consomem apenas 1,5% do consumo privado mundial total, enquanto os 20% mais ricos consomem 76,6%. Os 20% mais pobres do mundo representam 1 320 milhões de pessoas, das quais 860 milhões passam fome. Em mil milhões de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, 162 milhões sobrevivem com menos de 50 cêntimos por dia. Em África, só durante os anos 90, o número de pessoas que viviam com menos de um dólar por dia subiu de 273 milhões para 328 milhões. Na América Latina, o 1% da população mais rica possui 400 vezes mais rendimentos do que o 1% das pessoas mais pobres. No Brasil, hoje uma das economias mais fortes do mundo, 50 milhões de pessoas passam fome todos os dias. E uma daquelas estatísticas que fica logo no ouvido: a fortuna conjunta das 3 pessoas mais ricas do mundo é superior à riqueza dos 48 países mais pobres!

A situação é gritante. Mas não viemos parar a ela vindos de muito longe. De há pouco mais de 200 anos atrás, praticamente toda a gente era pobre! Desse ponto de vista, o crescimento económico do mundo “ocidental” (Europa, América do Norte, Austrália) foi uma libertação da pobreza que se deve saudar. O problema reside em saber à custa de quê, ou de quem, esse crescimento foi e continua a ser feito. E basicamente foi feito à custa doutros povos, espoliando as suas riquezas e desestruturando as suas economias naturais para impor economias que beneficiam o Norte, quase sempre por mecanismos de corrupção

**Combater honestamente a pobreza implica combater com a mesma honestidade a acumulação de riqueza.**

**Colonialismo e neo-colonialismo.**

política ou pela força das armas. Das minas de Potosi, na actual Bolívia, entre 1503 e 1660, foram trazidos para a Europa, através da Espanha, 16 milhões de quilos de prata! Três vezes mais que o valor total das reservas europeias. E em Portugal todos ouvimos falar do ouro do Brasil. No Quênia, no fim da época colonial, 1% dos brancos possuía cerca de 50% das terras cultiváveis...

E hoje ainda, nos nossos dias, a África negra, que é a parte mais pobre do mundo, paga 25.000 dólares por minuto aos credores do Norte! Por cada dólar que o Norte dá de ajuda aos países do Terceiro Mundo recebe destes 13 dólares para pagamento da dívida! Uma dívida contraída segundo modelos de desenvolvimento do Norte, interesses comerciais do Norte e dinheiro que afinal, nem era do Norte... Na verdade, actualmente, é o Sul que financia o Norte num valor de 200 mil milhões de dólares por ano. O comércio favorece igualmente o Norte: de 1960 para cá, o preço das exportações agrícolas do Terceiro Mundo caiu 70% comparado com as importações de produtos manufacturados, sendo sabido que muitos destes países foram sujeitos no tempo colonial a situações de monocultura, com grande dependência dos mercados externos e ritmos de trabalho sazonal internos, que mantêm grande parte da população inactiva durante longos períodos do ano. São números resultantes dos relatórios oficiais de instâncias como a ONU, a OCDE e outras.

Há, evidentemente, perversidades. Na Bolívia, donde foram trazidos para a Europa os tais 16 milhões de quilos de prata, e que foram o capital que permitiu a revolução industrial, chegou a haver no ano 2000 uma lei que privatizava a água, a própria água das chuvas...!, na terceira maior cidade daquele país, em Cochabamba, por imposição do Banco Mundial e do F.M.I., para pagamento da dívida externa... e concessão de mais um empréstimo! Essa lei da água só foi abolida depois de uma autêntica guerra popular, resistindo à própria lei marcial. A concessionária da privatização da água, através de outra empresa intermédia criada para esse fim, era uma poderosíssima empresa da Califórnia, a Bechtel.

À situação de pobreza monetária, podemos somar outras agravantes, que de igual modo nos deveriam espantar: estima-se que 60 a 80 milhões de pessoas ainda vivem em condições semelhantes à escravatura; muitas, talvez pior ainda do que os antigos escravos, porque não sendo “oficialmente escravos” nem sequer têm os cuidados de saúde, alimentação e habitação que tinham os escravos antigos dos seus senhores... Mais de mil milhões de pessoas vivem nos bairros de lata das cidades do Sul... Cerca de 1/3 da população mundial não tem água potável economicamente acessível. Os direitos sobre proprieda-

**Agravantes:  
condições de  
trabalho, de  
habitação de  
salubridade...**

de intelectual privam milhões de pessoas do Terceiro Mundo do acesso a medicamentos... Depois de se ter provocado a falência de inúmeros pequenos agricultores com a liberalização do mercado (em concorrência com produtos fortemente subvencionados por alguns Estados), corre-se agora o risco, com o aumento dos preços dos bens alimentares, de 100 milhões de pessoas mergulharem na pobreza extrema.

Para além de espoliadas das suas riquezas naturais, a África e a América Latina foram esvaziadas da sua população mais robusta, através da escravatura, de doenças novas, da própria guerra; e viram a sua cultura, como modelos económicos colectivistas que permitiam a sua subsistência tranquila, destruída.

Como chegámos aqui? Chegámos aqui através da imposição de um sistema que favorece uns em prejuízo de outros. Apenas isso. Para que conste, reduzir a pobreza e a subnutrição em 50% custaria 20 mil milhões de dólares anuais; as despesas militares anuais dos Estados Unidos ultrapassam os 500 mil milhões de dólares!

Mas, além de termos chegado a esta situação, parece que persistimos em permanecer nela. O principal factor da manutenção e mesmo potenciação das gritantes desigualdades de riqueza parece ser, na opinião de muitos teóricos, a sociedade de consumo. Não por mera opinião, mas por leitura dos números. Basta perceber que um décimo dos gastos com publicidade no mundo seria suficiente para dar uma vida digna a toda a gente! Segundo os estudiosos, um cidadão dos Estados Unidos hoje vê, em média, 3.000 anúncios por dia.

Os produtos estão feitos segundo o modelo económico da “obsolescência programada”, destinados, por durabilidade, moda ou inovação tecnológica acelerada, a serem substituídos no mais curto espaço de tempo, desde a roupa, aos computadores, passando por tudo o que é consumível. É uma questão da menor-durabilidade das coisas e da maior perturbação psicológica de quem tem um produto mais antigo... Com o modelo económico e cultural proposto e imposto pela sociedade de consumo não parece simplesmente possível acabar com a pobreza no mundo. O Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1999 apresentou uma curiosa estatística, depois replicada pelo Relatório da Situação no Mundo de 2004 (com enfoque especial na sociedade de consumo) do Worldwatch Institute, que nos serve de fonte no quadro da página seguinte. Dá para pensar.

Que podemos nós, nas nossas vilas e aldeias, no nosso cantinho, sentindo-nos também tão pobres e impotentes, diante deste imenso drama de 2/3 da humanidade condenados a uma “economia de angústia”?

**Sociedade de consumo: um décimo dos gastos com publicidade no mundo seriam suficientes para dar uma vida digna a toda a gente!**

## Dados do Relatório da Situação do Mundo 2004

Produto	Gasto anual	Possível objectivo mundial de combate à pobreza	Dinheiro que seria preciso aplicar a mais (do que já se aplica) para atingir esse objectivo
Cosméticos	18 mil milhões de dólares	Saúde reprodutiva das mulheres	12 mil milhões de dólares
Ração de animais de estimação na Europa e EUA	17 mil milhões de dólares	Erradicação da fome e má nutrição	19 mil milhões de dólares
Perfumes	15 mil milhões de dólares	Alfabetização universal	5 mil milhões de dólares
Cruzeiros marítimos	14 mil milhões de dólares	Água potável para todos	10 mil milhões de dólares
Gelados na Europa	11 mil milhões de dólares	Vacinação de todas as crianças	1,3 mil milhões de dólares

Talvez possamos muitas coisas: gerir melhor os nossos consumos, optar por comércio justo sempre que possível, apoiar as instituições que lutam no terreno por criar melhores condições de vida, criar à nossa volta uma cultura de recusa deste estado do mundo, exigir modelos educativos das crianças que favoreçam uma consciência universal e solidária, pressionar as instâncias políticas para que usem o seu poder e a sua influência junto de outras instâncias e países, assinar petições dirigidas ao Conselho Europeu, à ONU, a algum Chefe de Estado relativamente a alguma acção concreta, etc.

Sobretudo, agir em dois sentidos: a) mudar os nossos critérios de vida, pessoal e comunitariamente: viver com mais frugalidade, com mais humildade, com mais voluntariedade social. Se todos, indivíduos, associações, instituições, dermos passos concretos neste sentido, o mundo mudará e será cada dia menos pobre e mais humano; b) pressionar pelos meios que temos (voto, petições, comunicação social...) os poderes políticos e financeiros para uma actuação mais solidária.

**Meios de intervenção diversos.**

**Mudar os critérios de vida e uso eficaz do poder que temos.**

## Pobreza, indicadores e conceitos afins

**Pobreza: privação e falta de rendimentos.**

Para a definição da pobreza - e é esse o conceito com que vamos lidar ao longo desta “Sebenta” - tomamo-la como “privação por falta de rendimentos”, distinguindo, conforme o ensinamento clássico de Bruto da Costa, os dois elementos: a privação e a falta de rendimentos, sabendo que pode haver privação sem que haja falta de rendimentos e que pode haver falta de rendimentos sem que haja privação.

**Limiar de pobreza.**

Mas à hora de identificar os pobres, e em termos operativos, precisamos de critérios mais objectivos. O mais objectivo de todos é a taxa de limiar ou de risco de pobreza, mediante a qual, por exemplo, não existem “guerras políticas” de “esticar” ou “encolher” a sua leitura. O critério para a sua determinação situa-se nos 60% da mediana do rendimento nacional, e é com base neste critério que, por exemplo, todos aceitam a existência de aproximadamente um milhão e oitocentos mil pobres em Portugal. A mediana, recordamos, é dada pelo elemento do meio de uma ordenação contínua entre o menor e o maior de uma determinada população: caricaturalmente, colocando todos os portugueses em fila indiana ordenada segundo os seus rendimentos, a mediana é-nos dada pelo rendimento da pessoa que aparece exactamente no meio da fila. O valor 60% abaixo desse rendimento define a linha da pobreza. Naturalmente, como os que ganham muito são poucos e os que ganham pouco são muitos, essa pessoa que está exactamente no meio ganha pouco (!) e os 60% são mesmo muito pouco.

**Pobreza relativa e pobreza absoluta ou extrema.**

Há depois, ainda, uma importante distinção a fazer entre pobreza relativa e pobreza absoluta, ou extrema, que reflecte a gravidade das situações de pobreza. A pobreza extrema caracteriza-se por falta de recursos necessários à satisfação de necessidades básicas, como alimentação ou higiene. Existem algumas medidas também para esta pobreza extrema, propostas por diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial, segundo as quais encontra-se em pobreza extrema quem tiver rendimento inferior a um dólar, ou um dólar e alguns cêntimos, por dia, sendo que este dólar não é o valor real do dólar americano, mas a paridade de poder de compra no mercado local, com a moeda local, daquilo que nos Estados Unidos se poderá comprar com um dólar.

**A pobreza é uma realidade multidimensional.**

Evidentemente, o critério dos rendimentos económicos é um indicador da pobreza com relativa objectividade, mas todos reconhecemos que a pobreza é uma realidade multidimensional, isto é, que é o resultado da conjugação de várias dimensões da vida. A Cáritas Euro-

pa identifica 8 dimensões da pobreza: recursos financeiros, saúde, integração profissional, educação, integração social, família de origem, condições de habitabilidade, direito de residência. A estas oito dimensões, acrescenta ainda “dimensões suplementares”, nomeadamente psicológica, cultural, ética e espiritual, que crê terem uma influência grande (às vezes, a mais importante) na pobreza. <sup>(1)</sup>

**Conceito multidimensional da Cáritas Europa.**

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010, por seu turno, inclui três grandes indicadores para a pobreza multidimensional: saúde, educação e habitação, considerando diferentes itens dentro destas dimensões. Para a saúde, considera a mortalidade infantil e a nutrição; para a educação, considera os anos de escolaridade (se tem menos de 5 anos) e os anos de abandono/ausência escolar em idade escolar; nas condições de habitação, considera electricidade, água potável, saneamento, piso (terra, areia, mato..., são pobres), combustíveis usados para cozinhar, activos (possuir rádio, televisão, telefone, bicicleta, motorizada). Naturalmente não se vai dizer que uma família é pobre porque não possui um rádio. Trata-se de uma grelha composta por diversos elementos, com uma ponderação já validada, onde uma família é considerada pobre se, e somente se, tiver um índice de privação conjugada dessas dimensões superior a 30%. <sup>(2)</sup>

**Conceito multidimensional do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010.**

Também a União Europeia estabeleceu uma grelha de avaliação multidimensional da pobreza <sup>(3)</sup>, através do seu Comité de Protecção Social, chamada taxa de privação material, onde a pobreza se situa no “constrangimento severo” para “três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamen-

**Conceito multidimensional da União Europeia.**

---

<sup>(1)</sup> - Zero Poverty, Caritas Europa, Bussels, 2010

<sup>(2)</sup> - Sabina Alkire and James Foster, Counting and Multidimensional Poverty Measurement, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), versão pdf em <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>

<sup>(3)</sup> - (INE, em articulação com Eurostat - cit. em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=198&lang=pt>)

te aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.”

**Modelo multidimensional de John Friedman.**

Ao longo deste Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a Cáritas Diocesana de Coimbra seguiu também um modelo multidimensional, o do urbanista e investigador John Friedman <sup>(1)</sup>, de que adiante falaremos mais longamente, e que põe em relevo as pontas por onde pegar para um processo de desempobrecimento a partir de baixo, da família empobrecida: rendimentos, instrumentos, saberes, aptidões, tempo, espaço, redes sociais e organizações da comunidade local. Este modelo não se preocupa tanto com as componentes da pobreza, mas com as condições potenciadoras de um processo de saída progressiva da situação de pobreza.

A Cáritas Europa identifica três condições estruturais necessárias ao desenvolvimento do bem-estar pessoal e social:

\* A possibilidade de cada um poder gerir a sua vida quotidiana e a da sua família (alimentação, casa, saúde, mobilidade e participação na sociedade).

\* A possibilidade de cada um se poder proteger contra os riscos sociais, como o desemprego, a doença, os acidentes e a invalidez.

\* A possibilidade de cada um poder garantir condições de vida em caso de reforma, através de sistemas de segurança social e/ou de poupança para a velhice.

Ainda para a Cáritas Europa (Zero Poverty), estas três fontes de bem-estar social implicam: i) um emprego produtivo remunerado no mercado de trabalho; ii) a solidariedade no seio da família e nas redes de proximidade; iii) a protecção assistencial do Estado-Providência. “As pessoas não tem outra alternativa à pobreza se não estão em condições de ganhar a vida pelo trabalho, a fim de garantir a sua existência e a dos seus dependentes, se a assistência à família não é garantida e se o Estado-Providência oferece uma assistência insuficiente. Deste modo, a situação concreta de bem-estar para o indivíduo é sempre definida pela interacção destas três fontes: o mercado de trabalho, a família e o Estado-Providência”.

**Condições estruturais necessárias ao desenvolvimento do bem-estar pessoal e social e suas implicações.**

---

<sup>(1)</sup> - cfr. intervenção de Helena Roseta sobre “Família e habitação”, Actas da II Semana Social - Família e Solidariedade”, Coimbra, 1 a 4 Dezembro de 1994.

Como se vê, estamos diante duma realidade muito complexa, na definição e medição. O que alguns destes modelos multidimensionais acrescentam verdadeiramente à noção clássica da privação por falta de rendimentos é não tanto a medição das taxas de pobreza, mas a percepção da constituição da pobreza; isto é, ao saber *quantos são* os pobres acrescentamos o saber *como são* os pobres, percebendo que há diferentes modos de estar pobre.

**Perceber quantos são os pobres e como são os pobres.**

Como se isto não fosse suficientemente complicado, deparamo-nos ainda com o uso vulgarizado de um conjunto de conceitos afins à pobreza, nem sempre claros.

Desde logo, o conceito de “exclusão social”. Em si mesmo, é um conceito com possíveis leituras diferentes:

a) Sobretudo por razões políticas, onde pesou particularmente o interesse da Alemanha, entrou inicialmente na linguagem da União Europeia globalmente como sinónimo de problemas sociais graves de inclusão, como por exemplo o desemprego. Tendo os cidadãos de um determinado país um “Rendimento Mínimo Garantido” ou um “Rendimento Social de Inserção” que lhes garanta rendimentos 60% acima da mediana nacional, tecnicamente não podemos dizer que há pobres. Mas pode haver, por exemplo, um alto índice de desemprego, que acarreta um conjunto de outros problemas de integração social. Teríamos aqui, portanto, um problema de “exclusão social”, que deve ser combatido.

**Conceito de exclusão social.**

b) Mais tarde, na linha da tradição britânica, o conceito de “exclusão social” na linguagem política da União Europeia veio a identificar-se muito com a noção de pobreza, tornando-se praticamente indiferente usar um ou outro dos termos.

c) Outra compreensão de “exclusão social”, ligada à tradição francesa, é considerá-la como o extremo de uma caminhada, por pessoas e grupos específicos, que parte da pobreza, passa pela marginalização e acaba nesse extremo, chamado “exclusão”, caracterizado por “múltiplas rupturas, de trabalho, de relações sociais, de família e afecto” (Bruto da Costa). Em Portugal, esta parece ser a aceção mais comum.

d) No contexto do Ano Europeu 2010, nomeadamente pelos critérios de avaliação, parece estar subjacente à designação de “exclusão social” não tanto os pobres ou os grupos no extremo social de um processo de marginalização, mas sobretudo a implicabilidade de potenciar mais fortemente a inclusão para grandes grupos populacionais: o sexo feminino, os deficientes...

## Conceito de novas formas de pobreza.

Interessa, do nosso ponto de vista, não identificar de modo absoluto pobreza com exclusão social, não só por causa da imprecisão que esta expressão tem, mas porque a pobreza será uma forma muito concreta de exclusão, de que não se devem perder duas características fundamentais: situação de carência e situação de falta de recursos, traduzida na expressão, relacional, “carência, por falta de recursos”.<sup>(1)</sup>

Já a expressão “novas formas de pobreza” é muitas vezes associada a alguns problemas sociais graves dos tempos actuais, como desestruturação das comunidades rurais, envelhecimento, desertificação de regiões periféricas ou rurais..., e não raro a problemas sociais graves de índole mais comportamental, como a toxicod dependência. É verdade que este conjunto de problemas sociais graves tem uma relação estreita com a pobreza, mas mais uma vez deve ser evitada a identificação daqueles com esta. Por exemplo, o alcoolismo ou a violência doméstica serão problemas sociais graves, mas não quer dizer que as pessoas atingidas por eles sejam pobres.

Tecnicamente, a expressão “novas formas de pobreza” refere-se à pobreza mesmo, à velha pobreza, como privação de bens necessários ao bom desenvolvimento pessoal e social da pessoa. Aquilo que é novo são as formas como acontece e as pessoas que atinge!

A questão da pobreza, nestas novas formas, pôs-se com grande acuidade de há uns 40 anos para cá. Há relativamente poucos anos, as sociedades eram basicamente pobres (a questão dos sapatos de defunto; ou do proletariado) mas, dentro do conceito de pobreza relativa, a pobreza atingia quase exclusivamente sectores muito bem definidos da população, aqueles sectores que não tinham força de trabalho produtivo: basicamente os idosos (muito as viúvas), os doentes e limitados físicos, e algumas crianças (sobretudo órfãos, até por causa da grande mortalidade masculina precoce).

Melhor ou pior, através das famílias alargadas, dos hospícios e outras formas de beneficência, as sociedades tinham sempre procurado dar uma resposta à pobreza. Nesta resposta, o século XX trouxe uma das maiores conquistas de todos os tempos: a protecção social pelo próprio Estado: subsídios/reformas na velhice, subsídios de nascimento, assistência médica e hospitalar na doença, apoio na educação, apoio económico em caso de desemprego... Foi assim possível

---

<sup>(1)</sup> - Para um estudo sobre a exclusão social pode consultar-se, entre outros, o livro “Exclusões Sociais”, de Bruto da Costa, edição Gradiva, col. cadernos democráticos (coleção da Fundação Mário Soares), 1998.

alguns Estados da Europa atingirem um patamar em que puderam dizer, com relativa verdade, que tinham erradicado a pobreza!

Mas em 1973 os países produtores de petróleo subiram o seu preço muito e muito repentinamente. Isso fez com que muitas empresas não tivessem aguentado o choque, e encerrassem a laboração, mandando para o desemprego muita gente. As empresas que resistiram, investiram no melhoramento da tecnologia, continuando a produzir o mesmo ou até muito mais com menos trabalhadores. O resultado foi – sem quebras de produção, sem quebras de aumento da riqueza global – o desemprego ter disparado. E desde então até hoje, e previsivelmente por muito tempo mais, acabou aquilo que se chamava de pleno emprego, e passou a haver em quase todos os países uma taxa (elevada) de desemprego.

O problema deste desemprego, diferentemente de outras situações anteriores, é que se tornou um desemprego de longa duração. De facto, o desemprego até poderia atingir taxas astronómicas, tipo 80% ou 90%, e não ser grande problema, se fosse só de dois dias! Eram mais dois dias de férias! Mas o desemprego de longa duração (uma taxa de 4%, 5%, 10%, 12% em que a pessoa em idade activa fica mais de um ano desempregada), torna-se um problema humano, social e económico muito grande. E foi isso que aconteceu.

Este desemprego afectou a pobreza a partir de três vias:

1. Pôs em causa a capacidade dos Estados garantirem a tal segurança contra a pobreza. Por um lado, passou a haver menos pessoas a descontar para os fundos de providência (os desempregados deixaram de descontar); por outro lado, havia mais pessoas a ir buscar dinheiro a esses fundos, porque havia muito mais pessoas a receber subsídio de desemprego.

2. Proporcionou um clima de anomia (falta de lei) moral: como os fundos de providência tinham menos dinheiro, passaram a pagar menos subsídio de desemprego; e como os desempregados recebiam menos, procuraram outras formas de “ganhar algum”, desde os biscates de esquina a negócios menos recomendáveis; em todo o caso, aumentou o peso da economia paralela, que mina as próprias economias nacionais.

3. Com pouco dinheiro, com pouca moral (não raro com condenações em tribunal por falta de pagamentos, por exemplo), e sem perspectivas de mudança, muitas pessoas deixaram-se cair na baixa autoestima, desceram delas próprias, deixaram de ir à luta, deixaram de cuidar da sua imagem, perderam competências essenciais para poder voltar a ser readmitidas no mercado de trabalho. O ciclo fecha-se.

Resumindo o que se refere às novas formas de pobreza.

Então, as novas formas de pobreza continuam a ter como referência a questão da escassez de recursos económicos para fazer face às despesas essenciais da vida, mas **são novas nas formas** (insegurança diante do Estado e da sociedade, baixa auto-estima e anomia moral) e **nas pessoas atingidas** (pessoas em plena idade activa e, curiosamente, mesmo pessoas que nunca antes se sonharia que pudessem vir a ser pobres, como foi/é o caso de muitos licenciados). A causa principal destas novas formas de pobreza é o **desemprego de longa duração**.

Outras mudanças sociais, com outras causas, como por exemplo o aumento de famílias monoparentais, contribuíram também para o alargamento do leque destas novas formas de pobreza.

Promoção do emprego.

Do que fica dito, torna-se claro que o combate à pobreza deverá passar antes de mais pela promoção do emprego, ganhando-se com isso não só a redução da pobreza, mas também mais coesão social e, talvez o mais importante, mais auto-estima de cada pessoa concreta.

Todavia, sobram dois problemas significativos:

O primeiro é que, nos moldes da economia tal como a conhecemos neste momento, não há grande margem para o emprego aumentar, a não ser em actividades não imediatamente lucrativas (por exemplo, ambiente, cidadania, etc.), pagas através de impostos sobre actividades lucrativas. Mas quem detém essas actividades lucrativas (tanto gestores, como empregados) não está naturalmente disposto a abdicar dos seus ganhos, nem o poder político parece capaz de impor normas mais severas.

... Mas uma pessoa pode estar empregada e ser pobre.

O segundo problema é que o emprego, por si só, deixou de ser em muitos casos factor de não-empobrecimento. Como os trabalhadores disponíveis são mais do que os necessários, as empresas baixam os salários; e como as empresas têm dificuldade em vender, dado o excesso de produção, vêem-se obrigadas a baixar os preços dos produtos, tendo menos dinheiro para poder pagar melhores salários. Assim, entrámos numa nova forma de pobreza: a da pessoa que está empregada, e que apesar disso é pobre. Por exemplo, no caso acima referido das famílias monoparentais, pode o progenitor (normalmente a mãe) ter até mais do que um emprego para conseguir garantir a subsistência familiar e, apesar disso, ter escassez de dinheiro, porque são empregos muito mal pagos, e ter agravados os problemas de educação familiar por falta de tempo para acompanhar os filhos...

Como se tudo isto não fosse suficientemente complicado, o progressivo domínio mundial do comércio e da tecnologia por grandes

economias emergentes, como a China, coloca não já só os cidadãos, mas os próprios Estados em situação de permanente insegurança.

Sob este ponto de vista, a pobreza, e a ameaça permanente de pobreza, tornou-se o problema fulcral das economias ocidentais, nomeadamente da Europa, que curiosamente julgava já ter dado este problema por erradicado em significativos espaços geográficos do Continente.

**A pobreza tornou-se o problema fulcral das economias ocidentais.**

## A pobreza em Portugal

**A pobreza na Europa é uma pobreza diferente da do resto do mundo.**

Pobreza é sempre pobreza. Mesmo assim, a pobreza na Europa é uma pobreza diferente da do resto do mundo, tanto pelas taxas de incidência, como pelas taxas de severidade, como sobretudo pelas condicionantes estruturais à mesma. Enquanto a pobreza na Europa é uma questão de má distribuição de recursos entre ricos e pobres, a pobreza no resto do mundo é também esta má distribuição, mas globalmente muito mais extrema, acrescida de duas condicionantes incontornáveis: os déficits da balança comercial e o sugadouro da dívida externa.

**Estatísticas sobre a pobreza em Portugal.**

São hoje já abundantes os estudos sobre a pobreza em Portugal, o que nos dispensa de entrarmos aqui pela via dos dados estatísticos sobre a pobreza e sobre as dimensões estruturais conexas à mesma. Um ou dois breves exemplos bastam-nos para dar nota desta realidade. A taxa de privação material em Portugal, em 2008, situava-se nos 17%. A taxa de pobreza, correspondente à proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto inferiores a 60% da mediana nacional, ou seja, com menos de 414€/mes, no mesmo ano, situava-se em 17,9%, correspondendo a um decréscimo de 0,6% em relação ao ano anterior.

**Efeito “amortecedor” das transferências do Estado.**

Mas os estudos, com base nos dados do INE e do EUROSTAT, revelam que se não fossem as transferências do Estado para a solidariedade social, através das diferentes medidas de protecção social, esta taxa subiria para 41,5% (em 2008), o que é um número absolutamente esmagador e revelador da situação portuguesa.

**Provável efeito da “crise”.**

Estes números, referindo-se a 2008, não têm ainda em conta os efeitos da *crise*<sup>(1)</sup> nem se sabe qual o impacto que os diversos planos de austeridade (PEC's..., Orçamento 2011 e seguintes) vão ter sobre a pobreza, de modo directo, e de modo indirecto, por exemplo pela subida da taxa de desemprego. De facto, a par da descida mais ou menos contínua da taxa de pobreza em Portugal nalguns sectores (idosos, mulheres, crianças), esta subiu, para a população desempregada, de 34,6% para 37% entre 2007 e 2008, o que revela uma tendência inquietante.

---

<sup>(1)</sup> - Em entrevista à Revista “Visão” (28 de Outubro a 3 de Novembro de 2010), Alfredo Bruto da Costa estima que a crise tenha gerado 400 mil novos pobres (considerando o limiar de 414 euros mensais de 2008). Estaremos, portanto, já numa taxa de pobreza de 22%, ou seja 2 milhões e duzentos mil pobres em Portugal.

Por outro lado, segundo um estudo coordenado por A. Bruto da Costa <sup>(1)</sup>, e que utiliza 3 fontes distintas, de 1996 a 2001, 46% dos portugueses e 47% dos agregados familiares passaram pela pobreza durante pelo menos 1 ano dos 6 em estudo, e desses, 54% estiveram nessa situação durante 3 ou mais anos, sendo ainda que 15% dos portugueses estiveram em situação de pobreza durante todos os seis anos.

Comparando com a União Europeia a 27, somos o 3º país com a mais elevada taxa de pobreza depois dos impostos e das transferências sociais e o país com o mais elevado índice de desigualdade social (ou ao menos paritariamente a outros dois), onde a média dos rendimentos dos 20% mais ricos é 6,1 vezes superior à média dos 20% mais pobres.

Em boa verdade, em termos estatísticos, o índice de desigualdade social colocado entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres diz muito pouco, agravando-se progressiva e imensamente mais à medida que reduzimos essas percentagens. Em termos sociais, este indicador induz-nos a pensar numa sociedade distorcida e fortemente desmotivada para a produtividade, já que o trabalho de muitos é tão mal remunerado relativamente ao trabalho de uns poucos, que esses muitos tenderão a *ajustar* a produtividade à relatividade dos salários...

Muitos outros problemas, como as assimetrias demográficas e geográficas, emolduram a situação social portuguesa e pesam indelevelmente sobre a situação da pobreza. Para muitos deles há falta de estudos estatísticos, configurando-se não raro esta “ocultação estatística” como instrumento de insensibilidade social e inércia política. Por exemplo, calcula-se que 10% dos portugueses são afectados directa ou indirectamente (famílias) pela deficiência física ou mental, mas são poucos os dados sobre esta problemática.

Portugal participa da sensibilidade europeia às políticas inclusivas, de combate à pobreza e à exclusão social, traduzidas em planos e medidas concretas, que têm ajudado, de facto, a reduzir a taxa de pobreza. Entre esses instrumentos, ganham relevo os “Planos Nacionais de Acção para a Inclusão”, trienais, conhecidos pela sigla de P.N.A.I.. Apesar disso, economistas, sociólogos, políticos e trabalhadores soci-

**Assimetrias demográficas e geográficas.**

**“Ocultação estatística”.**

---

<sup>(1)</sup> - Um olhar sobre a pobreza, vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo, Alfredo Bruto da Costa (coord.), Isabel baptista, Pedro Perista e Pedro Carrilho, ed. Gradiva, Lisboa, 2008.

**“Planos nacionais de acção para a inclusão”, “Estratégia de inclusão activa” (do Conselho Europeu) e “Estratégia Europa 2020”.**

ais são da opinião que estes Planos têm pecado em três pontos fundamentais: na dificuldade em integrarem os diferentes parceiros sociais, como as Autarquias ou as Instituições Particulares de Solidariedade Social; na avaliação, ou ao menos na incorporação dos resultados das avaliações nos novos Planos; e, sobretudo, na falta de um plano estratégico prévio, balizador e “exigidor” de políticas específicas das diferentes áreas de governação em ordem ao seu cumprimento.

Na senda da Recomendação “Para uma estratégia de inclusão activa” do Conselho Europeu de 2008 e da Estratégia Europa 2020, aprovada pelo Conselho Europeu de Junho de 2010, Portugal procura uma inclusão activa dos cidadãos residentes.

A Estratégia de Inclusão activa, de 2008, configura 3 eixos fundamentais

- garantir um mínimo de rendimentos a todos os cidadãos,
- privilegiar o trabalho como factor de inclusão,
- universalidade de acesso a serviços sociais de qualidade.

A Estratégia Europa 2020 aponta para um crescimento da União Europeia, até 2020, que seja “inteligente, sustentável e inclusivo”.

Inteligente, porque pretende a criação de riqueza sobretudo através do conhecimento e da inovação.

Sustentável, porque pretende um crescimento que respeite o ambiente e os recursos disponíveis (sem deixar de ser competitivo).

Inclusivo, porque pretende um crescimento com alto nível de emprego, e grande coesão social e territorial.

Esta “inclusão” quantifica um objectivo relativamente à pobreza: “retirar pelo menos 20 milhões de pessoas de situações de risco de pobreza e de exclusão”.

É um critério muito objectivo, que nos permite pedir contas aos Estados-Membros em 2020. Apesar disso, parece ser um objectivo viciado na vontade política de o fazer cumprir: desde logo, deixa os indicadores de avaliação ao critério dos Estados-Membros e a luta contra a pobreza aparece em último lugar - a última prioridade! - no conjunto dos objectivos elencados em toda a Estratégia.

## Pobreza e igualdade de género

Não superabundam as estatísticas sobre pobreza por sexos, sendo as questões de género tratadas muito mais abundantemente noutras áreas da vida social: família, mercado de trabalho, intervenção política...

De qualquer modo, o relatório “Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal”, do I.N.E. (Outubro 2010), regista uma maior pobreza consistente para as mulheres de 2004 a 2009.

**A pobreza atinge mais as mulheres.**

Também o Relatório sobre o Rendimento e Condições de Vida, de 2008, igualmente do I.N.E., afirma que “o risco de pobreza atinge valores elevados para os agregados constituídos por um adulto que vive sozinho (com 31% de risco de pobreza), por um adulto que vive sozinho com pelo menos uma criança dependente (39%) e por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (32%). No caso dos adultos que vivem sós, as proporções de mulheres e de idosos com rendimentos inferiores à linha de pobreza eram, respectivamente, de 33% e 34%”. Ora, sabendo nós que a taxa bruta de viuvez em 2008 era mais do dobro para o sexo feminino do que para o sexo masculino e que em cada 100 agregados familiares monoparentais (um adulto com filhos a cargo) 90 estão a cargo de mulheres, torna-se claro quanto as mulheres estão sob maior risco de pobreza. Note-se que duas em cada quatro mulheres que encabeçam famílias monoparentais são pobres! E as mulheres viúvas têm mais dificuldade em sair da pobreza do que a média da população pobre!

Leonor Paiva Watson (Jornal de Notícias, 10-03-2010) refere estudos que indicam que a pobreza para as mulheres portuguesas com 65 ou mais anos é de 24%, enquanto nos homens é 19%; “para as mulheres idosas e isoladas a taxa de saída da situação de pobreza é de 60% abaixo da taxa referente à população total; e a sua taxa de entrada mais do que duplica em relação também à população total”.

A mesma jornalista, no J.N. de 15-03-2010, exemplificando diversas causas, refere estudos que indicam que as mulheres migrantes correm riscos acrescidos de caírem na pobreza.

Percebem-se, mesmo empiricamente, algumas causas desta diferenciação. Por exemplo, no estrito campo laboral, é verdade que os níveis remuneratórios entre os dois sexos se têm vindo a aproximar e que nas últimas décadas o número de mulheres empregadas aumen-

**Causas do índice mais elevado de pobreza entre as mulheres.**

tou muito, ultrapassando mesmo a média europeia. Mas mesmo aí persistem desigualdades de rendimentos, não necessariamente por causa das tabelas salariais, mas, por exemplo, por maior dificuldade de progressão na carreira para as mulheres, devido a factores como a maternidade ou a assistência à família. As taxas de trabalho precário e parcial também são mais elevadas para as mulheres.

Outro exemplo: se as mulheres têm índices salariais mais baixos, terão reformas de velhice mais baixas. Mas acresce que muitas das mulheres idosas tiveram também menos tempo de contribuições para os sistemas de protecção social. Menos tempo e “descontos” mais baixos, implicam uma velhice mais empobrecida em relação aos homens.

Os exemplos dados dão para perceber que a pobreza também tem género... Considerando quatro condicionantes clássicas das relações entre os sexos – educação, cultura, trabalho e família – os críticos referem que a legislação laboral e o acesso à educação são neste momento, globalmente, factores positivos de igualdade de género. Mas os outros dois campos, apoio social à família (que permita uma efectiva igualdade no mundo do trabalho) e a mudança cultural em profundidade (que, por exemplo, implique os homens nas tarefas domésticas de modo igualitário) continuam a precisar de um forte investimento interventivo ao nível da sensibilização, informação e, eventualmente, legislação.

Por outro lado - e esse foi um dos pontos que mais trabalhámos com crianças e adolescentes ao longo deste ano, a complementaridade de sensibilidades e saberes, o aumento de capacidades e poderes, a partilha de competências e utopias, acarreta sempre, necessariamente, um enriquecimento global da sociedade e um desempobrecimento progressivo de cada indivíduo ou família, desde logo partindo da consciência da igual dignidade pessoal e social (o igualitaríssimo direito de dizer e de fazer) comum a todos os cidadãos e cidadãs.

**Condicionantes estruturais: educação, cultura, trabalho e família.**

**Ganhos pessoais, familiares e sociais do empoderamento da mulher.**

## Erros e mitigações

Nenhuma leitura da realidade é tão objectiva quanto os números ou as lógicas indutivas parecem fazer crer. Todos nós temos estruturas culturais e mentais nas quais encaixamos a realidade circundante; e quando algo não encaixa bem, tendemos mais a distorcer a realidade do que a questionar os nossos próprios modelos. Em relação à pobreza sobram as imagens “pré-científicas” (Bruto da Costa) que perturbam toda a análise. Ao lado destas, algumas teorias com pretensão científica confundem mais do que ajudam. Da nossa própria experiência de trabalho com grupos comunitários, registamos um conjunto de erros e mitigações que urge clarificar, sob risco de nunca levarmos a sério o combate à pobreza.

**Em relação à pobreza sobram as imagens “pré-científicas” que perturbam toda a análise.**

### **“Na nossa terra já não há pobres”**

A mais comum das mitigações é simplesmente esta: “Na nossa terra já não há pobres”.

É uma maneira de pôr a questão da pobreza que inibe à partida qualquer acção de combate à mesma. Quem combate aquilo que não existe?! Brincando, costumamos responder que então está na altura de acudir aos pobres de outras terras...

Ora esta afirmação comporta consigo alguns deficits bem marcados:

Deficit de atitude motivacional para combater a pobreza.

Deficit de conhecimento da realidade. Normalmente as pessoas sempre acabam por abrir uma excepção para um “caso”, e pegando nesse caso logo se descobrem mais e mais...

Deficit de soluções: pode ser reconhecida a existência de algum “caso”, ou mesmo “alguns casos”, mas – insistem as pessoas – são casos sem solução, casos perdidos, normalidade. Colocá-los num enfoque de “desempobrecimento” é perder tempo para nada...

Deficit de compreensão da pobreza: é claro que as pessoas identificam pobreza com pobreza extrema, e como não vêm casos inequívocos de pobreza extrema, dão por evidente a inexistência de pobres. Mesmo quando confrontadas com “casos” de pessoas que conhecem, que até trabalham e que mesmo assim passam enormes restrições económicas, tendem a embrulhar essas pessoas na “pouca sorte”, na “desgraça”, nos erros de outros familiares, etc., mas recusam-se a incluí-las no conceito de pobres.

**Deficit de motivação, de conhecimento, de atitude e de compreensão.**

## ***Bolsas de pobreza***

**Mitigação de raiz política.**

Esta é outra importante mitigação da pobreza, de raiz política, muito forte já pelos anos 80 e 90, mas que ainda persiste, com outras formulações: “Portugal tem bolsas de pobreza”. Falando em bolsas, subentende-se que o tecido, como tal, não é pobre. Apenas persistem algumas bolsas... Ficaram famosas as “bolsas” do Vale do Ave ou da Península de Setúbal...

## ***Minimizar os efeitos da pobreza***

**Actual e muito perigosa mitigação, também de origem política e eventualmente financeira.**

Expressão também de origem política, está na moda! Para não assumir a falta de vontade ou de capacidade política para combater a pobreza, tende a fazer-nos acreditar que a pobreza é uma fatalidade, ou mais simplesmente, por outras palavras, que é uma normalidade... Sendo uma normalidade que tem consequências sociais gravosas, então a sociedade e os poderes políticos devem agir em ordem a minimizar os seus efeitos..., sem a questionar económica, social e moralmente, e muito menos sem delinear programas de combate inequívoco à mesma.

## ***“Sempre haverá pobres”***

**A frase pretende denunciar a instrumentalização dos pobres para fins que lhes são alheios; o mandamento bíblico é “no meio de ti não haverá pobres”.**

Infelizmente, parece que sim! Mas apenas como dado de observação da realidade. Porque, como afirmação bíblica, onde parece que radica esta certeza, o mandamento é exactamente o contrário: “no meio de ti não haverá pobres” (cfr Dt. 15,4). A própria expressão “pobres sempre os tereis entre vós” é, antes de mais, uma violentíssima acusação de Jesus a Judas Iscariotes de este estar a instrumentalizar os pobres em favor de argumentos que nada tinham a ver com a pobreza, mas com os seus ressentimentos pessoais, já indisfarçáveis. Afinal, a mesma instrumentalização que continuamos a fazer dos pobres para acusar os governos, as igrejas, as instituições, por outras razões bem mais egoístas e inconfessáveis que o amor aos pobres. É apenas isto que está em causa nessa frase: a condenação da instrumentalização dos pobres. E não é pouco! De qualquer modo, mesmo na hipótese de aceitar como “profecia” divina esta frase, sempre teríamos que atender à profunda ironia de D. Manuel Martins: “Certo, Jesus diz que sempre haverá pobres; o que não diz em lado nenhum é que têm de ser sempre os mesmos!”.

## ***Auto-contemplação do trabalho feito***

**Todos os ganhos são bons, mas os ganhos por alcançar continuam enormes!**

A auto-contemplação do trabalho feito é também uma forma de mitigação da realidade da pobreza. É evidente que há avanços no combate à pobreza em muitos campos. Mas a força de colocar o acento no

trabalho feito, omitindo o imenso que falta fazer, gera uma tranquilidade enganadora. Por exemplo, se é verdade que a pobreza desceu 1 ou 2 pontos percentuais em Portugal nos últimos 10 anos, a verdade é que era imperativo ter descido 20 pontos percentuais! Mais do que reclamar os louros dos avanços alcançados é imperativo avaliar os múltiplos bloqueios àquilo que deveria ter sido conseguido e ainda não foi...

### **“Só é pobre quem não quer trabalhar”**

Àquelas mitigações juntamos um conjunto de erros, o mais comum dos quais será a afirmação de que “só é pobre quem não quer trabalhar”. É, de resto, uma crença tão arraigada nas pessoas que dá um argumento fácil a manipulações políticas. Caricaturalmente, se a relação trabalho-pobreza fosse uma relação unívoca e directa, a larguíssima maioria dos nossos idosos muito idosos teria que estar podre de rica, eles que trabalharam nos campos, na pastorícia, na pesca ou nas fábricas desde idades tão novas (8, 9, 10 anos...) e até as forças lhes faltarem...

Caricaturas à parte, os próprios dados desmentem esta ideia: dos pobres em Portugal, só 27% são inactivos. Os outros estão reformados, ou estão inscritos nos centros de emprego, ou... estão a trabalhar! Mais concretamente, 35% dos pobres têm uma actividade profissional, sendo que 30% é por conta de outrem, isto é, são empregados, com contrato de trabalho, estabilidade profissional, etc.; mas, também, com ordenados extremamente baixos para fazerem face às despesas do agregado familiar.

Aliás, são variadíssimos os exemplos de pessoas pobres “que se matam a trabalhar” para poder sobreviver: algumas somando trabalho a mais trabalho, e trabalhos duros, mal remunerados, socialmente pouco considerados, e ainda cuidando da família ou da vida doméstica. A simples afirmação de que só é pobre quem não quer trabalhar é uma violenta e injustificada difamação de muita gente que nos deveria merecer todo o respeito pela própria capacidade de trabalho que mostra.

Evidentemente, haverá sempre casos de pessoas que por motivos diversos preferem não trabalhar e tentar sobreviver com algum tipo de subsídio. Muitas vezes esses casos resolver-se-iam com simples melhoramento dos mecanismos de solidariedade social. Outros sofrem de uma certa cronicidade que, todavia, ainda assim, não nos dá legitimidade moral para os deixar morrer à fome. Em qualquer caso, tais situações não invalidam a falsidade da afirmação de que “só é pobre quem não quer trabalhar”.

**Se a relação trabalho-pobreza fosse uma relação unívoca e directa, a larguíssima maioria dos nossos idosos muito idosos teria que estar podre de rica!**

**35% dos pobres têm uma actividade profissional.**

**A simples afirmação de que só é pobre quem não quer trabalhar é uma violenta e injustificada difamação de muita gente que nos deveria merecer todo o respeito pela própria capacidade de trabalho que mostra.**

### **“A grande pobreza é a falta de cabeça para orientar a vida”**

Esta é uma frase subscrita quase universalmente pelas pessoas, mesmo por muitos técnicos da área social. Tem alguma aparência de fundamentação, na medida em que alude a outros deficits correlativos à pobreza: de instrução, de capacidade de uso adequado de meios e instrumentos ou do próprio dinheiro, de auto-estima e imagem social, etc.

**A afirmação de que “a grande pobreza é a falta de cabeça para orientar a vida” é errónea porque desvincula a pobreza da falta de recursos e é equívoca porque culpabiliza e deprecia os pobres.**

Mas é errónea e equívoca. É errónea, porque desvincula a pobreza da sua matéria mais objectiva, a privação por falta de recursos, para a identificar com um papel social, às vezes contraditório em si mesmo: aqueles que fazem figura de pobres, ou usando mal o dinheiro, ou não resistindo às tentações da roupa de marca, ou alimentando-se mal, ou até estragando coisas boas, etc. É equívoca, porque parece mais preocupada em culpabilizar os próprios pobres pelo seu estado de pobreza do que em questionar as condições sociais que mantêm um largo conjunto de pessoas em situação de carência económica. Quem diz que a grande pobreza é a falta de cabeça para orientar a vida não vai questionar salários, nem as políticas sociais, nem o não cumprimento das obrigações contributivas e fiscais, nem sequer as circunstâncias adversas da vida... que também podem acontecer.

É equívoca ainda, porque tende a ser depreciativa dos pobres, e não raro deixa transparecer uma avaliação rigidamente moralizadora, ainda que nem sempre assumida.

Naturalmente, os deficits correlativos à pobreza a que aludimos acima precisam de ser trabalhados num processo de desempobrecimento, exactamente porque fazem parte intrínseca, estrutural, do problema da pobreza. Devem, por isso, conduzir-nos à própria pobreza como problema a erradicar e não dispersar-nos para rótulos, máscaras ou papéis sociais mal geridos, como parece ser a mentalidade subjacente à afirmação de que a grande pobreza é a falta de cabeça para orientar a vida.

### ***Moralizações: “uma pessoa pode ter muito dinheiro e ser pobre”***

Talvez sim! Ou talvez não! Por norma, quem afirma isto tão dogmaticamente, logo acrescenta que “inversamente, a pessoa pode ter pouco dinheiro e ser rica”. É apenas uma moralização que identifica riqueza com apego e pobreza com desprendimento. Há, aliás, outras moralizações similares, como a de saber se a pobreza evangélica diz respeito à atitude de espírito ou aos bens materiais... Talvez a mais sábia de todas as respostas seja a ironia de alguém: “se for relativa-

mente a mim, é uma pobreza de natureza espiritual; se for em relação a ti, é com certeza de natureza material”.

### **“Para combater a pobreza, é preciso primeiro criar riqueza”**

A afirmação que “para combater a pobreza é preciso primeiro criar riqueza” tem foros de evidência e de ciência. De facto, como vamos distribuir pelas pessoas aquilo que não existe?! Mas não é verdade; pelo menos, não é a verdade toda, nem a parte mais significativa dela.

Os dados dizem que desde a crise de 1994 até 2007 a riqueza no mundo cresceu sempre. E os pobres também (ainda que com redução da pobreza extrema na Ásia). Portanto, não se confirma a consequência de uma redução da pobreza por crescimento da riqueza.

Dizendo que é preciso “primeiro” criar riqueza, supõe-se que sejam os ricos a criá-la para “depois (!)” a distribuir aos pobres. Mas é claro que não: sempre foram os pobres a criar riqueza para os ricos! Se é preciso criar riqueza, que seja criada por todos e distribuída já, agora, por todos. E enquanto não houver riqueza para todos (e previsivelmente não vai haver nunca para suportar níveis de consumo como aqueles que todos sonhamos para nós próprios!), então é preciso primeiro, agora, renunciar à riqueza excessiva que já há nas mãos de alguns e distribuí-la por todos.

De resto, mesmo em termos de teoria económica pura e dura, o crescimento da riqueza tal como o temos é absolutamente questionável. “Crescer por crescer é a lógica da célula cancerosa”, como se diz. O crescimento do PIB não se traduz necessariamente em crescimento de riqueza, e menos ainda em crescimento da qualidade de vida; cada vez mais economistas defendem com rigor e base científica um “decrescimento sustentado” das economias ocidentais.

### **“Não há trabalho por causa dos imigrantes”**

Os imigrantes, os estrangeiros que estão entre nós, a maioria numa situação de grande fragilidade económica, social e afectiva, tornam-se um bode expiatório fácil de todas as nossas incapacidades e frustrações. Nos debates associados à pobreza, ao desemprego, à insegurança, aos comportamentos de risco, etc., lá aparecem sempre os imigrantes como os grandes responsáveis. Basta lembrar o recente caso da França com a expulsão dos ciganos romenos, ou os furores das direitas extremistas da Europa ocidental, Portugal incluído.

Mas também aqui os dados desmentem tais furores. Todas as estatísticas confirmam, por exemplo, que os imigrantes que estão em

**Os dados provam que este argumento é falso.**

**Consultar a obra de Serge Latouche...**

**Também em relação aos imigrantes, mais uma vez os dados desmentem os preconceitos.**

Portugal contribuem mais para o crescimento da riqueza do país e para os sistemas de protecção social do que a despesa que implicam. A nível mundial, desde há 50 anos que a taxa de migrantes dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, proporcionalmente à população, se mantém inalterável!

## Porque esperam “que o Estado resolva tudo?”

Apesar de tudo, havemos de reconhecer que há um conjunto de pobres que parecem dar razão a quem os acusa de serem pobres porque querem: porque são preguiçosos, porque não aproveitam as oportunidades, porque não têm iniciativa, porque preferem viver dos subsídios do Estado...

Certo. Mas aquilo que nós descobrimos à pequena escala no nosso vizinho do lado (o tal pobre preguiçoso e subsídio-dependente), descobriram também as doutrinas da libertação nos países que foram colonizados, nomeadamente na África e América Latina: são países inteiros onde as pessoas parecem preferir não se organizar, não trabalhar, viver na pobreza à espera da ajuda internacional... Muitos cidadãos destes países teriam preferido continuar colonizados do que serem independentes. A colonização dava-lhes a garantia de uma potência exterior que lhes aparece como mais próspera, mais culta, mais desenvolvida, mais inteligente do que a sua própria nação. Contou-nos um velho amigo, missionário em Moçambique, que quando se fez a paz entre a Frelimo e a Renamo, ele incentivava as pessoas da aldeia: - “Coragem, vem aí a paz, isto vai melhorar!”. E perguntou-lhe um dos mais idosos: - “Vêm aí outra vez os portugueses?”. Insiste o missionário: - “Não. Para que precisamos dos portugueses?! Os moçambicanos vão fazer a paz, e depois já podemos cultivar as terras em segurança, a produção vai crescer, vai haver mais riqueza...” - “Ora bolas – respondeu-lhe o velho da aldeia –, sem os portugueses, isso não dá nada”.

As doutrinas da libertação criaram uma palavra para designar esta atitude: **introjecção**. Quer dizer: eu introduzi dentro de mim algo que me é estranho, mas que me domina de tal maneira e com tal abrangência que eu agora penso e actuo como se isso fosse mesmo algo de meu, como se isso fosse a minha própria cultura. Depois de 5 séculos a ouvir dizer que o seu saber não prestava, que a sabedoria portuguesa é que era boa; a ouvir dizer que a sua cultura não prestava, que a cultura portuguesa é que era boa; que as suas crenças religiosas não prestavam, que as portuguesas é que eram boas; que as suas organizações económicas, políticas, jurídicas, sociais não prestavam e que as portuguesas é que eram boas...; e sobretudo 5 séculos depois de lhe ter sido retirado o poder de fazer segundo os seus modelos, para estar submetido à obrigatoriedade de fazer segundo os modelos dos portugueses, ... este chefe (e imensos chefes e não chefes com ele)... sofreram um processo de introjecção: o modo de pensar e de fazer português é que é bom; o seu, não vai levar a lado nenhum!

**Um relato ilustrativo do que a seguir se explicará como introjecção.**

**Introjecção: eu introduzi dentro de mim algo que me é estranho, mas que me domina de tal maneira e com tal abrangência que eu agora penso e actuo como se isso fosse mesmo algo de meu.**

**Aprofunde, se quiser, com o livro “A águia e a galinha”, de Leonardo Boff.**

Porque tratamos os ricos por “senhor” e os pobres por “tu”?!

Também os pobres sofreram este processo em relação aos ricos; e não só durante 5 séculos, mas talvez desde o tempo dos impérios... Na Bíblia, um texto de Ben Sirac, que terá uns 2200 anos, diz assim: «O rico que erra tem numerosos defensores, e se diz disparates, justificam-no. Mas, se o pobre vacila, censuram-no; se falar com sabedoria não fazem caso dele. Se fala o rico, todos se calam, e exaltam até às nuvens as suas palavras. Se fala o pobre, dizem: “Quem é este?” E, se ele tropeçar, fazem-no cair». E ainda hoje, as pessoas tratam os pobres por “tu” e os ricos por “senhor”, por “dona”... Introjectámos, todos nós, que os ricos são mais do que os pobres, mais respeitáveis, mais sábios, mais cultos, mais dignos... Se na nossa terra um rico criar uma empresa, nós acreditamos que essa empresa pode dar resultado; se for um pobre, toda a gente diz que aquilo não vai a lado nenhum!

Não espanta que grande número de pobres não revele iniciativa.

Naturalmente, muitos pobres introjectaram também esta cultura: não vale a pena tomar iniciativas, porque se elas resultassem, já os outros, mais sábios, mais dinâmicos, mais ricos, com mais influência, etc., as tinham tomado. Não espanta que grande número de pobres não revele iniciativa...

Desânimo aprendido: se todas as tentativas resultam em frustração, aprende-se que não vale a pena tentar.

A par deste fenómeno, os psicólogos descobriram um outro a que deram o nome de **desânimo aprendido**. É uma teoria segundo a qual uma pessoa depois de fazer várias tentativas sem êxito para sair duma situação incómoda, aprende que não vale a pena fazer tentativa nenhuma. Esta teoria foi comprovada experimentalmente com ratos. Claro que pessoas não são ratos, mas se os resultados são de frustração em todas as tentativas, por mais diferentes que sejam entre si, é natural que a uma certa altura as pessoas desanimem, não porque são preguiçosas, não porque preferem viver da segurança social, etc., mas porque aprenderam, depois de muitas tentativas falhadas, que não vale a pena tentar, porque sempre sairão frustradas...

O desânimo aprendido explica, por exemplo, muitos casos de pessoas que entram em processo de pobreza depois de perderem o emprego: se fazem uma, duas, três, quatro... tentativas de voltar ao mercado de trabalho e são sempre recusadas ou se iniciam uma actividade e ela não resulta e uma segunda que volta a não resultar, aprendem que não vale a pena tentar...

Apesar de tudo, ao longo deste processo de frustração em frustração, algumas pessoas aprendem que, todavia, há um último reduto onde podem experimentar ainda algum êxito: em ser pobre! Há mais ganhos em ser pobre do que não ser coisa nenhuma. Afinal, para os pobres há serviços de acompanhamento psicossocial, há subsídios

governamentais, há preocupações de associações humanitárias, religiosas... Para quem não é coisa nenhuma, não há nada disso. Para quem sofreu um imenso processo de recusas e tentativas frustradas, ser pobre não se torna uma alternativa a não ser pobre, mas sim uma alternativa à não identidade pessoal, à não-relação social, eventualmente ao suicídio...

Ser pobre torna-se, então, um papel, uma representação num palco de teatro: vestir de um certo modo, tratar o corpo de certa maneira, usar uma certa linguagem, frequentar determinados locais, provocar os outros de determinada maneira... Como actor, o pobre espera dos outros figurantes (de nós) determinados comportamentos e reage desadequadamente se essas expectativas forem traídas. Mas também nós esperamos que os pobres representem bem o seu papel! É por isso que se eles vão tomar o pequeno-almoço na esplanada do café, nós ficamos confusos, irritados, quase agressivos, e descambamos logo a culpabilizá-los pelo seu estado de pobreza! Por outro lado, se as pessoas deixam de representar o papel de pobres (por exemplo, porque passaram a ter algum rendimento) põem em risco relações sociais bem estruturadas e, prudentemente, podem preferir manter o papel..., o que acaba por criar uma desconfiança sobre as próprias pessoas e sobre os sistemas.

Também os estudiosos das ciências sociais referem a desestruturação ou, como agora se diz, a destruturação de pessoas e famílias, isto é, apercebem-se que há um conjunto de factores “estruturais” à vida de um indivíduo e de uma família na sociedade, que não são os factores normalmente apontados (educação, emprego, habitação...) mas que são factores de consolidação da personalidade e das relações interpessoais, como os afectos, os sentimentos adequados, a gestão de emoções, etc., e que, por qualquer razão, faltam ou estão desajustados, alterando coisas como o orgulho no cuidado dos filhos, ou a procura de cuidados médicos pessoais, ou o respeito social e familiar para com os mais velhos, ou a percepção do trabalho como valor de realização pessoal e integração social, etc. É um fenómeno frequente, por exemplo, em famílias que sofrem muito intensamente o efeito do alcoolismo ou das drogas, mas que tende a ser sobretudo um fenómeno inter-geracional, herdado, dado que é moldado particularmente no seio da família.

Fenómenos como a **introjecção cultural**, o **desânimo aprendido**, a **destruturação pessoal e familiar** ou a segurança advinda do exercício de um **papel social esperado**, traduzem globalmente uma **muito baixa auto-estima**. Citando Maria do Rosário Carneiro, “de acordo com numerosos estudos sobre pobreza, com informação divulgada

**Há mais ganhos em ser pobre do que não ser coisa nenhuma! “Ser pobre” torna-se, então, um papel que garanta esses ganhos.**

**Pessoas e famílias destruturadas.**

**Herança inter-geracional.**

**Muito baixa auto-estima, com uma auto-imagem de incompetência e incapacidade.**

através dos euro-barómetros, sabemos que os pobres se consideram, eles próprios, vítimas de azar, da sociedade em geral, incompetentes, incapazes, e esperam que o estado resolva a sua situação de precariedade) <sup>(1)</sup>.

**Fragilização e  
desmobilização.**

Esta auto-imagem de incompetência e incapacidade dos pobres acarreta uma dupla dificuldade: por um lado, fragiliza-os diante dos poderosos que, por leis injustas, comércio desleal, publicidade agressiva, manipulação socioeconómica, etc., os mantêm sob exploração continuada; por outro lado, desmobiliza-os para um processo de desempobrecimento, frustrando muitas das tentativas que pessoas amigas, técnicos, empresários, voluntários, o próprio Estado..., exercem no sentido de os ajudar a encetar este processo.

**O processo de  
desempobrecimento  
é um trabalho longo,  
de gerações, até que  
o pobre possa vir a  
ser sujeito  
consciente e  
autónomo de todos os  
deveres e direitos de  
cidadania.**

Que ilações tirar daqui? Os Grupos tirarão as suas. Por nós, diremos que quem está verdadeiramente empenhado no combate à pobreza, e sabe que esse combate só pode resultar verdadeiramente se os próprios pobres forem co-realizadores do mesmo, deve estar preparado para um longo trabalho, um trabalho de gerações que não se compadece com um qualquer projecto da União Europeia a três, quatro ou cinco anos!; um trabalho longo e profundamente cultural. A libertação da pobreza começa, de algum modo, por ajudar o pobre a libertar-se de um conjunto de atitudes (predisposições aprendidas) e comportamentos; por ajudar o pobre a melhorar a sua auto-imagem e a elevar a sua auto-estima. Para que possa vir a ser sujeito consciente e autónomo de todos os deveres e direitos de cidadania. Como dirá Bruto da Costa, “normalmente pensamos na pobreza como uma situação de falta de recursos e, conseqüentemente, de más condições de vida. A pobreza, de facto, é isso. Melhor, é também isso. Mas também é mais do que isso. É uma situação existencial resultante da interacção entre as características pessoais e condições de vida adversas. Essa situação existencial afecta mais ou menos gravemente consoante os casos as capacidades necessárias para que cada um construa o seu próprio futuro e exerça plenamente a cidadania”. <sup>(2)</sup>

---

<sup>(1)</sup> - Dar voz aos pobres para erradicar a pobreza, ed. Comissão Nacional Justiça e Paz, Lisboa, 2010

<sup>(2)</sup> - Idem

## O enfoque cultural e religioso

A cultura, sobretudo na sua forma ampla de visão do mundo, é um factor estruturante do modo como os poderes se estabelecem e se relacionam no interior de uma sociedade, ainda que também seja um inequívoco produto dos mesmos. E dentre os elementos culturais que marcam esta visão ampla do mundo e simultaneamente os valores e crenças comuns que norteiam os indivíduos, devemos considerar como fundamental as religiões, não só porque corporizam essas crenças, como também porque são cristalizadoras e retransmissoras de determinados valores. Parece, por exemplo, relativamente consensual a influência do hinduísmo na estruturação da sociedade em castas na Índia, mesmo sabendo que na sua origem estiveram factores de poder político, económico e militar.

Ainda que seja discutível a dogmatização do pensamento de Max Weber sobre o desenvolvimento do mundo ocidental, atribuindo a diferença de crescimento económico entre os países da Europa central e do norte em relação aos da Europa meridional fundamentalmente à diferente influência do protestantismo e do catolicismo nestas regiões, havemos de considerar que há, de facto, comportamentos económico-sociais fortemente dependentes das crenças religiosas e das atitudes que elas ensinam. A própria persistência das diversas formas de mutilação genital feminina, que persiste mesmo na ilegalidade, tem raízes culturais e religiosas, estruturantes da diferença de poderes entre os sexos.

Por isso, pensamos que estudar – e pretender ultrapassar – a pobreza fora das mundivisões em que os indivíduos e as comunidades se inserem é abordá-la de modo deficiente e com resultados duvidosos. Esta tese é hoje reconhecida inclusive pelos mais conceituados pensadores marxistas, como Antonio Gramsci. Aliás, curiosamente, o Relatório do Estado do Mundo 2010, do The Worldwatch Institute, é exactamente sobre o papel das culturas (e das religiões) para o equilíbrio entre o consumo e a sustentabilidade. Abordando aqui, portanto, a questão cultural e religiosa, estamos no cerne de uma preocupação dos analistas e estudiosos da situação do mundo na actualidade.

Todas as religiões têm uma visão da pobreza e inculcam nas sociedades valores, atitudes e comportamentos em relação à mesma. Também, por isso mesmo, todos os poderes políticos tentam um controlo das religiões, às vezes um controlo bem apertado, seja pela influência de prestígio, pela manipulação dos seus chefes, ou mesmo pela perseguição, sendo certo que há uma associação muito íntima entre o

**A cultura como factor e produto do modo como os poderes se estabelecem e se relacionam no interior de uma sociedade.**

**Todas as religiões têm uma visão da pobreza e inculcam valores, atitudes e comportamentos em relação à mesma.**

**Ambiguidade de papéis entre a “força revolucionária” e a “força conservadora” presentes nas religiões.**

poder político e os grupos económicos dominantes. Assim, os próprios valores religiosos do desprendimento dos bens do mundo, muito fortes por exemplo no cristianismo, budismo e islamismo, e que originaram perseguições iniciais a estas religiões, foram depois mais ou menos rapidamente apropriados pelas classes dominantes, para serem alterados, manipulados e transformados em factores de alienação social.

Portugal é um país fortemente influenciado pelo cristianismo católico, isto é, por um cristianismo que nunca valorizou grandemente a sede de lucro ou a livre iniciativa de cada um, mas mais qualquer coisa como a ordem, a paz, a harmonia social. Desse ponto de vista, o catolicismo português tem sido acusado de funcionar, ou ter funcionado, como factor de manutenção de uma sociedade com desníveis sociais e económicos muito grandes entre as classes sociais. Por outro lado, sempre houve a partir da própria religião, e sobretudo nos tempos em que a religião teve uma força mais determinante, uma atitude de acolhimento e socorro ao indigente, inclusive exemplos grandiosos de desprendimento dos bens materiais em favor dos pobres, como nos recordar a Rainha Santa Isabel ou o Condestável Nuno Álvares Pereira... Nem deixa de ser curioso notar uma das frases mais típicas em Portugal em relação à Igreja: “afinal, o que é que a Igreja me dá?!” Onde vem esta espécie de “direito natural” a receber – dada – qualquer coisa da Igreja, supostamente na esfera material?! Naturalmente, vem de um hábito histórico-cultural de ver que a Igreja dá, como se o dar fosse mesmo a sua razão de existir.

Nesta ambiguidade de papéis entre a “força revolucionária” e a “força conservadora” presentes nas religiões, importa uma atitude crítica permanente dos próprios crentes, em termos de auto-reflexão e de escuta-diálogo com o mundo.

**Que valores, atitudes e comportamentos em relação à pobreza, podemos esperar ou exigir do catolicismo em Portugal?**

Que valores, atitudes e comportamentos em relação à pobreza, podemos hoje ainda esperar ou exigir do catolicismo em Portugal? A pergunta é importante porque, como acima ficou dito, as relações de força, também em termos económicos, dão-se sempre em “caldos culturais”.

A resposta não é unívoca, antes aparece carregada de ambiguidades, e gera persistentes discussões internas à própria Igreja, o que se explica pela transformação rápida da cultura e da sociedade portuguesas nas últimas décadas. De qualquer modo, existe um corpo doutrinal de princípios e valores, proposto pela doutrina social da Igreja, relativamente bem aceite pelos católicos (e pela sociedade em geral) ao nível teórico, que todavia manifestam uma prática que lhe é globalmente alheia, quando não mesmo contrária.

Sendo a Cáritas uma estrutura religiosa que na sua intervenção pública vincula a Igreja Católica, faz parte da sua verdade intrínseca a afirmação desta sua identidade cultural e religiosa, apresentando a grelha de valores por que se orienta e que promove à sua volta. Esta grelha de valores tem duas fontes fundamentais: o Evangelho e esse corpo doutrinário da Igreja sobre a sociedade.

Nos dois capítulos que se seguem debruçamo-nos sobre estas duas fontes modeladoras da intervenção da Cáritas no combate à pobreza e à exclusão social, sendo que iremos trabalhar a fonte evangélica como a estrutura metodológica característica de toda a intervenção social da Igreja, validada aliás, de algum modo, com outras terminologias, pelas modernas ciências sociais.

**O Evangelho e a Doutrina Social da Igreja são as fontes modeladoras da intervenção da Cáritas no combate à pobreza e à exclusão social.**

## Princípios e valores da Doutrina Social da Igreja

Neste capítulo estruturamos dois valores e cinco princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja.

Os valores são: o primado da dignidade da pessoa humana e o destino universal dos bens.

Os princípios são: a opção preferencial pelos mais pobres, o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade e a gratuidade.

A doutrina da Igreja para a vida em sociedade defende um conjunto de valores e princípios que coincidem em muitos pontos com alguns valores predominantes nas nossas sociedades, mas noutros se afastam significativamente, pelo menos da prática corrente. Para dar o exemplo mais caricato, a competitividade em si, como valor, e que hoje parece ser o valor predominante nas nossas sociedades, não aparece expressa como tal pela doutrina social da Igreja!

É convicção da Cáritas, a todos os seus níveis, internacional, europeu, nacional e diocesano, que o combate mais eficaz à pobreza e à exclusão social passa pela vivência concreta destes valores e princípios, e por isso os apresenta à sociedade em geral, como proposta, e aos crentes, como exigência.

Os dois valores fundamentais sobre os quais assenta toda esta doutrina social são o **primado da dignidade da pessoa humana** e o **destino universal dos bens**.

Quer isto dizer que a bondade ou a maldade de todas as medidas políticas e de todas as estratégias económicas deve ser aferida prioritariamente por estes dois valores-padrão. Para cada postura concreta, no campo político, económico, militar, cultural, etc., desde as mais altas instâncias e poderes mundiais ao mais reduzido lar das nossas aldeias, há sempre duas perguntas a fazer, e a fazer obrigatoriamente, em nome da cidadania comum a todos nós: essa medida ou acção respeita a dignidade da pessoa humana?; essa medida ou acção respeita o destino universal dos bens?

À luz destas duas perguntas, podemos e devemos condenar energeticamente tanto o sistema de comércio mundial que temos, profundamente injusto, como a violência doméstica. São os valores base que tornam relativos todos os outros valores...

Uma questão que deve ser posta com toda a clareza: é possível defender um destes valores sem o outro? E sabendo que é relativamente consensual a defesa do primado da dignidade humana, a pergunta será: é possível defender a dignidade da pessoa humana sem defender o destino universal dos bens? É que essa parece ser uma grande contradição da nossa sociedade, que defende acerrimamente a dignidade da pessoa humana, com a reivindicação de todos os direitos imagináveis inerentes, mas que depois coloca as privatizações de todos os bens comuns privatizáveis ou a maximização dos lucros como valores acima do destino universal dos bens.

Não é possível defender um destes valores sem defender o outro.

Ora, se o destino universal dos bens é um valor padrão, então a propriedade privada, e os benefícios dela decorrentes, é um valor relativo, que deve ser aferido por aquele valor padrão. A Igreja expressa isto dizendo que sobre a propriedade privada pesa uma hipoteca social, de modo que quem usa legitimamente dos bens, o deve fazer como administrador de um bem comum e não como dono exclusivo. Um exemplo imaginário ajuda-nos a compreender o sentido desta hipoteca: recuemos no tempo até uma qualquer aldeia agrícola, onde apenas existisse um automóvel, propriedade do Sr. Antero. Se nessa aldeia um qualquer habitante caísse de uma oliveira e partisse uma perna, era natural que toda a gente considerasse dever do Sr. Antero disponibilizar o automóvel – e gratuitamente! – para conduzir ao hospital aquele que tinha a perna partida. E se o Sr. Antero se recusasse a fazê-lo, pelo simples arbítrio de dono, é natural que toda a aldeia o condenasse. ...Porque toda a aldeia percebia naturalmente a *hipoteca social* sobre aquele automóvel.

Sobre a propriedade privada pesa uma “hipoteca social”.

A cultura predominante na nossa sociedade, modelada pelas elites políticas e económicas, não tem como valor-padrão o destino universal dos bens, mas o máximo lucro pessoal. Como os bens são limitados, mesmo reconhecendo o possível crescimento da economia, a maximização da apropriação dos bens por uns resultará inevitavelmente em redução de bens para outros. Basta reler as estatísticas que apresentámos no início para ver isso preto no branco... Uma intervenção séria de combate à pobreza implica uma cultura e uma prática que respeite inequivocamente aqueles valores.

Destes dois valores radicais, o primado da dignidade humana e o destino universal dos bens, nasce um conjunto de princípios orientadores da intervenção social dos cristãos. À cabeça de todos, **a opção preferencial pelos mais pobres**. Sem considerar outros fundamentos de natureza doutrinária, basta-nos referir que no pobre, em cada pobre concreto, são violados conjuntamente aqueles dois valores-padrão: é espoliado dos bens que lhe eram destinados e é incapacitado de exercer um conjunto de direitos nos quais a dignidade humana se expressa, como, por exemplo, “o direito de satisfazer as necessidades humanas básicas” (Bruto da Costa).

Naturalmente, a opção preferencial pelos pobres é um princípio de actuação e um critério de avaliação. É obrigatório, por exemplo, com base neste princípio, aferir da legitimidade moral de um imposto concreto: beneficia/penaliza preferencialmente os pobres ou os não pobres?

A opção preferencial pelos pobres é um princípio de actuação e um critério de avaliação.

Outro princípio orientador da nossa acção é o do **Bem Comum**. De definição difícil, comporta fundamentalmente o trabalho de todos,

**Trabalho de todos para a máxima humanização de todos.**

grupos e pessoas, para a máxima humanização de todos. Talvez um exemplo, tirado de uma conversa informal, expresse isto melhor. Dizia alguém: “não dou como perdido para o bem do meu filho o tempo que gasto nos compromissos sociais que tenho. Deixar-lhe um mundo melhor, mais do que um conjunto de bens materiais, é também uma boa herança”.

**“Todos somos responsáveis por todos”.**

Um outro princípio de intervenção é o da **solidariedade**, entendida como “a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum”, na convicção de que “todos somos responsáveis por todos.” (João Paulo II). Como se vê por esta definição, para o pensamento social da Igreja a solidariedade está intimamente ligada ao bem comum, atrás referido.

**“Determinação firme e perseverante!”**

O elemento constitutivo da solidariedade em si mesma é uma “determinação firme e perseverante”. À luz desta definição, muitas das actuações que por aí correm e que apelam aos valores da solidariedade com a afirmação explícita de que não são “caridadezinha”, de facto muitas vezes nem caridadezinha são...!

O pensamento comum vê a solidariedade como partilha, na consciência de que certo bem que eu tenho, seja material ou imaterial, pode ser posto ao serviço dos outros, sobretudo quando eles se encontram em situação de necessidade. Isto é importante, e deriva dos valores do destino universal dos bens e da primazia da dignidade humana. Infelizmente, esse mesmo “pensamento comum” tende a omitir a pobreza estrutural como objecto da solidariedade, e a canalizar a sua partilha para situações pontuais, e normalmente em momentos pontuais. A caricatura pode ser qualquer coisa como isto: a mesma pessoa que dá com toda a “solidariedade” para o Banco Alimentar, logo condena o Rendimento Social de Inserção! Onde se tocam as múltiplas “campanhas de solidariedade” do Natal e esta “determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum”?!

A Cáritas Diocesana de Coimbra, em consonância aliás com outras instâncias conhecidas, tem vindo a insistir fortemente na afirmação do princípio do bem comum, na convicção de que se este princípio for progressivamente assumido pela sociedade, a própria solidariedade se há-de purificar e os pobres poderão entrar em plena dignidade na mesa da partilha universal.

Cabe aqui, ainda, uma palavra para um princípio clássico da doutrina da Igreja na esfera social: o princípio da **subsidiariedade**, segundo o qual, resumidamente, não deve ser feito por uma esfera de poder superior aquilo que pode ser feito pelas próprias pessoas. Aplicado à intervenção do estado, da sociedade, dos grupos de voluntariado soci-

al, etc., este princípio respeita a liberdade das pessoas, respeita os seus ritmos, respeita e potencia as suas capacidades. Em termos simples, não devemos fazer em vez dos pobres e pelos pobres aquilo que eles podem fazer. A grande questão reside em identificar aquilo que eles podem fazer por si, aquilo que eles podem fazer mediante apoio nosso, e aquilo que eles não podem mesmo fazer, porque as condições de vida, de cultura introjectada e de ambiente lhes impedem, e onde, portanto, se exige a intervenção de um poder superior, ao nível intermédio ou, se ultrapassar novamente a competência deste, ao nível de cúpula. Abre-se aqui, nomeadamente ao nível micro, um grande espaço à negociação, à avaliação, à mudança de planos e estratégias... Ao nível macro, deve por exemplo considerar-se que os modelos de desenvolvimento propostos ou talvez mais impostos aos países do Sul, não respeitando os seus próprios modelos económicos, resultou globalmente em maior empobrecimento deles, e em maior enriquecimento do Norte. Prova-se, mais uma vez, que o não respeito por estes princípios tem sempre como consequência o agravamento da pobreza e que um combate honesto à pobreza implica a sua consideração.

Por último, referimos a **gratuidade**. Não aparecendo como princípio doutrinário “clássico” da intervenção social a favor dos pobres, encarna todavia um dos princípios fundamentais da doutrina evangélica: “recebestes de graça; dai de graça”. Aliás, a lógica da caridade é a gratuidade. Não espanta, por isso, que o actual Papa, Bento XVI, que colocou a palavra “caridade” no título de três dos seus principais documentos doutrinários, tenha assumido a gratuidade como um “princípio” orientador das relações sociais, escrevendo mesmo, na sua última Carta Encíclica “Cáritas in veritate” que “o desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao *princípio da gratuidade* como expressão de fraternidade” (nº 34).

A gratuidade evoca a nossa condição comum de devedores, mais do que de mercedores. Em rigor, que méritos tenho eu em não ter nascido numa família pobre, em não ter nascido num país de miséria, em não ter sido impossibilitado de estudar?! Na sociedade portuguesa actual, em que ordenados fabulosos se justificam pelo mérito, vale a pena reflectir a que tipo de mérito se referem, e se tal mérito não foi pago na sua ascensão pelos impostos de todos, nomeadamente dos mais pobres!; se tal mérito não é, afinal, apenas uma dívida!

Terminamos este capítulo com uma “caricatura”. Certa perita publicitária desenvolveu e implantou todo um conjunto de técnicas para obrigar os pais a satisfazerem os caprichos consumistas das crian-

**Respeitar a liberdade das pessoas, os seus ritmos, as suas capacidades.**

**“O desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao *princípio da gratuidade* como expressão de fraternidade”. (Bento XVI).**

**A gratuidade evoca a nossa condição comum de devedores.**

ças, na base do “pedinchar”. Quando alguém lhe perguntou se ela não punha reservas morais a esse tipo de actuação, a resposta foi: “Reservas morais?!; Porquê?!; Por estar a fazer bem o meu trabalho?!”. Ao juízo de quem quiser julgar...

Por nós, é claro: há dois padrões aí! O combate à pobreza implica a opção por um deles!, pelo da primazia da dignidade humana e do destino universal dos bens! É por esta fractura que o machado corta.

## A metodologia de intervenção própria da Cáritas

É importante distinguir as técnicas de intervenção da metodologia de intervenção. As técnicas devem ser as mais eficientes e eficazes, à luz do saber e instrumentos mais actualizados, mas são só um recurso de um dos momentos da metodologia de intervenção proposta pela Cáritas, e que aurimos da prática da caridade da Igreja primitiva. É Lucas quem, repetidamente (parábola do Bom samaritano; parábola do Filho Pródigo; ressurreição do filho da viúva de Naím), melhor sintetiza essa metodologia em cinco momentos:

**Ver**

**Encher-se de compaixão**

**Aproximar-se**

**Agir**

**Dar**

A parábola do Bom samaritano (Lc 10, 25-37) encontra-se no início da Sebenta, e vai conduzir-nos nesta reflexão. Diz Lucas que um samaritano ao **ver** um certo despojado e ferido à beira do caminho, **se encheu de compaixão, se aproximou, tratou-lhe as feridas, e deu** dois denários ao estalajadeiro onde o alojou. Do mesmo modo, na história do filho que esturrou a herança por longes terras e regressa agora a casa para pedir ao pai trabalho como serviçal (Lc 15, 11-32), diz Lucas que ainda ele vinha longe quando o pai o **viu**, e **enchendo-se de compaixão, correu ao seu encontro, abraçou-o, e deu-lhe** roupa, sandálias, um anel e uma festa. Em outro texto, ainda de Lucas (Lc 7, 11-15), Jesus chega a uma terra chamada Naím e encontra um grande alvoroço; era o funeral do filho único de uma viúva. Jesus **vendo-a, compadeceu-se dela, aproximou-se** do caixão, **ordenou** “levantate” ao defunto (que reviveu) e **entregou-o** à sua mãe. Nesta última narrativa, vale a pena reter isto: Jesus não pede à mulher/viúva/mãe nada em troca, absolutamente nada. O seu gesto é absoluta compaixão por uma mulher condenada a morrer à fome, numa sociedade onde os bens dependem totalmente dos homens (varões) e onde ela fica sem marido nem filho que lhe possa valer.

Pois bem, é esta mesma metodologia de Lucas que é proposta à Cáritas e aos outros agentes de acção social da Igreja pela Conferência Episcopal Portuguesa, no nº 19 da sua Instrução Pastoral “A Acção Social da Igreja”, de 1997, sob a designação de “momentos constitutivo-metodológicos” da pastoral social.

Pode seguir conosco a parábola do Bom samaritano, indo ao início da Sebenta (pág. 5).

Momentos metodológicos da pastoral social:

- ver
- amar
- aproximar-se
- agir
- partilhar.

Textos de Lucas ilustrativos desta metodologia.

Metodologia apresentada pela Conferência Episcopal Portuguesa.

Não é preciso muito para encontrar nas terminologias actuais reflexos destes verbos: análise da realidade/diagnóstico; solidariedade; antropocentralidade; eficácia...

#### a. VER

**Objectivar a realidade e tomar consciência dela.**

**Obstáculos perturbadores à objectivação da realidade: estereótipos, rotina, efeitos perversos das técnicas...**

**Ver** deve traduzir-se, antes de mais, como a tentativa continuada de objectivar a realidade e tomar consciência dela. As duas coisas são muito difíceis. Objectivar a realidade é difícil, porque todos nós temos estruturas mentais, moldadas culturalmente, onde a realidade tende a ser reduzida a estereótipos e às ideias que eu faço sobre ela. Tome-mos como exemplo esta cena: uma qualquer pessoa, que eu não conheço de lado nenhum, bate à minha porta a pedir dinheiro para, supostamente, aviar uma receita médica. E desdobra-me um papel diante dos olhos. Eu percebo logo que se trata duma pequena vigarice, e para me livrar da pessoa o mais rapidamente possível dou-lhe algum dinheiro. A pessoa afasta-se. Acabada esta cena, façamos a mais inocente das perguntas possíveis: eu tenho a certeza absoluta de que aquela pessoa era uma simples “pequena vigarista”, ou será mesmo que estava necessitada urgentemente de dinheiro para aviar uma receita médica? Se ela me estendeu um papel para eu ver e eu me recusei a ver porque “já sei de cor como estas coisas são”, “já conheço de ginjeira este tipo de gente”!

**Confronte também com as “três casos ao acaso” (pág. 70).**

A esta dificuldade de me esvaziar dos meus preconceitos e estereótipos, junta-se outra, não menor, que é a da rotina, e que dificulta eu tomar consciência da realidade. Habitúamo-nos a ver a realidade de uma determinada forma que nos parece “normal”, e por isso não questionável. Sempre vimos certa pessoa alcoolizada. Por isso, quando nos interrogamos sobre o alcoolismo na nossa comunidade, nem sequer nos lembramos dela...; e quando nos lembramos, reduzimo-la a um caso de “coitada”, exclamando qualquer coisa como isto: “Óh! Esse?! Coitado. Já nasceu assim”. É a mesma coisa com os pobres da nossa terra: habituámo-nos a ver que a realidade é assim, e por isso tomamo-la por normal, ficamos incapazes de questionar se não poderia ser de outro modo ou, melhor ainda, se não deveria ser de outro modo.

Porque, à luz da dignidade da pessoa humana, deveria mesmo ser de outro modo.

Temos, felizmente, um conjunto de técnicas para melhorar a nossa visão sobre a realidade, como os documentários, os inquéritos, os estudos estatísticos, etc. Ainda assim, quando eles nos trazem dados

que não encaixam na nossa “visão”, tendemos a não lhes dar grande credibilidade.

Já vimos que as estatísticas, sobretudo quando tratam com números excessivamente grandes, têm também alguns efeitos contraditórios na nossa tomada de consciência sobre a realidade. Mas a falta de estatísticas, a chamada “ocultação estatística”, pode ser igualmente um modo de ocultação da realidade, um impedimento real para a mesma tomada de consciência. Por exemplo, temos poucos dados estatísticos sobre a deficiência mental. E como temos poucos dados estatísticos, ficamos em crer que será um problema menor, eventualmente “pesado” para quem o vive de perto, mas sem peso significativo no tecido social; ou a falta de dados sobre a pobreza nas mulheres imigrantes...

**Ocultação estatística.**

Também a indiferença ou a sobreexposição mediáticas distorcem a nossa visão das coisas: nos últimos tempos tivemos dois exemplos extremos: o Haiti e o Paquistão. Como o Haiti foi sujeito a uma forte sobreexposição mediática, todos ficámos sensíveis ao seu terramoto. Provavelmente as inundações do Paquistão de Julho e Agosto de 2010 foram muito mais violentas e com consequências muito mais graves, mas porque mereceu a indiferença mediática, ninguém ficou sensível.

**Sobreexposição mediática.**

Poderíamos ainda perceber outras distorções da realidade, nomeadamente aquelas que são exercidas por grupos de pressão ou pelo próprio poder político... Porque é que, de repente, todos pensamos que a igualdade de género é que é o grande problema, ou a família, ou as creches?... Inversamente, porque é que os “paraísos fiscais” nunca apareceram como um grande problema político?; ou a subida do preço dos alimentos?

**Grupos de pressão.**

Hoje ouve-se falar numa “visão helicóptérica”, de cima, ao modo de alguém que está num helicóptero e vê a realidade em baixo, toda ao mesmo nível. Uma visão global e onde todas as realidades são encaixadas. Esta perspectiva global é importante, e não devemos desistir de a procurar, porque nos reenvia para as grandes linhas de fundo da nossa intervenção. Todavia, tem um custo: exige-nos formação, aprendizagem e reciclagem de saberes contínuas.

**Visão helicóptérica.**

**Formação contínua.**

Importa não esquecer, finalmente, que a pessoa humana, toda a pessoa humana, é sempre um mistério. Mesmo a mais pobre e desvalida é um mistério. O nosso “ver” cada pessoa concreta deve estar imbuído da humildade, do pudor e da sabedoria que respeita a sua intimidade e o seu mistério.

**Respeitar sempre a pessoa humana.**

Mas fica claro: “longe da vista, longe do coração”. O primeiro passo para o combate à pobreza é ver os pobres, com a máxima consci-

ência de os ver como tal e a máxima objectividade, socorrendo-se das melhores técnicas possíveis.

## **b. ENCHER-SE DE COMPAIXÃO**

A palavra “amor”, é sabido, comporta um enorme manancial de significados. Alguns até de certa sensibilidade mórbida; outros apelando sobretudo à agradabilidade; outros, ainda, de tons espiritualistas, platónicos, desencarnados... Mantendo a palavra “**amar**” como aquela que melhor expressa este segundo tempo metodológico, é importante perceber o pensamento de Lucas, que a traduz pela expressão “encher-se de compaixão”.

“Encher-se de compaixão” é uma forma reflexa: sou eu o sujeito da acção que se exerce sobre mim mesmo! O que Lucas coloca em primeiro lugar não é, pois, uma comoção provocada em mim pela situação do outro, mas a vontade interna de manter afinada a minha sensibilidade para perceber o drama humano que se esconde por detrás dos números, das imagens, das máscaras. Não fico cheio de compaixão por uma “acção” ou “pregação” exterior a mim, mas por sensibilidade interior e paixão pelo bem da humanidade. Ninguém me pode obrigar a “encher-me de compaixão”; apenas eu. É, por isso, o momento decisório, na consciência individual, diante do mundo, da humanidade, da pessoa, do pobre.

**Encher-me de compaixão: o momento decisório, na consciência individual, diante do mundo, da humanidade, da pessoa, do pobre.**

A compaixão, então, não é uma emoção ou comoção passageira; é uma sintonização interna com a dor do outro. É um afinar o coração pelo tom do coração do outro. É assumir o sofrimento do outro como sofrimento próprio, fazer da sua angústia e da sua revolta, angústia e revolta próprias. Não parcialmente, mas totalmente, de modo “cheio”, sem deixar vazios para outras considerações descomprometedoras.

**Sintonização interna com a dor do outro.**

Henrique Pinto, director da revista Cais, cita Jonathan Wolf - “a virtude primordial é o amor, o direito é o último recurso” - para logo acrescentar por palavras suas: “Vivemos num estado de direito porque fora das nossas casas não é possível estabelecermos relações de irmão e irmã e, então, recorreremos ao direito para salvaguardar aquilo que é um direito de todos no interior de uma família. Imaginem se uma família se regesse por questões de direito: não seria família, seria outra coisa qualquer. Imaginem se um pai ou uma mãe respondessem à situação dos seus filhos e vice-versa por questões de direito, dando a cada um aquilo a que tem direito. Seria uma desgraça. O que deve estar atrás da família, dentro dela, governá-la, direccioná-la para onde quer que seja, é o amor. Há pobreza neste país e no mundo porque

**“A virtude primordial é o amor, o direito é o último recurso”.**

deixámos de amar. E quando amamos, amamos pessimamente mal, amamos muito mal”.<sup>(1)</sup>

### c. APROXIMAR-SE

Talvez resida no momento metodológico “**aproximar-se**” a maior causa da ineficácia de tanta energia, disponibilidade e dinheiro aplicados na luta contra a pobreza. E também, provavelmente, a maior dificuldade para um agir eficiente.

Vale a pena determo-nos aqui no contexto dado por Lucas à parábola do Bom samaritano. De facto, esta parábola não foi contada por acaso, ou porque Jesus tivesse acordado um dia predisposto a uns ensinamentos divinos. Ao contrário, a parábola foi provocada por um contexto muito concreto.

Então, diz Lucas que em certa altura se levantou um doutor da lei e fez uma pergunta a Jesus, para o experimentar. Este levantar-se, evidentemente, é mais do que pôr-se de pé, estando sentado. “Levantando-se”, o doutor da lei apenas se colocou diante de Jesus ao nível do auto-conceito que faz de si mesmo: superior! E a pergunta que faz a Jesus não é honesta. É feita para o experimentar. No mínimo, como um professor que examina um aluno de cujos conhecimentos desconfia. Ou talvez, mais insidioso, para desacreditar Jesus diante dos outros ouvintes. De facto, a cena faz supor a existência de um público. A verdade é que a sobranceira deste doutor da lei era de tal modo visível que Jesus apenas se limitou a pô-la a descoberto. Porque a resposta àquela pergunta, em termos bíblicos, era apenas o “abc” primário dos longos anos de estudo e ensino deste doutor: “Amarás ao Senhor, teu Deus,... e ao teu próximo...”. Jesus fica com a situação na mão: é só enfiar a carapuça ao tal doutor - “*então, caro doutor, se sabes a receita tão bem sabida, toma o remédio e salvar-te-ás!*”! Querendo pôr Jesus a ridículo, foi ele quem caiu nessa esparrela: à sua volta os populares mofam...

**Contexto em que a parábola do Bom samaritano foi contada.**

Caído no ridículo, o doutor da lei necessita de arranjar uma saída airosa, precisa de justificar a pergunta feita, dando-lhe uma máscara de seriedade que realmente nunca tinha tido. E justifica a pergunta com outra pergunta: “e quem é o meu próximo?”. Jesus responde-lhe, contan-

---

<sup>(1)</sup> - *in* Dar voz aos pobres para erradicar a pobreza, ed. Comissão Nacional Justiça e Paz, Lisboa, 2010

**A parábola diz  
“quem é o próximo”.**

do a parábola do Bom samaritano. Portanto, o objectivo desta parábola é explicar, na opinião de Jesus de Nazaré, “quem é o próximo”.

**O próximo é aquele  
que se aproxima!**

Todos nós temos mais ou menos arreigada a ideia de que o próximo é aquele que está ao nosso lado e precisa de ajuda. No caso da parábola, seria o desgraçado, ferido e caído à beira da estrada, vítima dos salteadores. O próximo seria... o pobre! Mas Jesus desmonta esta ideia; coloca-a ao contrário: o próximo é aquele que se aproxima! Só existe próximo havendo alguém que se aproxime. O desgraçado já lá estava caído quando passou o sacerdote e o levita, mas como nenhum deles se aproximou, não houve “próximo” nenhum: apenas indiferentes, talvez uns desconfiados, outros ressentidos! Que proximidade pode haver na indiferença, ou na desconfiança e no ressentimento?!

**Aproximar-se é uma  
atitude e um  
comportamento.**

“Aproximar-se”, então, é uma atitude e é um comportamento. Aproximar-se é sempre sair do “sítio” onde me encontro e deslocar-me para o “sítio” onde o outro se encontra. Um antigo costume pode ajudar-nos a perceber a dificuldade deste momento: na Ceia de Natal era um acto muito santo as famílias remediadas convidarem um pobre para a mesa! O momento de *aproximar-se*, todavia, dita que aquilo que deve ser feito é o contrário; levando a sério as exigências intrínsecas deste momento, e exemplificando com o mesmo costume, aquilo que se exige é que na Ceia de Natal eu vá jantar a casa do pobre!

**Confronte com a  
atitude do doutor da  
lei “se levantar”  
para experimentar  
Jesus.**

Mas, vá – que não seja na Ceia de Natal! Que seja noutra ceia qualquer: comer o que ele come, com os mesmos talheres, no mesmo lugar! Quem ama é que se aproxima...

**Ver a realidade pela  
perspectiva do pobre.**

Saindo do sítio onde estou e colocando-me no sítio onde o pobre está, eu passo a ver a realidade a partir da perspectiva dele, sem deixar de ter a minha. Descubro outras causas para a situação dele, outras condicionantes, outras angústias...

**O pobre encontra-se  
num sítio que nos é  
desagradável!  
Pode ser altura de  
ver o testemunho “A  
minha visão da  
pobreza” (José  
Dias), sobretudo a  
parte final (pág. 78).**

A grande dificuldade em “aproximar-me” reside fundamentalmente nisto: o pobre encontra-se num sítio que nos é desagradável! Encontra-se onde o dinheiro é pouco, a informação é escassa, os conhecimentos reduzidos, as relações sociais foscas, o ambiente pesado... A pessoa pobre, enquanto pessoa, estará dotada de algumas, ou mesmo muitas potencialidades ou capacidades em que me é superior; mas enquanto pobre, está sempre num patamar abaixo de mim. E muita gente não pobre, mesmo dando coisas ou promovendo solidariedades festivas, faz questão de deixar claro que vive num patamar diferente. Por isso, aproximar-me significa deslocar-me até ao contexto situacional em que o outro está, mas significa também sempre um *descer* até ao nível económico, social, cultural, em que se encontra.

**“Descer!”**

Supõe-se, nesta descida, evidentemente, uma subida também: mas **solidariamente**: com o pobre, ajudando e sendo ajudado pelo pobre!

**Libertação comum.**

Aproximar-me implica um acto de não juízo moral, de não condenação social, de aceitação do outro como ele é. Aceitar a pessoa como é, não é, evidentemente, aceitar como boa a sua situação social ou como louvável a sua grelha de valores. Pelo contrário, aproximamo-nos da pessoa até à sua situação porque reconhecemos ou cremos que tal situação não a dignifica. Mas aproximar-me implica aceitar que o outro se possa recusar a ter-me por companheiro da sua subida. Ou mesmo que não queira subir. O respeito pela liberdade humana é um absoluto. Mas o primeiro passo para esse respeito, é fazer-me igual a ela! Aproximar-me!

**Aceitar a pessoa do outro e respeitar a sua liberdade.**

#### **d. AGIR**

**Agir** é agir mesmo. Não tem mais nada que saber! Sujar a mãos, correr o risco de fazer mal, mas sempre procurando fazer bem, aceitar ser criticado, avaliar, reorientar a acção em conformidade com a avaliação feita...

**“Sujar as mãos”.**

Deve desde já considerar-se que neste “procurar agir bem” está a humildade de reconhecer que não somos onnipotentes nem omniscientes, e que precisamos de agir conjuntamente com quem sabe coisas diferentes de nós e tem competências específicas que nós não temos. Agir em rede, em cooperação máxima com os outros, é uma exigência do próprio agir bem. Inversamente, compete-nos defender as nossas competências e propor os nossos saberes, porque esse espaço específico da nossa actuação é útil para quem precisa de algum tipo de solidariedade humana. As capelanias religiosas, católicas ou de outras religiões, nos hospitais ou nas prisões, são um bom exemplo disso.

**Não somos onnipotentes nem omniscientes. Agir em rede, sem diluirmos a nossa identidade.**

O momento da acção, do agir, do abrir os braços e as mãos, é o tempo por excelência da técnica. E a técnica deve ser usada com a máxima perfeição. É uma exigência da qualidade na intervenção libertadora do pobre. Agir sem a máxima perfeição técnica possível nas circunstâncias concretas é uma falta ao amor. Se houvesse só técnica, sem ver a pessoa, sem descer ao seu nível, sem a amar, poderíamos acusar tal acção de ser só técnica sem espírito. Porém o erro não estaria no uso da técnica, mas sim e apenas na ausência dos outros “elementos constitutivo-metodológicos” da intervenção. É preciso programar, calendarizar, distribuir tarefas, pedir responsabilidades, enca-

**Agir sem a máxima perfeição técnica possível é uma falta ao amor.**

**Avaliação.**

**Confronte aqui uma avaliação (!) que Jesus faz com os seus discípulos (Mt 16, 13-17).**

**Confronte com as tentações de Jesus (Mt 4, 1-11).**

**Amar a Deus é ser tão totalmente humano quanto é possível ser. Agir junto dos pobres, em nome do amor a Deus ou do amor ao próximo, é agir com a máxima maturidade humana: toda a inteligência, toda a vontade, toda a sensibilidade!**

**Adequar a resposta à necessidade.**

minhar, acompanhar, preencher fichas, fazer relatórios, concorrer a projectos, tudo isso! De todos os momentos do “agir”, permita-se uma palavra específica para a avaliação. Ela faz parte do agir bem. Da avaliação fazem parte as confrontações com os planos, o aferimento da eficácia das estratégias e da eficiência no uso dos recursos, e todas as técnicas correlacionadas com a gestão... Mas é obrigatório também colocar sempre mais quatro perguntas, ao estilo de avaliação contínua: a dignidade da pessoa está a ser posta em primeiro lugar?; que dizem os outros da minha/nossa acção?; que dizemos nós da nossa própria acção?; qual é o grau de “verdade” que há no meu/nosso agir?, (pergunta esta que, para quem crê em Deus, pode ser formulada de outro modo: que diz Deus da minha/nossa acção?).

À luz desta pergunta sobre “a verdade”, ficam por exemplo excluídas “soluções mágicas”, ou soluções corruptas, ou soluções de mero envernizamento..., como o próprio Jesus esteve tentado a seguir! Toda a acção com verdade implica pôr a render o máximo saber, a máxima sensibilidade, a máxima vontade, e mesmo assim poder errar, porque somos limitados e temos saberes e poderes limitados também.

Voltemos ao contexto da parábola do Bom samaritano, onde isto é evidente. A Lei que o doutor cita refere dois caminhos complementares para a salvação: o do amor a Deus e o do amor ao próximo. E o que diz do amor a Deus? Diz que terá que ser com todo o coração, com toda a alma, com todas as forças e com todo o entendimento. Se é todo/a/s, não é “parte”, claro. Amar a Deus com todo o entendimento é mesmo aplicar neste amor toda a inteligência e não só um bocado dela! Do mesmo modo, é aplicar toda a vontade e não só parte dela; toda a alma (que além de espírito é também sonhos, anseios, utopias...) e não só parte dela; todas as forças e não só parte delas; toda a sensibilidade e não só parte dela. E em todas estas “aplicações totais” no amor a Deus não há nada que esteja para além daquilo que é o homem e a mulher existencial, de qualquer tempo, época, crença religiosa ou agnosticismo, filiação partidária ou posição social: inteligência, vontade, liberdade, espírito. Amar a Deus é ser tão totalmente humano quanto é possível ser. Agir junto dos pobres, em nome do amor a Deus ou do amor ao próximo, é agir com a máxima maturidade humana: toda a inteligência, toda a vontade, toda a sensibilidade! Nenhuma magia, nenhum truque de circo, nenhuma corrupção.

A acção é (deve ser) sempre uma resposta adequada à necessidade da pessoa e não uma resposta pré-programada pelas nossas disponibilidades financeiras, psicológicas, voluntaristas... A resposta aos pobres, por exemplo, é (deve ser) uma resposta de desempobrecimento. Para outros problemas sociais graves, ou problemas humanos, será

preciso estudar uma resposta diferente. Por exemplo, por causa da instabilidade económica e social actual, nomeadamente o desemprego, por causas internas ao próprio emprego, por causas familiares recentes, etc., hoje os peritos em saúde mental são da opinião que há um número excessivamente alto de pessoas a sofrer de ansiedade. Isso é, com certeza, um problema social grave, mas que exige uma acção-resposta certamente bem diferente da acção-resposta em relação à pobreza, ainda que encontremos aqui causas comuns, como o desemprego.

#### e. PARTILHAR

Numa sociedade individualista, materialista, monetarista e que se quer competitiva, **dar** parece um verbo inadequado. Gostamos mais de dizer partilhar. **Partilhar**, naturalmente, não se refere exclusivamente a bens materiais, como dinheiro ou géneros. Inclui também conhecimentos, competências técnicas e profissionais, afectos, tempo, vida!... Tudo isso encontramos expresso na metodologia da Igreja primitiva, de quem se chega a dizer que vendiam os seus bens e traziam o produto da venda para distribuir pelos órfãos e viúvas! Deve ficar registado aqui que a Igreja de Jerusalém, sendo uma pequeníssima percentagem da população daquela cidade, alimentou diariamente centenas de viúvas... Desafiamos os pedreiros, os enfermeiros, os advogados, os professores, os médicos, os jornalistas, os economistas, os assistentes sociais, os engenheiros, e tantos outros, a partilharem, a darem gratuitamente aos pobres das suas comunidades algo da sua competência técnica.

É comum ouvir dizer-se: “Dar é o mais fácil; o difícil é dar-se”. Por muito verdade que seja, da nossa experiência podemos dizer que dar é muito difícil, e que, genericamente, damos muito pouco!

Para a Cáritas, partilhar, com honestidade, é dar, dar muito, e dar sem esperar nada em troca. Sem deixar de aplaudir as muitas campanhas de solidariedade do nosso tempo, algumas promovidas por nós próprios, cabe aqui também uma palavra de denúncia para muitos mecanismos perversos que se percebem nalgumas delas: publicidade, oportunidade de negócio, interesses fiscais... Mas o maior perigo das campanhas de solidariedade é o risco de reduzirem a solidariedade a campanhas e não a uma prática de vida. Uma versão “in” da caridadezinha! Uma solidariedade mais ou menos momentânea, emocional e de... sobras. Mesmo gigantescas catástrofes – basta lembrar o Haiti – passado o tempo do choque inicial, que os *media* alimentam segundo critérios já em si discutíveis, logo se esquecem...

**Partilhar bens materiais, conhecimentos, competências técnicas e profissionais, afectos, tempo, vida!**

**Dar é difícil.**

**Necessidade e perigos das “campanhas”.**

**Dar implica eu assumir, como meu, parte do custo financeiro da libertação da pobreza.**

**Distinguir o samaritano do estalajadeiro! É a comunidade cristã que é o samaritano e não as IPSS.**

**Dar é comunicar ao pobre o direito ao convívio comum: repondo a justiça e a igualdade para com o pobre, torno-o um igual a mim.**

**Vai, faz, deste modo.**

**Descentrar-se!**

Dar implica eu assumir, como meu, parte do custo financeiro da libertação da pobreza. Não é possível, já o dissemos, querer acabar com a pobreza no mundo e manter o nosso estilo de vida consumista. Na parábola do Bom Samaritano, que abre esta “Sebenta”, percebemos que há uma diferença entre o samaritano e o estalajadeiro. Ao estalajadeiro é pedido que “trate bem” daquela vítima, é pedido um bom trabalho técnico e profissional, mas o samaritano reconhece que isso tem um custo que não deve ser assacado ao estalajadeiro, mas pago por ele próprio. Para a Igreja, isso é claro: é a comunidade cristã que é o samaritano, e os diversos equipamentos, como as IPSS, sejam geridas por si ou por outras entidades, apenas estalagens. Para as suas IPSS, exige a máxima qualidade de “tratar bem”; mas erram todos aqueles que confundem quem deve tratar bem com quem deve pagar. Do mesmo modo cabe à comunidade humana pagar este custo de socorro às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade económica e social, sendo o Estado apenas administrador dos recursos “dados” pelas pessoas e as Instituições apenas agentes de prestação de serviços com a máxima qualidade, sabendo que quanto maior for a qualidade exigida maiores custos acarreta.

Mas dar não se refere exclusivamente a dinheiro. Nas histórias de Lucas, o samaritano deu dinheiro, mas o pai deu uma festa; e Jesus deu o filho ressuscitado a sua mãe. Dar é um complemento da acção, corresponde à natureza própria da acção.

Dar é o ponto final de um processo metodológico que o faz terminar em harmonia. Por isso, tal como Lucas induz da prática da Igreja primitiva, que nos serve de referência, dar significa o momento final da pessoa ou grupo interventor libertar o (ex-)pobre das obrigações de gratidão. Dar é comunicar ao pobre o direito ao convívio comum: repondo a justiça e a igualdade para com o pobre, dotando-o daquilo que lhe falta para o uso pleno da cidadania comum, torno-o um igual a mim, meu irmão. É a consonância que a Revolução Francesa traduziu pela palavra “Fraternidade”, que infelizmente não criou mentalidade social!

A finalizar este capítulo, voltemos à cena que contextualiza a parábola do Bom samaritano. O final daquele diálogo entre o doutor da lei e Jesus não é inócuo, nem sequer moralista. É um mandato muito objectivo, com três indicações: vai, faz, deste modo.

O ir refere-se à vida toda; não a um momento circunstancial, a um tempo especial no calendário, mas à existência total colocada como um ir, um descentrar-se de si para fazer dos outros o centro da vida, das preocupações e das soluções.

O fazer, já acima vimos, está para lá do falar. Mas, muito mais ainda do que isso, remete para a contingência, para o mundo, para a sociedade. De facto, a pergunta do doutor da lei parecia ser exclusivamente de foro religioso, mas a resposta de Jesus, sem excluir o âmbito religioso, alarga-se abrangentemente às questões históricas, étnicas, culturais, sociais, políticas. A simples paradigmática do caminho para a salvação num *samaritano* é toda uma machadada no auto-conceito daquele doutor, e um questionamento a todos os tipos de poder vigentes naquela sociedade. Com esta história, Jesus não só anunciou um modo de fazer a caridade junto dos necessitados, mas denunciou também - e de um modo muito veemente -, um certo modo de estar na vida que, apropriando-se da imagem de Deus e em nome da relação com Deus, fica de consciência insensível diante de todos os excluídos por motivos ideológicos, religiosos e culturais, em que se enquadra o samaritano.

Em última instância, “fazer deste modo” é unir indissolivelmente a caridade e a justiça, no cumprimento perfeito da vontade de Deus. A caridade, vivida assim, obriga necessariamente à luta pela justiça, e por isso, à luz da proposta metodológica de Jesus, como foi percebida e comunicada por Lucas, nenhuma luta pelo bem do pobre se pode dissociar da luta pela justiça social.

**A proposta metodológica de Jesus tem abrangência religiosa, histórica, étnica, cultural, social e política, e denuncia a instrumentalização de Deus para a aquietação da consciência pessoal e colectiva diante de todos os excluídos.**

**Caridade unida à justiça.**

## Para um modelo de desempobrecimento

**A questão é: onde é que eu, interventor social, individual ou grupal, posso pegar, posso abanar, posso pressionar, para desencadear um processo de “mexedela” neste agregado concreto? Como posso desencadear um processo de desempobrecimento?**

Tomemos o exemplo de um agregado familiar constituído por dois irmãos adultos, que reside numa comunidade rural da nossa diocese numa situação de grande escassez de rendimentos. O grupo sociocaritativo local colocou a electricidade nesta residência, pois “a puxada” era bastante cara para as posses destes irmãos. Talvez imbuído duma perspectiva assistencialista, deu o caso como concluído. Mas um ano depois, um destes dois irmãos veio trazer algumas batatas ao animador do grupo (a pessoa que mais tinha “dado a cara”). Estas batatas eram da produção deles, tornada possível com a electrificação/motorização de um poço que tinham no seu quintal!

Esta família não deixou de ser pobre. Mas encetou um processo de desempobrecimento! Um processo que altera o nível dos rendimentos e que altera as relações sociais, que humaniza e fraterniza.

Este caso ilustra os três pressupostos com que balizámos prioritariamente a nossa sensibilização das comunidades ao longo deste ano do combate à pobreza e à exclusão social:

1. que é possível e legítimo tomar o núcleo familiar como unidade de observação da pobreza, ao nível micro;
2. que a pobreza não deve ser interpretada prioritariamente como um “estado”, mas como um “processo”;
3. que uma parte significativa do combate à pobreza passa por desencadear no interior no núcleo familiar, e explorando as potencialidades ainda existentes dentro de si mesmo, um processo de “desempobrecimento”.

Insistimos por isso, quase ao modo de slogan, no neologismo “desempobrecimento”, como o melhor termo para expressar esta visão.

É nossa convicção que um combate eficaz à pobreza e à exclusão social implica diferentes níveis de intervenção: a um nível macro, as instituições europeias, os governos nacionais, os sistemas de crédito bancário...; a um nível meso, as autarquias, as empresas, os serviços regionais do Estado...; a um nível micro, os grupos de voluntariado, as redes de vizinhança, as associações culturais, desportivas, recreativas, as instituições de solidariedade social... Importa deixar claro que, sem retirar, antes exigindo, os contributos dos outros níveis de intervenção, nos situamos neste processo, enquanto Cáritas Diocesana, ao nível micro.

**Diferentes níveis de intervenção no combate à pobreza.**

Fomos procurar a base teórica para esta análise a um urbanista norte-americano, Jonh Friedman, cuja reflexão nasce de largos anos de estudo de grandes cidades da América latina. Jonh Friedman, como já referimos em capítulo anterior, identificou um conjunto de eixos que atravessam a economia do agregado familiar e que determinam estruturalmente a maior ou menor pobreza do mesmo. Esses eixos definem-se, cada um deles, e na sua matriz, por dois pólos <sup>(1)</sup>:

- . o eixo rendimentos – instrumentos
- . o eixo informação – aptidões e capacidades
- . o eixo espaço – tempo
- . o eixo redes sociais – organismos locais

**Quatro eixos que atravessam a economia do agregado familiar**

Evidentemente, a escassez de rendimentos é um factor determinante de pobreza, e não há combate à pobreza que não tenha em vista o aumento dos rendimentos financeiros do agregado familiar. O meio normal de aumentar os rendimentos é a remuneração do trabalho e por isso toda a prioridade deve ser colocada nesse ponto, seja no emprego por conta de outrem, seja na criação do próprio emprego.

O aumento de rendimentos é uma condição necessária para a saída da pobreza, mas não é suficiente. Se a mais rendimentos não corresponde uma melhor adequação de meios e instrumentos facilitadores da vida e da organização familiar, a família continua a viver uma pobreza de facto, mesmo acumulando algum dinheiro ou tendo manifestações de consumo supérfluo. Podemos lembrar aqui as acusações de gastos supérfluos que tantas vezes se ouvem para utentes de rendimentos da solidariedade pública..., sem que possamos dizer que essas famílias tenham deixado de ser pobres. Podem tomar o pequeno-almoço na esplanada do café - para usar a acusação tantas vezes ouvida - mas continuam sem máquina de lavar roupa, sem fogão, sem armário para arrumar haveres, sem casa de banho... Isto é, se ao pólo “rendimentos” não for associado ajustadamente o pólo “meios e instrumentos”, aquele núcleo familiar não encetou realmente um processo de desempobrecimento e tende a estagnar na pobreza, podendo aumentar mesmo alguns problemas sociais graves...

**Pólo “rendimentos”:  
o aumento de rendimentos é uma condição necessária para a saída da pobreza, mas não é suficiente.**

**Instrumentos e meios facilitadores.**

---

<sup>(1)</sup> - O nosso acesso a este modelo vem de uma intervenção de Helena Roseta na II Semana Social (Coimbra, 1994). É nossa convicção que semanas, seminários, colóquios, congressos e afins valem se forem produtivos, e que nos é legítimo aprofundar e estruturar a nossa reflexão com base nas comunicações aí feitas, mesmo quando não tivemos acesso directo às fontes físicas originais.

Inversamente, se a pessoa dispõe de instrumentos e meios e não dispõe de rendimentos, não terá com que pagar o seu funcionamento, não os usando, ou usando-os incorrectamente e deixando-os degradar. Alguns destes meios, dada a escassez de rendimentos, são de pior qualidade, menos produtivos, mais consumidores de energia, mais lesivos da saúde (por exemplo, má iluminação!), tornando-se também eles factores de empobrecimento ou desempobrecimento...

Evidentemente, a facilitação de meios/instrumentos é necessária a um processo de desempobrecimento e pode desencadeá-lo por si só, como demonstra o caso com que iniciámos este capítulo. Note-mos isto: a facilitação de um meio até pode resultar, no imediato, na redução dos rendimentos: os dois irmãos do exemplo dado tiveram que gastar do pouco que tinham para comprar um motor e têm agora que pagar mais uma despesa fixa que antes não tinham: a electricidade (e todas aquelas taxas que vêm associadas a ela!). Mas mesmo tendo menos dinheiro, entraram num processo de desempobrecimento.

Apesar de tudo, não se criam rendimentos de forma mágica, nem é garantido que o aumento de rendimentos por si só coloque as pessoas “em processo”. Também os instrumentos são escassos, caros, e muitas vezes mal usados.

No “eixo informação – aptidões e capacidades” consideramos factores como a educação escolar, o acesso à informação sobre direitos, a capacidade reivindicativa, a personalidade assertiva, as capacidades técnicas, as aptidões manuais, sociais... Todos sabemos, por exemplo, de grandes jogadores da bola que nasceram e cresceram em grande pobreza. Um dos jogadores presentes no Mundial de 2010 dormia debaixo das arcadas dum estádio (era um sem-abrigo!), até ser descoberto por um clube de futebol!

Dizendo de outro modo, sem esquecermos que estamos a trabalhar ao nível micro: quando olho para um agregado familiar que vive em situação de pobreza, uma pergunta que eu tenho que fazer a mim próprio e a esse agregado é: que aptidões revelam cada um dos seus membros, e que podem ser “exploradas” em função de desencadear naquela família um processo de desempobrecimento. Eventualmente, haverá muitas famílias em que as respostas são limitadas, mas noutros casos descobriremos gente com incríveis aptidões para a mecânica, outros para a electricidade, para a matemática, para o desporto, para a música, para as relações sociais, para a moda... Claro que será ínfima a percentagem de grandes sucessos, como o dos futebolistas famosos. Mas o que nos preocupa não são esses êxitos instantâneos, mas o colocar as pessoas em processo, em caminho, para uma saída da pobreza, com os seus próprios esforços. E é claro que o esforço

Educação escolar,  
acesso à informação,  
capacidade  
reivindicativa,  
personalidade  
assertiva,  
capacidades  
técnicas, aptidões  
manuais, aptidões  
sociais...

que pedimos a estes agregados será tanto menor e tanto mais eficaz quanto mais ajustarmos as respostas às aptidões naturais das pessoas.

Enquanto as aptidões dizem mais respeito a competências que nasceram com as pessoas ou para as quais despertaram naturalmente, as capacidades dizem respeito sobretudo a competências adquiridas (por aprendizagem e treinamento) ou de adequação ao meio (por exemplo, força física: nem todas as pessoas têm a mesma capacidade para trabalhar com toros de madeira).

Neste eixo, ao nível macro, parece legítimo pedir ao sistema de ensino que não seja cego em relação às aptidões dos alunos, uniformizando o padrão de competências a adquirir, como caricaturou um secretário de estado da educação americano com a história da escola dos animais em que tanto peixes como aves estavam sujeitos às disciplinas comuns de nadar, voar e correr! Mas ao nível micro também podemos actuar. É fundamental, por exemplo, que grupos de voluntariado local, nomeadamente os grupos sociocaritativos, sigam os casos de abandono escolar, consigam evitá-los, ou ao menos consigam reencaminhar esses adolescentes para aprendizagens mais conformes às suas aptidões e possibilidades, capacitando-os para o exercício de alguma actividade económica reconhecida que permita o ingresso de recursos e a socialização ajustada.

Naturalmente cabem aqui as campanhas de informação, por exemplo sobre medidas de política social que favoreçam a saída da pobreza, sobre saúde pública, sobre direitos de cidadania, como o uso efectivo do livro de reclamações... Mas cabe depois, também, a informação personalizada, pessoa a pessoa, o acompanhamento, quase diríamos o treinamento individual das pessoas para garantirem direitos, para se desenvencilharem de burocracias, para se fazerem respeitar. Sem auto-estima, seja ela a que nível for ou colocada em que dimensão for, ninguém descola para um processo de progressão na vida, de desempobrecimento. Instruir, informar, facilitar o acesso às fontes, capacitar e desvelar aptidões é uma tarefa obrigatória para quem quer ajudar a combater a pobreza, ao nível micro, de cada agregado familiar concreto, num combate que seja em ordem a desencadear um processo de desempobrecimento.

Na opinião de John Friedman, que vimos seguindo, o elemento tempo é um dos principais condicionantes da pobreza. Segundo ele, a acusação de que os pobres são pobres porque são preguiçosos é extremamente infundada, porque se os pobres tivessem possibilidades de canalizar toda a energia que despendem, só pelo facto de serem

**Relacione este eixo com o testemunho do Pe. José Carvalho (pág. 84).**

**É legítimo pedir ao sistema de ensino que não seja cego em relação às aptidões dos alunos.**

**Seguir os casos de “abandono” escolar.**

**Campanhas de informação e acções de informação personalizada.**

**Instruir, informar, facilitar o acesso às fontes, capacitar e desvelar aptidões é uma tarefa obrigatória para quem quer ajudar a combater a pobreza.**

**Eixo tempo–espaço.**

pobres, para projectos de criação de riqueza provavelmente não seriam pobres. Um dos melhores exemplos é o tempo. Nas grandes cidades considere o tempo que os pobres gastam em transportes em relação aos não pobres, se quiserem aceder aos empregos comuns...; veja, por exemplo, onde se localizam actualmente as grandes empresas, qual o custo de acesso a esses lugares e qual o tempo gasto em transportes públicos (se existirem) para lá chegar.

Em contraste com as grandes cidades, considere as aldeias rurais. Quando a pessoa precisa de um documento oficial, se é pobre, perde uma tarde para se deslocar à sede do município para fazer o pedido e outra tarde para recolher o documento...; ou uma tarde para marcar uma consulta... O rico faz um telefonema a um amigo que tem na repartição e fornece os dados logo ali em dois minutos... Evidentemente, hoje já não é tanto assim; mas há muitos casos em que é.

**Quem gasta o tempo todo a trabalhar, fica sem tempo para as relações, para os afectos, para cuidar da saúde, para a casa...**

Mais grave do que isto, todavia, é o gasto total do tempo disponível a tentar sobreviver. Quem gasta o tempo todo a trabalhar, porque o trabalho é mal remunerado e um só emprego não chega, fica sem tempo para se relacionar socialmente, para os afectos familiares, para cuidar da saúde, para tornar acolhedor o espaço onde vive. No caso das famílias monoparentais esta falta de tempo nas classes pobres, em que o progenitor tem que recorrer a mais do que uma ocupação, cria ainda problemas agravados de acompanhamento dos filhos, bem conhecidos da comunidade educativa e das pessoas em geral.

**Considere o caso de muitas famílias monoparentais!**

**E considere o caso de quem tem tempo disponível.**

Inversamente, outras pessoas, por situação de desemprego ou outra que seja, têm tempo disponível que podem pôr a render em actividades sociais que, mesmo não sendo remuneradas, ajudam a manter o treinamento, a auto-estima social e integram em redes sociais, criam conhecimentos, são oportunidade de mostrar competências...

**Pólo espaço.**

Pelas alusões que fizemos, torna-se claro que o espaço é também um factor que atravessa a economia do agregado familiar, desde o espaço doméstico, ao espaço geográfico e demográfico, até aos próprios solos. Se os nossos dois irmãos, do exemplo inicial, não tivessem um espaço de quintal, ou se o seu quintal não tivesse água explorável, aquela experiência de produção agrícola teria sido impossível.

**O espaço privilegiado é o lar, o espaço-casa. Mas é caro!**

Evidentemente, o espaço privilegiado para o comum das pessoas é o seu lar, a sua habitação. Mas não é precisa muita matemática para provar o peso que tem no orçamento familiar o espaço-casa nas nossas famílias. E persistem casos em que diferentes agregados fa-

miliares convivem na mesma casa por razões de indisponibilidade financeira para pagar uma casa autónoma.

Condições de acolhimento e recolhimento, agradabilidade e bem-estar habitacionais, sendo essenciais ao equilíbrio da pessoa, são também muitas vezes descuidadas pelos agregados familiares empobrecidos, nomeadamente nos agregados fortemente destrutturados ou mais marginalizados socialmente.

No eixo redes sociais – organismos locais, considera-se de um lado o conjunto de pessoas que mantêm uma relação mais ou menos influente, social, cultural ou mesmo afectivamente, com o agregado familiar ou alguma pessoa do mesmo, e do outro lado associações culturais, recreativas, de voluntariado, e também em certa medida os organismos públicos com incidência local.

A questão que está por detrás de cada um destes eixos é esta pergunta: onde é que eu, interventor social, individual ou grupal, posso pegar, posso abanar, posso pressionar, para desencadear um processo de “mexedela” neste agregado, por mais pequeno que esse primeiro movimento seja. Por exemplo, olhando as redes sociais, há algum antigo professor com ascendente sobre alguém deste agregado e que possa influenciar alguma coisa? Ou algum profissional de saúde? Ou algum parente afastado?

Ou, então, algum menor deste agregado familiar pode ser integrado na banda de música, no clube desportivo, nos bombeiros? Se não tem jeito para jogar, ao menos pode-lhe ser confiada a tarefa de pintar as linhas do campo, havendo um reconhecimento público do valor dessa tarefa?

Podemos mobilizar estes organismos locais para uma atenção privilegiada às situações de pobreza, de modo a que eles procurem connosco o tal rastilho inicial para o despoletamento do processo de desempobrecimento?

Neste modelo, como nos outros modelos multidimensionais, aceita-se que a pobreza é atravessada por vários factores, mas afirma-se também a convicção de que a alteração de um desses factores acarreta a alteração dos outros factores e do todo da economia do agregado familiar. Aceita-se que podemos pegar pelo espaço, explorando algum bom gosto das pessoas ou de alguma pessoa residente; ou que podemos começar pelos instrumentos, e tempo, facilitando, por exemplo, o transporte de bicicleta ou de motorizada, ou que podemos começar pela informação, explorando por exemplo a necessidade de ajuda em algum papel burocrático... A questão é apenas uma: neste agrega-

**Redes e organismos:  
Quem pode ajudar?  
Como pode ajudar?  
Quem tem  
“autoridade da  
aceitação” ou a  
capacidade da  
integração e  
socialização?**

**A alteração de um  
dos factores  
acarreta a alteração  
dos outros factores e  
do todo da economia  
do agregado  
familiar.**

do familiar que se me apresenta como um bloco fechado e inamovível, diante do qual todos dizem que não há nada a fazer (e mais facilmente com agregados menos dependentes), por onde posso pegar, na convicção de que pegando por algum lado alguma coisa pode mexer e com ela toda a economia do agregado familiar?

**Olhar mais atento às potencialidades do que às limitações.**

Esta postura exige um olhar positivo sobre as pessoas, que muita gente não tem. E exige um olhar que esteja mais atento ao que há de bom e de positivo (aquilo por onde se pode pegar para despoletar o processo), do que ao negativo, às falhas, às incompetências. Ao longo deste ano estabelecemos acesos debates com grupos locais sobre isso, porque todos os grupos são expansivos a relatar “casos”, mas depois nos casos tendem a ver só impossibilidades quando, até com alguma facilidade, se descobrem neles três ou quatro pontas por onde pegar..., certamente sem garantia de êxito, mas potencialidades reais.

**Emrede!**

Por último devemos insistir em que toda esta intervenção tem que ser, tanto quanto possível, em rede, e enquadrada e acompanhada pelos organismos com técnicos competentes nas diferentes áreas.

## O grupo de voluntariado local como agente de desempobrecimento

Na intervenção pró-activa, em termos de colocar um agregado familiar em processo de desempobrecimento, para além das redes sociais concelhias ou outras redes similares e da inestimável solidariedade de vizinhança, ganham relevo especial os grupos de voluntariado local, pequenas organizações de pessoas que se juntam com o objectivo de estudarem e promoverem um apoio efectivo aos agregados familiares mais pobres.

A Cáritas tem privilegiado desde sempre este instrumento de intervenção comunitária: um grupo de voluntariado local, muito próximo das pessoas e situações. Estamos conscientes de que a acção de um grupo deste tipo precisa, por um lado, de ser alimentada por formação contínua e, por outro lado, de ser complementada e enquadrada, sem ser absorvida, pelo trabalho técnico dos serviços sociais da Segurança Social, dos municípios, das IPSS. Respondidas estas duas necessidades, o grupo de voluntários parece ser um elemento imprescindível a um processo de desempobrecimento micro, pela capacidade que tem de sinalizar as situações, de se aproximar (elemento estrutural da metodologia cristã) das pessoas empobrecidas, de perceber as redes de vizinhança, de motivar parceiros, de “pressionar” quem tem poder e capacidade para alguma intervenção concreta. Não é por acaso, a título nenhum, que a União Europeia declara 2011 Ano Europeu do Voluntariado...

Estamos, então, no domínio do combate à pobreza e à exclusão social através do trabalho de um grupo de voluntariado local.

Ressaltam daqui quatro características: trabalho, grupo, voluntariado, local.

Talvez possamos deter-nos em cada uma destas características, começando pelo “voluntariado”, que é a mais distintiva deste grupo em relação a qualquer outro.

Há muitas teorias da motivação. Mas, no fundo, todas têm em comum que, afinal, ninguém faz nada se não for para ganhar alguma coisa! Variam quanto ao modo de fazer, ou quanto ao objecto a ganhar, etc., mas seja prestígio, seja consciência tranquila, seja pagamento de uma dívida de gratidão, seja dinheiro, seja um lugarzinho no céu, seja lá o que for, toda a gente faz alguma coisa para ganhar alguma coisa. A primeira pergunta e a primeira resposta honesta que se exige a uma pessoa que integra um grupo de voluntariado é, pois, esta: o que espe-

**Grupos de voluntariado local.**

**Duas necessidades: formação e enquadramento institucional.**

**“O que espero ganhar com o meu voluntariado?”**

ras ganhar com o teu voluntariado? E vale para mim também: o que espero ganhar com o meu voluntariado?

Pode haver tantas respostas diferentes quantas as pessoas. Mas há contextualizações comuns. Ao nível da Igreja, donde a Cáritas se coloca oficialmente, faz parte desta resposta motivacional a gratidão perante o amor paternal de Deus, que se desdobra em amor fraterno para todas as pessoas, especialmente para as mais empobrecidas, com quem o próprio Jesus de Nazaré se identificou. Sou voluntário porque preciso de dar vazão a este amor que me possui!, porque quero ganhar o sossego de espírito que ganha o apaixonado quando finalmente está junto da pessoa amada. Esta é a contextualização do voluntariado cristão. Não quer dizer que seja o motivo real de cada voluntário em concreto. Mas não deixa de ser uma meta. O que é importante é que cada entidade promotora de voluntariado equacione as motivações que devem presidir ao mesmo a partir da sua identidade social, para que as possa propor com clareza inequívoca aos potenciais voluntários. De facto, quanto mais claro for o que pretendemos ganhar, mais objectivos são os critérios de avaliação da acção pessoal, da intervenção do grupo, da percepção social sobre o mesmo e dos resultados finais dessa intervenção.

Quando dizemos “local” referimo-nos ao espaço geográfico da intervenção. Todas as intervenções têm uma determinada abrangência socio-geográfica. Hoje é preciso um certo reforço na conscientização desta característica, porque os *mass media* e a mobilidade física estão sempre a “carregar-nos” de conteúdos não-locais: estão sempre a levar-nos para Lisboa, ou França, ou Estados Unidos, ou Brasil, ou uma nova estrela a milhões de anos-luz! E, por isso, quando este grupo se reúne, facilmente se põe a discutir soluções ideais de nível meso ou macro, mas sobre as quais não tem domínio nem competência imediata.

O facto de ter uma abrangência local, não o omite de ter uma acção com as mesmas exigências dos níveis de abrangência superiores. Será sempre um grupo consciente duma intervenção planificada em quatro âmbitos: assistência a quem dela não pode de imediato prescindir; promoção da dignidade e das condições globais de vida das pessoas (habitação, instrução, habilitação para o efectivo exercício da cidadania, etc.); desenvolvimento comunitário (participação em parcerias económicas, culturais, sociais, desportivas..., iniciativas locais de emprego, etc.); e transformação de estruturas culturais, políticas e administrativas, tanto localmente, quanto a níveis superiores pelo uso do conjunto dos recursos comuns aos cidadãos: denúncia, abaixo-assinados, etc.

**A gratidão perante o amor paternal de Deus.**

**É importante que cada entidade promotora de voluntariado equacione as motivações que devem presidir ao mesmo a partir da sua identidade social.**

**Todas as intervenções têm uma determinada abrangência socio-geográfica.**

**Planificação da intervenção:**  
– assistência  
– promoção  
– desenvolvimento  
– transformação das estruturas.

É importante salientar que o agir local não dispensa um pensar global. Antes o exige, por variadíssimas razões que não cabe aqui explorar. Mas a acção é de âmbito local, humilde no afã de libertar todo o mundo da pobreza, mas centrada, precisa, operativa e o mais eficaz possível: desencadear em cada agregado familiar um processo de desempobrecimento... e criar à sua volta condições propícias para que ele se possa desenvolver.

**Acção centrada, precisa, operativa e eficaz.**

Estas observações conduzem-nos à característica “trabalho”. Ora o trabalho é uma actividade humana que exige dispêndio de energia, gasto de tempo, procura de eficácia, gestão de eficiência; tem consequências de cansaço físico; é marcado estruturalmente pela irrenunciabilidade, isto é, por não estar sujeito aos meus apetites momentâneos. Num exemplo clássico, a mesma viagem de automóvel sob uma terrível tempestade pode ser um prazer para um motorista e um pesadelo para outro. Mas para o motorista taxista, mesmo se for pesadelo, é irrenunciável. Claro que o trabalho também nos realiza, nos socializa, nos compensa num conjunto de coisas que são importantes para nós. Mas tem exigências de “suor”! Inequivocamente.

**O voluntariado está marcado pela irrenunciabilidade estrutural do trabalho! Tem exigências de “suor”: reunir, estudar, comunicar, agir, avaliar, rectificar metodologias e técnicas...**

Agir em favor daquele duplo objectivo de colocar as pessoas em processo de desempobrecimento e de criar condições exteriores que favoreçam esse processo exige um gigantesco trabalho.

Não é possível trabalhar em grupo com estes objectivos sem reunir frequentemente, sem comunicar permanentemente, sem estudar aprofundadamente as situações, sem agir de facto, sem avaliar, sem rectificar metodologias e técnicas... Participar de um grupo de voluntariado que tem como objectivo central o combate à pobreza, mesmo que apenas ao nível local e micro-familiar, exige um enorme trabalho intelectual (ter a melhor percepção das coisas e estudar as melhores soluções), físico (fazer, contactar, etc.) e de confrontação (à volta de uma mesa, discutindo, programando e avaliando conjuntamente com os outros membros do grupo). Da nossa já longa experiência de animação de grupos locais, sem este trabalho efectivo e exigente, andamos todos a gastar tempo, dinheiro e energias sem proveito, até desistirmos todos porque “não vamos a lado nenhum”!

Por último, centremo-nos na característica “grupo”. Há que conhecer e aplicar ou estar atento ao enorme manancial de conhecimentos que nos vieram pelas teorias da dinâmica de grupos. Para os objectivos imediatos desta “Sebenta” limitamo-nos a identificar quatro factores estruturais à dinâmica de qualquer grupo. Esses factores são: ambiente físico; ambiente cognitivo; ambiente afectivo; liderança. Quando dizemos estruturais, queremos dizer que uma mudança em qual-

**Quatro “ambientes” estruturais à dinâmica de um grupo de voluntariado:**  
– físico  
– cognitivo  
– afectivo  
– liderança.

quer um deles afecta os outros e a totalidade do grupo como tal. Por isso devem ser muito cuidadosos.

Em relação ao ambiente físico, sem já considerar questões de calor ou frio, luz e coisas assim, importa no mínimo considerar como exigência da possibilidade do trabalho do grupo um espaço físico sentido pelo grupo como “seu”. O ideal seria seu mesmo, no sentido de ser o detentor da chave, ou no sentido de cada membro se sentir livre para colocar um quadro na parede, ou mudar a posição do armário, sem que isso beliscasse alguém exterior ao grupo.

Sabemos, porém, que se levantam muitas dificuldades quando se procura um espaço deste tipo. E muitas vezes não será possível um “espaço exclusivo”. Mas os promotores de voluntariado social, se o pensam honestamente como campo essencial à sua missão, não podem prescindir de todos os esforços para dotarem os grupos deste espaço físico, nem os grupos podem prescindir de o reclamar. O espaço físico é uma condição estrutural ao trabalho de um grupo e nenhum grupo trabalha bem (não produz bem) num espaço onde se sente como estranho.

O ambiente cognitivo refere-se sobretudo ao conhecimento por todos os elementos do grupo dos objectivos do trabalho a fazer, ao consenso sobre as metodologias a aplicar e ao assumir das tarefas distribuídas. É por isso que é importante clarificar as motivações individuais, os objectivos institucionais e as situações a trabalhar. Jogam aqui um papel muito grande as chamadas “agendas ocultas”, que são aqueles interesses pessoais que nós levamos para o grupo e que não confessamos a ninguém, como por exemplo, alguém querer fazer parte dum grupo de voluntariado porque se quer aproximar de um membro desse grupo. Mesmo havendo diferenças de competências científicas e técnicas, ou até de prestígio social, entre os membros de um grupo, os objectivos, estratégias e tarefas devem ser obrigatoriamente dominados por todos e merecer a adesão de todos, ainda quando alguém julga, honestamente, que haveria outros objectivos mais importantes, ou metodologias mais eficazes...

Esta capacidade de dizer com clareza o meu ponto de vista à hora da discussão, mas renunciar a impô-lo ao grupo na hora da decisão, é um ponto fundamental no trabalho de um grupo de voluntariado local. Como diz um ditado muito em voga, “se queres ir depressa, vai sozinho; mas se queres ir longe, vai acompanhado”. Tão simples como isto: quem só reconhece a sua “verdade” deverá procurar outro campo de intervenção social que não o do voluntariado.

**Dotar o grupo de voluntariado de um espaço físico de trabalho.**

**Conhecimento comum dos objectivos, consenso nas metodologias e rigor nas tarefas.**

**Expor os pontos de vista pessoais e acolher os dos outros.**

O elemento afectivo diz respeito às relações entre os membros do grupo (e deste para fora de si), que devem ser de respeito, estima, atenção e afecto. Isto não quer dizer que seja “um grupo de amigos”. Os grupos de amigos juntam-se para comer um jantar, fazer uma pescaria, ou cantar uma serenata ao luar! Os membros de um grupo de voluntariado juntam-se porque querem intervir mais eficazmente e de um modo que julgam ajustado (grupo) sobre a situação social da sua comunidade e sobre os agregados familiares com mais graves problemas de pobreza e exclusão social. O que faz o grupo é o objectivo e não a intensidade das relações pessoais. Algumas vezes a focalização nos objectivos até criará desacordos e tensões entre os membros do grupo. Muitas leituras têm conotações ideológicas e políticas, e todos nós somos algo clubistas nestas coisas. Um grupo que trabalha a sério no combate à pobreza vai viver internamente tensões deste tipo, inevitavelmente. Por isso, quando se apela ao factor afectivo, não se pede uma espécie de um inócuo deleite na companhia dos outros, mas o trabalho continuado sobre relações de estima e confiança mútuas. Claro que são positivas e desejáveis acções que favoreçam a empatia entre os membros do grupo: celebrações festivas, pequenos gestos inesperados de simpatia, etc. Sem este elemento afectivo bem integrado, de gostar do outro e querer estar bem com o outro, para além das diferenças de pensamento ou até mesmo das simpatias pessoais, não é possível um bom trabalho do grupo.

A liderança e animação do grupo, ou pilotagem do sistema noutras teorias, é o último dos elementos estruturais que aqui consideramos. Os grupos normalmente têm muita dificuldade em clarificar as lideranças. Desde logo, existe um espaço ambíguo entre a liderança institucional e a liderança relacional do grupo. Por exemplo, num grupo de voluntariado ligado à autarquia, quem é verdadeiramente o seu líder: o presidente da Câmara ou um vereador?, a técnica de serviço social?, o membro do grupo reconhecido pelos seus pares como líder? Depois, um razoável número de membros dos grupos recusa assumir essa tarefa. Outras vezes surgem conflitos de liderança. Não raro o líder desmotiva-se e deixa de dar a força que dava, e o grupo define com ele, sem ser capaz de reestruturar a liderança.

Da nossa experiência, para grupos de voluntariado local pró-activos no combate à pobreza, julgamos importante uma definição clara da pessoa que exerce o papel de liderança e a disponibilidade de todos os membros do grupo para trabalharem sob a sua liderança. O centro de toda a liderança do grupo de voluntários deve ser este “animador-membro do grupo”, e não alguma pessoa externa (institucional). A liderança formal é imprescindível ao bom funcionamento do grupo, embora o melhor indicador da saúde interna do mesmo seja a passa-

**O que faz o grupo de voluntariado é o objectivo e não a intensidade das relações pessoais.**

**Trabalho continuado sobre relações de estima e confiança mútuas.**

**É fundamental clarificar a liderança: a liderança formal é imprescindível ao bom funcionamento do grupo.**

gem automática da liderança de uma pessoa para outra conforme a acção que se está a desenvolver. Se o grupo faz uma festa de crescimento da empatia interna, é natural que a liderança da festa salte automaticamente para outra pessoa, sem ninguém quase dar por isso...

Quando o grupo de voluntários está enquadrado institucionalmente, pela autarquia, Igreja, IPSS, outra entidade, exige-se desta uma liderança em termos de orientação global, de formação para os objectivos institucionais, de diálogo com outros parceiros, e sobretudo uma demonstração de atenção e valorização do trabalho do grupo de voluntários. Este enquadramento pode ser muito importante para a eficácia do grupo, e ressalva a abertura do próprio grupo a outros voluntários ou a imposição de saída daqueles cuja presença, por qualquer motivo, se tornou mais destrutiva que construtiva. Por isso, do nosso ponto de vista, o enquadramento institucional de um grupo de voluntariado é extremamente importante, mas ressalva-se a autonomia de acção e de liderança dentro do próprio grupo.

Esta última consideração leva-nos a um pequeno apontamento final: o grupo de voluntariado que age enquadrado institucionalmente no combate à pobreza, fica devedor de dois “senhores”:

- da **instituição**, a quem serve e para quem é instrumento de maior eficácia. Diríamos que o seu trabalho fundamental é o de ajudar a própria instituição a fazer bem aquilo que é, antes de mais, uma competência sua;

- do **pobre e do excluído**, que deve integrar no seu trabalho, pois é de um processo de desempobrecimento que estamos a falar, de um processo onde o pobre é obrigatoriamente o principal agente para o bom resultado final. O grupo trabalhará sempre “com os pobres” e não “para os pobres”, sendo que muitas das suas energias, das suas tensões internas, mas também das suas alegrias finais, hão-de ser para conseguir isto ou o resultado disto: **integrar o pobre neste trabalho comum de libertação da sua situação de pobreza.**

**Ajudar a instituição a fazer bem o que lhe compete.**

**Trabalhar com os pobres e não para os pobres.**

## **Estórias e Histórias**

---

---

## Três casos ao acaso

---

---

1. Sentada contra a porta, protegendo-se da noite fria, com cara de mártir da sorte, a romena pedia alguns cêntimos a quem entrava na Igreja para a missa vespertina. Se era romena ou não, da etnia romani ou outra que fosse, quem o poderia atestar?! Não trazia crianças com ela. Do mal, o menos. Sobe depois ao coro alto, vão adiantadas as leituras. Segue, serena, o rito sagrado. Ao ofertório dá das moedas que lhe deram. Outra viúva no templo de Jerusalém?! À comunhão, alinha-se na fila até ao sacerdote, comunga, e regressa à entrada da porta. A saída, lá está, com sua cara de mártir da vida, pedindo alguns cêntimos.

Quem és?, Donde és?, De que afectos ou desafectos vives?, Porque pedes, para que pedes ou para quem pedes? Tantos irmãos e nenhum sabe de ti.

2. Corre a “Feira dos 23” vendendo pensos a 1 euro. “Então, não devias estar na escola?”. “Hoje não fui, senhora”. “Tens que dizer aos teus pais para te deixarem ir à escola. Quanto queres pelos pensos?”. “Um euro, senhora”. “Está bem, dou-te dois euros, um para pagar os pensos, outro para ires comer um bolo”. “Obrigado, senhora; obrigado, senhora; obrigado, senhora”. Que olhos de felicidade momentânea! Algum dia teria comido um bolo?!; Algum dia teria tido 1 euro a que chamasse seu?!

3. “Compre-me 10 pensos, vááá”. “Outra vez?! Ainda de manhã te comprei”. Mentia piedosamente, para não o despedir na indiferença ou na tristeza, enquanto lhe passava carinhosamente a mão pelo cabelo. “Mas o que tens na orelha? Uma ferida?”. “Foram os ratos; morderam-me durante a noite, enquanto dormia. Também já morderam a minha irmã”.

---

---

## Três histórias de consumo

---

---

Comecei a consumir com 20 anos, agora tenho 43 anos. Já fumava haxixe, mas foi com amigos que comecei a injectar heroína, queria saber qual era a sensação. Consumi heroína durante 2 anos e depois parei durante um mês. Depois voltei a consumir heroína, mas só fumada, até hoje.

Não sei explicar muito bem porque motivo entrei no mundo das drogas mas eu praticamente fui criado com a minha mãe, ela separou-se muito cedo.

Embora trabalhasse, não tínhamos muitas possibilidades económicas e acabei por sair da escola bastante cedo para ir trabalhar.

Hoje vivo numa casa abandonada. Embora tenha constituído família, tenho 2 filhos, as coisas também não correram muito bem. A minha esposa sabia que consumia, mas quando fui preso pela segunda vez, ela quis acabar tudo.

Continuo a visitar os meus filhos e a manter contacto, mas vivo a minha vida na rua.

Vivo em más condições, pois não há o mínimo de conforto, não há água, não há luz, ... o que me custa mais é passar o inverno porque passo algum frio.

Quando sou chamado para uma oferta de emprego, acabo por ser excluído porque não tenho a escolaridade obrigatória, tenho apenas o 6.º ano incompleto.

Neste momento o que mais gostaria, era ter uma casa própria e gostava de deixar totalmente as drogas. Se conseguir vir a ter uma casa tenho a certeza que a minha vida irá mudar!

*R, 43 anos – Ago.2010*

Com 7 anos já fumava haxixe, agora tenho 48. Fui criado num mundo de pesadelos. Fui tirado da minha mãe e dada à minha avó porque ela bateu-me na cabeça quando tinha 2 anos e fiquei alguns dias em coma. A minha avó, como eu não conseguia dormir, dava-me um copo grande de vinho sempre que ia para a cama, desde os 4 anos.

Aos 7 anos já era dependente do álcool. Com 5 anos já fumava tabaco do meu tio e do meu avô que eu lhes roubava.

Quando fui para a escola como já fumava, os meus colegas ofereceram-me cachimbo (erva ou haxixe) e assim começou. Fumar sim, mas colocar químicos não.

Tinha medo de agulhas, mas um dia quando fui tirar sangue para análises vi que não doía e então foi nesse dia, com 9 anos, que dei o 1.º caldo de anfetaminas. Atrás disto veio a cocaína, heroína, drunfos...

Aos 12 anos fui expulso da escola, porque engravidei uma menina. Acabei por só fazer a 4.ª classe. Com 13 anos fiquei a viver com o meu padrinho, a minha avó faleceu.

Saí da escola, ainda me enterrei mais nas drogas. O tráfico e os rou-

bos também já faziam parte da minha vida. Aos 19 anos fui preso por roubo, mas também só estive lá 2 dias e mandaram-me embora.

A minha família só soube no que me andava a meter por volta dos meus 21 anos. Em 1985 deixei as drogas pesadas, mas continuei a traficar até aos 43 anos, quando fui apanhado.

Entretanto, conheci uma pessoa que mais tarde reencontro e acabo por me casar com ela. Já vivemos juntos há 3 anos. Temos vivido em casas alugadas ou abandonadas. Neste momento voltámos para a rua, porque não temos dinheiro para uma renda e para as coisas que necessitamos. A casa onde moramos agora não tem condições nenhuma, mas dá para dormir e comer.

Eu senti-me várias vezes discriminado, principalmente quando ia à procura de emprego, ninguém me dava trabalho naquelas figuras.

Se eu pudesse mudar alguma coisa na minha vida, eu mudava. Se arranjasse trabalho e me visse obrigado a deixar de fumar haxixe, eu deixava.

Também gostava de ter uma casa própria. Se eu soubesse que a droga me iria afectar tanto como afectou nunca tinha experimentado.

*P, 48 anos – Ago.2010*

Comecei a consumir haxixe com 15 anos, depois conheci a heroína e comecei a injectar aos 17 anos. Mais ou menos na mesma altura comecei a injectar cocaína que mantenho até hoje esporadicamente. Mantenho os consumos de haxixe todos os dias. Tudo o que há para consumir, já consumi.

O que me levou a consumir foi a curiosidade, a tentação, os meus amigos e problemas familiares. O meu tio, que foi quem me criou, tinha, e tem, problemas com álcool.

Com 6 meses de idade fui viver com os meus tios maternos porque a minha mãe não tinha condições para me criar e o meu pai foi preso por roubo e tráfico de drogas. Vivi com eles até aos 22 anos e sai de casa porque me casei. Com 23 anos fui preso por roubar ourivesarias e saí da prisão com 29 anos. Quando fui preso a minha mulher pediu o divórcio e o meu filho ficou a viver com a mãe. Ainda hoje vive com a mãe.

Senti-me discriminado por pessoas da rua quando estive preso. A minha família, os meus amigos deixaram de me visitar porque eu consumia e por isso não tive mais contacto com eles. Mesmo quando saí da prisão não tive mais contacto com eles. Não quero. Se fui discriminado porque é que vou aceitá-los outra vez? Discriminado uma vez, discriminado sempre. Mes-

mo que mude de vida não quero saber.

Neste momento sinto-me apoiado, pelo Sol Nascente e pela Casa Abri-go. Tenho apoio em tudo, desde alimentação a psicologia.

Gostaria de mudar várias coisas. No trabalho e na família. Gostaria de ter um trabalho, em qualquer lado, qualquer trabalho. Quero ter uma compa-nheira e filhos.

*M, 35 anos – Ago.2010*

---

---

### **Três histórias de doença**

---

---

Fui criada dos 3 meses aos 11 anos de idade com os meus avós mater-nos. Foi quando transitei para o Liceu que fui viver com os meus pais. Come-cei logo mal, pois chumbei o ano por faltas, passava a maior parte do tempo com os meus amigos num pequeno pub a beber cerveja.

Com a minha mãe havia muitos conflitos, ela é a típica dona de casa e eu queria era borgia e, nisso, eu e o meu pai entendíamo-nos às mil maravi-lhas! O meu 1º whisky foi exactamente com ele e recordem-se que eu tinha apenas 11 anos.

Com 13 anos experimentei haxixe com um ex-companheiro com quem estive dos 13 aos 22 anos. Foram 9 anos em que conheci quase todas as drogas com ele, aos 17 anos foi heroína e aos 19 cocaína. Foi um descalabro total e não era por falta de informação mas sim por ter curiosidade e liberda-de a mais. Tudo o que é demais não convém.

Há 7 ou 8 anos que estou em programa de metadona e deixei as dro-gas ilícitas, mas o álcool é o meu problema.

Tenho vários problemas de saúde e não tenho ninguém. Infelizmente tive de recorrer à prostituição e, por esses homens nunca quererem usar protecção, a IST que apanhei passou-me para a boca e acabou por me pro-vocar um linfoma da garganta e esta é a minha luta neste momento.

Há momentos em que só vejo uma solução muito drástica, mas a vida é tão bonita, aliás, é um milagre, é preciso é saber apreciá-la devidamente e sem excessos.

*S, 35 anos – Jun.2010*

Quando fiquei positivo, percebi logo que se passava algo e também percebi de onde viera. No princípio achava que a minha vida acabara, mas depois, com as instruções dos médicos e da assistente social que me acompanhava, lá fui repensando as coisas.

Passei 16 anos a tomar conta de um irmão tetraplégico, uma mãe diabética que, nos últimos 6 anos de vida ficou sem membros inferiores e um irmão adoptado deficiente mental. Nunca lhes disse nada da minha doença mas alguém quebrou o sigilo e contou-lhes.

O meu irmão tetraplégico tinha pavor à Sida e, assim, um dia, quando cheguei a casa, estavam lá todos com outros membros da família e puseram-me fora de casa. Perdi tudo. Fiquei desamparado, sem rendimentos e passei fome.

Eventualmente, resolvi mudar de cidade e procurar um lugar onde houvesse melhores condições para viver sendo portador do VIH. Assim, vim para Coimbra e recomecei aqui a minha vida.

Compreendo que a quebra de sigilo pode ser gravosa para alguns de nós, podendo mesmo levar a uma possível morte.

*C, 50 anos – Mai.2010*

Comecei a drogar-me com vinte e poucos anos e durante dez anos achei que era a maior.

Mais tarde cheguei à conclusão que comi o pão que o diabo amassou, roubei, intrujei, prostituí-me, enfim, fiz de tudo até conseguir ver a realidade.

Um dia acordei para a vida e pensei “Não, a vida não é só isto, não pode ser!”. Fui hospitalizada e percebi que estava a morrer com VIH, diabetes, condilomas de origem cancerígena, sífilis, hepatite, enfim, só faltava saber o que eu não tinha.

Há 15 anos que não quero saber do que deixei para trás, porque afinal só deixei tudo o que há de pior na vida.

Há que tomar consciência e dizer não às drogas e, com tanta informação que há hoje, o meu sentir é que mais vale prevenir que remediar, até porque há coisas para as quais não há remédio nem volta.

Hoje levo uma vida normal, reconquistei coisas boas que, afinal, dou graças a Deus por não ter perdido. Hoje sou feliz, mas podia ser mais ou nunca ter deixado de o ser.

*N, 50 anos – Jun.2010*

Tenho 61 anos, sou casada e tenho três filhos adultos. Sempre vivi com grandes dificuldades, pois a casa onde vivia não tinha água nem luz. Quando há 25 anos vim viver para o Bairro, passei por grandes dificuldades também.

A vida não tem sido fácil. É uma vida de muito sofrimento!

Cresci a sofrer, pois os meus pais viviam com muitas dificuldades para criarem nove filhos. Tínhamos que passar muito.

O meu marido é bêbedo, não me dá nada, tudo o que ganha da pensão é para gastar no vinho, dá-me uma vida muito má. Dois dos meus três filhos são deficientes, têm uma pensão mínima que gastam em tabaco e em por-carias. O outro filho é toxicod dependente, já se tentou recuperar por várias vezes, mas nunca consegue. Quando está mal - e ainda ontem foi um dia desses - parte tudo em casa porque quer dinheiro e eu não tenho.

É uma vida muito sacrificada, a minha sorte é ter um emprego estável.

Vivem também comigo dois irmãos que são deficientes.

São seis homens numa casa e é muito difícil controlá-los.

Não tem sido fácil e não é fácil, sofro muito e tenho poucas ajudas, sou uma pobre em todos os sentidos.

*C.S. – Nov.2010*

Sobre a minha vida do passado, eu tive uma vida muito complicada, passei muita fome, andei na vida, mas tive alguém que me deu a mão, que foram as doutoras. Agora a minha vida está um bocado melhor. Não é que esteja assim muito boa já, mas se Deus quiser vai estar melhor.

Só que o passado foi um bocado complicado por causa de andar na rua, passar fome, levar pancada do meu homem, ser maltratada. Não tive muitas hipóteses de certas coisas.

Éramos sete irmãos. Quando estava com os meus irmãos tive um problema com uma irmã minha mais velha que não queria que eu saísse, para ir a um baile ou para ir passear com as minhas amigas, e pôs-me fora de casa. Fui dormir à estação nessa altura. E foi desde aí que eu comecei a andar perdida. Depois conheci este moço, o companheiro com quem estou, e ele começou a levar-me para a avenida, da avenida para a mata, da mata

para avenida, era maltratada, batia-me quando não fazia nada, quando fazia não me dizia nada, ficava todo contente, mas nos dias que era mais fraco ele batia-me muito. Cheguei a andar negra. Agora ainda estou com ele, mas como estou a trabalhar, ele não me faz nada, está um bocadinho melhor. Eu também estou a tentar ver se consegue melhorar. No fundo gosto um bocadinho dele, mas noutra fundo também não gosto muito pela maneira como ele me trata.

Tenho quatro filhos, dois rapazes e duas meninas. Um com 22 anos, já é pai; outro com 26, mas também não faz nada. A menina com 15 anos está num Lar. A outra deve ter, não estou certa, 11 ou 12 anos. Tiraram-na para um casal. Essa nunca mais a vi desde logo que nasceu. Tenho muita pena de não saber nada dela. Muitas vezes choro por causa disso. Com a outra, falo com ela ao telemóvel, vou lá vê-la quando posso.

Agora, neste trabalho estou na copa a lavar loiça e ajudo nas outras coisas que posso. Entro às 11 e saio às 8 da noite, com uma hora para o almoço. Fiz este trabalho durante 1 ano num programa que as doutoras me arranjaram. Quando acabou o programa tive que me ir embora. Mas só estive 2 dias em casa. Mandaram-me chamar logo para trabalhar. Fiquei muito contente, porque eu quando saí daqui chorei muito, porque eu queria mesmo este trabalho que é um trabalho que me faz falta e o dinheiro faz-me falta, porque em casa senão for eu a trabalhar ninguém faz nada, tirando o meu filho que tem o bebé. Mas ele tem as despesas dele, tem o filho para criar. O mais velho e o pai é que não fazem nada. Sou trabalhadora auxiliar. Não devo nada a ninguém graças a Deus; e quando devo, pago.

*Lena – Out.2010*

## **Reflexões Partilhadas**

As reflexões deste capítulo expressam “visões”, “testemunhos”, ou “perspectivas” sobre a pobreza de algumas pessoas que, “não sendo pobres, no sentido corrente do termo” (José Dias), por razões de sensibilidade ou actividade, têm alguma afinidade com esta problemática. Ao testemunho mais pessoal e eclesial do Dr. José Dias da Silva, segue-se a reflexão de dois técnicos da área social, de dois párocos (o Pe. José Carvalho exerceu uma longa actividade profissional na área da educação e foi essa perspectiva que lhe sugerimos) e de uma autarca.

O texto que se segue é um mero testemunho. Penso que devo esclarecer isto, porque um testemunho tem características muito próprias: é único, transmite uma opinião sempre pessoal embora fundamentada na experiência e numa mundivisão que marca a leitura que cada um faz sobre a realidade. Aqui fica o aviso para quem ler o que se segue.

Eu não sou pobre, no sentido corrente do termo. Nunca o fui, embora tenha tido algumas dificuldades. Mas nunca passei fome nem carência de bens essenciais, como sucedeu a vários colegas de infância. Sempre contei com o amor e afecto dos pais e dos amigos, o que não aconteceu com alguns desses colegas. Pude não só frequentar a “escola primária” na minha aldeia, como todos, mas só a mim me foi dada a oportunidade de tirar uma licenciatura. Descobri Jesus Cristo, a maior riqueza que me aconteceu. Sempre tive emprego, até fazer a opção de me “reformatar” a meio da minha vida profissional. Não fiquei parado e pude dedicar-me àquilo que gostava de fazer: ler, escrever e contar o que sabia e podia sobre a cidadania na sociedade e a comunhão numa Igreja que tem o mandato expresso de ser missionária. Casei com a mulher de quem gosto e que gosta de mim. E é médica, outra riqueza que muitos não têm. Tenho a riqueza de dois filhos. Tive uma saúde normal. Mesmo agora, que o peso dos anos e cinco anos de cancro me multiplicaram os achaques e me diminuíram as forças físicas e a capacidade de “fazer o bem” como desejaria, sinto-me bem, se exceptuar os tempos de quimioterapia e das suas sequelas. Mas também nisso sempre tive o apoio médico que precisava, o que não acontece a muitos. Sou portanto uma pessoa rica, muito rica, em todos os âmbitos da vida: material, afectivo, intelectual, espiritual.

Assim sendo, como posso eu falar de pobres e de pobreza? Só acedi a dar o meu testemunho (possível) porque foi um grande amigo que mo pediu. Mas não devia aceitar: o que podemos dizer sobre aquilo que não sofremos “na pele”?

O que sei dos pobres e da pobreza resulta muito pouco do que vejo. O quanto eu admiro tantos “bons samaritanos” que dedicam a sua vida e a esgotam em favor dos esquecidos, dos marginalizados e dos excluídos da sociedade! E é uma das minhas “angústias existenciais” o não ser capaz de fazer o mesmo, porque o meu contributo resume-se a escrever e a falar sobre aqueles que “não conheço” e a meia dúzia de euros que vou partilhando com pessoas e instituições.

Do que leio e vejo na comunicação, fala-se sempre em milhões. E tantos milhões não nos dizem nada, pelo menos por duas razões.

São números tantas vezes repetidos e de um modo tão inócuo que passam a fazer parte da “prata da casa”: são bibelôs que adornam a nossa sala e que, de tanto os vemos, já não vemos e já não nos dizem nada; só as visitas reparam neles.

Depois, são tão grandes que escapam à nossa capacidade de compreensão. Por isso, vou aqui deixar uma imagem. Se os dois milhões de pobres que oficialmente existem em Portugal dessem as mãos e formassem uma cadeia humana em que cada um ocupasse um metro, a fita humana, começada em Coimbra, passaria por Paris e chegaria à Holanda. E se pensarmos nos mil milhões que vivem com menos de um euro por dia, a cadeia por eles formada iria até à Lua, voltaria à Terra e só acabaria de novo na Lua. Não sei se a imagem ajuda a perceber a enormidade de pessoas consideradas pobres, embora nestes números faltam ainda muitas: as que não têm esperança, as que não acreditam na vida nem no futuro, as que nunca tiveram amor. De qualquer modo é muita gente. É muito mais que uma multidão.

Mas... por detrás de cada número (1,2,3,4, ..., 2 000 000) está uma pessoa, com uma história “única e irrepetível”, está um ser humano que, no meio de alguns momentos de alegria, passa a vida mergulhado na tristeza e na angústia porque não tem pão para dar aos filhos, não tem posses para os mandar estudar, não tem dinheiro suficiente para comprar os medicamentos de que tanto precisa. E o mais dramático é que muitos desses milhões pelo mundo fora não ficariam cegos nem morreriam de doenças facilmente curáveis se pudessem comprar drageias de vitaminas ou uma vacina cujo preço é inferior ao que gastamos desnecessariamente numa semana.

Mas nós, os abastados, defendemo-nos desta nossa condição de assassinos, acusando os pobres de serem preguiçosos, de não quererem trabalhar, de se especializarem em inventar truques para levarem o nosso dinheiro. Aqui faço uma pergunta: quantos morreriam à fome se não fossem esses truques, que tanto ferem a nossa moral? E já agora outra: “O que faríamos nós nas suas circunstâncias?”.

Também li, e agora falo mais para os católicos, que o pobre é um dos lugares privilegiados da presença real de Deus, tão real como na Eucaristia. Heresia, clamam alguns, com vontade de “rasgar as vestes”. Mas a frase não é minha; foi afirmada solenemente no Concílio pelo cardeal Lercaro. Será possível? Nunca tínhamos pensado nisso? Mas se não o pensámos é porque somos hipócritas ou desconhecemos o Evangelho. Não está lá escrito que “tudo o que fizerdes (ou não) aos mais pequeninos (pobres) é a Mim (Jesus-Deus) que o fazeis (ou não fazeis)”? Então que conclusão teremos de tirar daqui?

Muitas. Se acreditamos no Evangelho, temos a obrigação de, para lá de exercer a parte de poder que temos para forçar políticas fundadas prioritariamente no direito do pobre, cada um de nós, individualmente mas sobretudo em comunidade, devemos fazer ou colaborar em pequenos gestos que podem resolver tantas situações. Dou alguns exemplos só para estimular novas iniciativas:

- dar-lhes emprego, se nos for possível, ou ajudá-los na criação de auto-emprego;
- orientá-los para instituições públicas, privadas ou eclesiais de solidariedade social;
- continuar a acompanhá-los até que se tornem autónomos;
- partilhar mensalmente uma percentagem dos nossos ordenados em favor de casos que conhecemos bem ou em favor de instituições que consideremos idóneas para apoiar também a pobreza envergonhada;
- não dar esmola na rua nem à porta das igrejas, pois não sabemos se realmente são carenciados.

Acabei por não testemunhar nada, ficando-me pelo discurso mais ou menos moralista.

Mas não queria terminar sem revelar um segredo meu. Eu não gostaria de ser pobre, não gostaria de ter fome, não gostaria de não ter estudado, não gostaria de não ter amor e carinho. Mas gostaria (e este é o meu maior drama pessoal) de ser pobre de coração: ter o coração livre dos meus projectos humanos (legítimos, sem dúvida), ter um coração desprendido de tanta cangalhada, onde haverá coisas boas e outras menos boas, para assim poder estar absolutamente disponível para aceitar o Projecto que Deus tem para mim. Para poder dizer honestamente o “Fiat” que Maria disse.

Tenho tentado viver a vida nessa pobreza (tentar não custa!), mas quantas vezes a minha riqueza me impede de a pôr em prática.

*Zé Dias – 3.Nov.2010*

---

---

## **Uma visita domiciliária**

---

---

Uma casa de três assoalhadas acolhe uma família de etnia cigana beneficiária do rendimento social de inserção. Do agregado familiar declarado fazem parte apenas quatro elementos: a matriarca e três filhos, embora nela residam outros filhos, noras, genros e netos. Aquando da visita domiciliária encontrámos a titular com seis dos seus onze filhos (7 raparigas e 4 rapazes), juntamente com duas noras, um genro e uma neta. Neste primeiro contacto, pretendendo fazer uma reavaliação do processo, tentámos perce-

ber quem era quem. A certa altura, a sala da utente foi dividida ao meio, deixando de um lado, os filhos e do outro, os restantes parentes. Ao mesmo tempo foram contabilizados os ausentes. Sendo uma família monoparental, a dinâmica familiar organiza-se em torno da matriarca, que ocupa um lugar de chefe de família e, como tal, dita as ordens e regras de toda a gestão doméstica.

A casa reflectia a dinâmica familiar existente. Alguns restos de comida estavam em cima da mesa, e foram rapidamente levados para a cozinha por uma das noras, enquanto as restantes raparigas da casa se mantinham atarefadas com as camas e tratamento das roupas. Os rapazes estavam sentados no sofá e a mãe, sentada numa das cadeiras da mesa de jantar. Nos armários da sala, envidraçados, passeavam baratas. Confrontada com a situação, justificou, de forma indiferente, que a casa é velha e que a canalização é lugar privilegiado para a sua reprodução. Sendo uma casa de habitação social, aguardam a desinfestação de um técnico da Câmara Municipal.

Relativamente à organização do espaço físico, o quarto principal da casa foi atribuído ao recém casal composto por filho e nora da beneficiária. Seria para o seu filho mais velho, mas este está detido. O segundo veio a ocupar um dos outros quartos da casa, com mulher e dois filhos, uma vez que também chegou há pouco tempo, depois da sua detenção. É, por isso, o terceiro filho que ocupa o maior quarto com a noiva. O casamento já está marcado para daqui a dois meses. Num último quarto dormem, a mãe com duas filhas e o filho mais novo. Finalmente, na sala, acomodam-se mais uma filha, genro e neta. A moradia dispõe apenas de um WC e uma pequena cozinha com marquise. Com a porta da rua sempre aberta, afirma que é no pátio em frente à casa que os mais novos podem brincar. Bonecos, panelas e carros estavam espalhados pelo chão.

A visita estava quase no fim, mas o clã ainda se reuniu para debater o valor da prestação pago pela Segurança Social. Afirmam que o dinheiro é pouco para sustentar tanta gente. Efectivamente, terá que haver um recálculo da prestação, uma vez que o agregado familiar residente é composto por muitos mais elementos. No entanto, dois dos filhos querem procurar um espaço para eles. Questionaram que documentos são necessários para requerer RSI. Resta acrescentar que as filhas mais velhas desta família são igualmente beneficiárias e que saíram do agregado familiar, após o casamento, para integrarem o da família do marido.

Os rapazes mais velhos cumprem penas e o residente adolescente aguarda inserção em trabalho comunitário. O mais novo está a frequentar a escola. Finalmente as filhas residentes maiores de idade estão inscritas no centro de emprego, sem colocação no mercado de trabalho. Têm baixas qualificações e as mais novas frequentarão a escola até ao casamento, limitando, desta forma, a sua inserção social e profissional. As duas noras pre-

sentes aguardam entrevistas para cursos de formação. Uma delas não é de etnia cigana, mas tem apenas a 4ª classe. Foi detida aos 20 anos.

A definição da estratégia de intervenção que visa a autonomização deste agregado, passa, assim, por delinear em primeiro lugar, um plano de recuperação de estudos de alguns dos elementos e em segundo por uma reorganização desta dinâmica familiar pretendendo, ao mesmo tempo, respeitar os traços culturais da etnia, mas promovendo sempre o processo de aculturação e consequente integração na sociedade.

Ana – 5.Nov.2010

---

---

### **Nem só de pão vive o Homem...**

---

---

Viktor Frankel em “Logoterapia e análise existencial” conta que, durante a II Guerra Mundial, em que foi parar a um campo de concentração nazi, vivia com 850 calorias por dia e pesava 40 quilos. E que, no período entre as duas guerras, tinha atendido em consulta psicológica jovens carenciados que lhe confessavam que o problema não era tanto a falta de meios de subsistência, mas sim a depressão e o aborrecimento que a vida lhes causava e, com eles, o vazio interior e a “fome” de sentido.

Ao longo dos já largos anos da minha vida profissional, no trabalho directo e diário com toxicodependentes e com a problemática que os envolve, tenho ouvido, muitas vezes, a referência pelos próprios de que as drogas se destinam a preencher o vazio ou, usando uma expressão da gíria, a encher a cabeça. E, neste caso, não se trata propriamente de jovens carenciados de bens materiais ou até humanos, antes pelo contrário, sempre tiveram tudo e não faltou quem os aconselhasse e apoiasse. No entanto, meteram-se na droga, procurando nela o preenchimento do que mais lhes falta: alegria e satisfação de viver. Falam também eles de depressão e aborrecimento (“seca”) face à vida e a tudo o que os rodeia.

Numa perspectiva psicológica, podemos, pois, pensar no perigo que representa para os jovens desta geração viverem numa sociedade que, com a última revolução industrial, a electrónica, e o pós-modernismo da tecnologia, dos meios de comunicação, da internet, do ADN, da pílula, do rock, do pop e do chip, elegeu o individualismo, o culto do super-ego e o hedonismo como valores supremos a alcançar a qualquer custo, em busca de uma felicidade imediata e artificial, a única que consegue assegurar, sem alternativas éticas, sociais, morais, afectivas e espirituais.

Necessita, por isso, de promover desenfreadamente o consumo, sendo os indivíduos induzidos e educados no sentido da gratificação e prazer imediatos, o que, naturalmente, vem tirar lugar ao esforço, à conquista e ao

investimento pessoal, promovendo antes a irracionalidade e a alienação (pelas drogas, por exemplo).

Por outro lado, fortemente influenciado pelo nihilismo de Nietzsche (do nada, do vazio, da ausência de valores), que entrou em moda nos anos 70, o pós-modernismo tem levado à supressão vertiginosa de valores axiológicos, como os do Bem, do Belo, do Justo, em favor da banalidade quotidiana exaltada como valor artístico, através da Arte Pop nos anos setenta, conduzindo à decadência e à negação de grandes ideias, como a de Deus, da Verdade, da Família, da Intimidade.

Assim, muitos dos jovens (e até adultos) de hoje têm a vida centrada em falsos absolutos: o ter, o poder e o prazer materiais. Obcecados pela necessidade de afirmação pessoal, pelo mais fácil e agradável e centrados no sucesso a partir do que têm e mostram, segundo padrões de imagem e poder que a influência social e política sublinham, sentem uma enorme frustração, quando afinal não conseguem alcançar o que consideravam ser o mais importante.

Compreende-se, por isso, que o resultado seja um enorme vazio e falta de sentido da vida, isto é, uma pobreza existencial!

*Albano Rosário – Nov.2010*

---

### **Pobreza, uma realidade desconcertante**

---

A pobreza é uma realidade complexa, com muitas facetas. Não se pode olhar para ela de uma forma simplista, nem fácil, nem descomprometida. Dando o meu testemunho, posso dizer que, por um lado, vejo a crueldade, ignorância e incompreensão de tantas pessoas; por outro lado, descubro em mim muitas barreiras que me impedem de compreender e actuar.

A desconfiança! Minha e dos outros. Pergunto-me muitas vezes: será que esta associação que me vem pedir é credível? Será que esta pessoa precisa mesmo ou me está a enganar? Também oiço muitas pessoas a dizer que não dão para este ou aquele peditório porque acham que depois nada é entregue àquele destino.

Uma culpa associada à pobreza! O caso do drogado ou do alcoólico. A desorientação daquele que se endivida comprando obsessivamente coisas supérfluas que depois não pode pagar, chegando ao ponto de haver alguns dias em que não tem dinheiro, por exemplo, para algo tão básico como almoçar! Perante estes casos surge a pergunta: é uma espécie de doença ou trata-se de uma culpa moral com o conseqüente castigo? Como agir quando a própria pessoa é, de algum modo, culpada pela situação de pobreza que vive? Não sei, mas é, sem dúvida, desconcertante! É fácil dizer «foi bem

feito, quem o mandou meter-se naquilo?». No entanto, a caridade lembramos que se trata de um caso de pobreza para resolver.

A hipocrisia e a má vontade de tantas instituições responsáveis a nível local, tais como: autarquias sempre adiam “sine die” as soluções dos problemas concretos, ou que sempre encontram um oportuno entrave burocrático ou de jurisdição; assistentes sociais que deixam perpetuar casos “eternos”; comissões locais onde apenas se fala mas não se age.

A incompreensão da pobreza associada a outras misérias: álcool, droga... Destaco, sobretudo, a prostituição: na cabeça da maioria das pessoas, as prostitutas continuam a ser mulheres preguiçosas que fizeram uma opção pela vida fácil para ganhar dinheiro sem esforço ou até pelo prazer! Mas... será (sempre) assim?

Outro aspecto muito importante e que nem sempre é claro para toda a gente: a pobreza não significa necessariamente miséria! Por isso, a pobreza nem sempre é visível, por isso tantas vezes nos escapa sem que sejamos sequer capazes de a identificar. Uma pessoa ou família pode ter necessidade de alguns bens importantes e passar algumas privações mais ou menos graves sem, no entanto, viverem um grau de pobreza extrema.

A pobreza raramente é visível: tanto é real em pessoas que parecem de nada precisar como é fingida em pessoas que vivem bem embora aparentemente passar miseravelmente. É uma realidade complexa e que eu sinto, acima de tudo, como algo profundamente desconcertante aos mais variados níveis.

*Padre Orlando Henriques – Nov.2010*

---

---

## **Desenvolvimento e Ensino**

---

---

Parece não ser novidade para ninguém a relação que existe entre o desenvolvimento, principalmente económico, de um país e a qualidade do ensino ministrado. Com efeito, um país subdesenvolvido revela sempre grandes carências a esse nível ou/e uma deficiente qualidade do ensino ministrado. Pode mesmo acontecer, que um país relativamente desenvolvido venha a ter graves problemas sócio-económicos, se a qualidade do ensino for descuidada.

Porque estão a crescer de uma forma espantosa as economias de vários países do Oriente? Sem dúvida: pela qualidade do ensino que é ministrado aos seus cidadãos; pode ver-se, nas avaliações da qualidade do ensino levadas a cabo pela OCDE, que já há cerca de vinte anos esses países se encontravam nas melhores posições; não se encontra outra explicação, uma

vez que os recursos materiais de que dispõem actualmente, são os mesmos dos que dispunham em tempos mais recuados. É claro que não é de um momento para o outro que se vêem os resultados; é preciso esperar décadas; mas não se duvide que é o único caminho; é claro que não dispensa o bom senso e políticas sócio-económicas ajustadas.

A Europa tem presente esta realidade? Não parece. Desde Maio de 1968 que se tem assistido a uma progressiva degradação do ensino e as consequências estão bem patentes. Curioso é que dá para verificar a tal relação: os países com um ensino mais qualificado, logo mais exigente, reagem mais facilmente a condições económicas adversas; a Alemanha é um bom exemplo.

E em Portugal, o que se passa? Primeiro começou a degradação do Ensino Básico do 1º ciclo (dito Primário), na década de setenta: em relação ao Português, instruam-se os professores de que os alunos tinham tempo de aprender a ler e a escrever correctamente até ao 9º ano; o pior é que os professores do 2º e 3º ciclos entendiam que os alunos deviam ter aprendido certas matérias (a ler, regras gramaticais, etc.) no 1º ciclo, pelo que tentavam ensinar as matérias que respeitavam ao nível em que os alunos se encontravam; é bem evidente que sem as bases, não apreendidas no tempo próprio, o que ensinavam não tinha destinatários. Com a Matemática o problema coloca-se ao mesmo nível; o facto dos alunos não saberem a tabuada, contas de somar, diminuir, dividir ou multiplicar não era nem é impedimento para os alunos não transitarem. Aliás, o sucesso, a qualquer preço, passou a ser a tônica dominante dos sucessivos ministérios ligados à educação e de alguns mentores tidos por abalizados. Os resultados estão à vista: os alunos chegam ao Ensino Superior com uma deficiência aterradora nas matérias fundamentais, que não são apenas a Matemática e o Português. Não é alheia a esta situação a perturbação instaurada com a introdução, na década de 70, do método global para o Português e das Matemáticas modernas em substituição das clássicas.

Este movimento do sucesso, a todo o custo, tornou-se uma prioridade para os governantes e uma espécie de bola de neve para a deterioração do ensino: estendeu-se, paulatinamente, a todos os níveis do Ensino Básico, passou ao Ensino Secundário e, finalmente, atingiu o Ensino Superior. Neste nível de Ensino não tem havido uma intervenção directa mas, desde há alguns anos a esta parte que tem havido intervenções indirectas diversas, nomeadamente financeiras, que têm levado os responsáveis pelos estabelecimentos de Ensino Superior a terem sérias preocupações com o sucesso escolar dos seus alunos, quase sempre com prejuízo da qualidade do ensino ministrado.

O resultado de tudo isto é um analfabetismo funcional: é verdade que temos bastantes licenciados, tendo em conta o elevado número de desempregados, em quase todas as áreas do saber, mas, que mesmo da sua especialidade sabem muito pouco, nomeadamente no que respeita à prática do exercício da profissão para a qual se prepararam. É a empresa que tem de lhes dar a formação que deviam ter adquirido na Universidade? De modo nenhum; a empresa não pode substituir as Instituições de Ensino Superior; estas Instituições é que têm de dotar os futuros profissionais dos conhecimentos necessários para um bom desempenho profissional, nomeadamente os conhecimentos básicos; é assim que se procede nos países desenvolvidos.

Quanto aos cursos técnico-profissionais. Acabou-se com as Escolas Técnicas, que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste País; e o que se implementou para as substituir? Ao que parece, até hoje, nada que se veja; os cursos implementados não parecem ter a qualidade que satisfaça as necessidades das empresas. Onde vão elas recrutar pessoal técnico qualificado para os seus quadros intermédios? Em Portugal não; salvo em alguns raros estabelecimentos “arrojados” de ensino particular, em escasas áreas, que procuram colmatar essa grave falha do sistema. Assim, o sistema tem, para oferecer às empresas, quadros superiores com a qualidade afectada e pessoal não qualificado. Uma empresa não subsiste nestas condições e as grandes empresas, neste cenário, deslocam-se para países que dispõem de abundantes e qualificados quadros para todos os níveis e, eventualmente, a custos mais reduzidos e menos propensos a acções reivindicativas.

É bem evidente que se as empresas não têm quadros competentes não têm sucesso e se as empresas não funcionam ou fecham, gera-se o desemprego, não há produção e a economia resulta depauperada. Face a este cenário há que tomar as medidas mais adequadas, que passam por se implementar um ensino de qualidade, a todos os níveis, liberto de infantilismos de que está eivado, principalmente o Ensino Básico e também o Secundário (basta ver os manuais utilizados nas diferentes disciplinas e Escolas), implementar exames a nível nacional, principalmente ao nível do 9º ano e Secundário; o sucesso ou o insucesso nos exames constitui um excelente método, não só para avaliar os alunos mas, principalmente os professores, para além de minimizar as injustiças nas classificações. Também seria oportuno libertar os professores de tão elevada carga burocrática.

Não reste qualquer dúvida: se se pretende desenvolver o País e tirá-lo do fosso em que continua a atolar-se, há que olhar seriamente para a falta de qualidade do ensino e a sua permanente degradação e inverter tal estado de coisas.

*P. José Carvalho – Nov.2010*

**2010: Foi, é e continuará a ser sempre o Ano Europeu da Pobreza e da Exclusão Social**, daí que, a meu ver e na actualidade, o tema não poderia ser mais oportuno.

Na sociedade em que hoje vivemos, a pobreza e a (consequente) exclusão social, são uma realidade, uma certeza, direi até mais, uma fatalidade da vida em sociedade que hoje atestamos, com a qual convivemos e da qual somos parte integrante.

A pobreza e a exclusão social, deixaram há muito tempo de fazer parte de meras estatísticas, relatórios e estudos sociais e passaram a ser facilmente reconhecidas no dia-a-dia de cada um, em particular e na vida de todos nós, na generalidade.

Cabe então, a cada um de nós, individualmente, tentar fazer algo que possa marcar a diferença, algo de mesmo não sendo decisivo, constitua uma melhoria, um pequeno contributo, uma mais-valia para esta causa, uma tentativa para que algo aconteça, para que algo possa efectivamente mudar. E mudar, neste caso, em particular, não tem necessariamente que significar um corte com esta dura realidade, antes porém, deverá ser uma forma de fazer entender a todas as pessoas, de uma forma simples e genuína, que estes problemas estão mais próximos de todos nós do que imaginamos... fazer entender a todos que de nada serve virar o rosto e fingir que nada vemos.

Por outro lado e já no colectivo, este tempo que hoje vivemos, leva a que mais do que nunca tenham que ser pensadas, ajustadas e adoptadas as medidas que de forma peremptória possam instituir a cabal concretização da promoção de uma igualdade e justiça social de que tanto se fala e que tão raras vezes se encontra.

Esta dura realidade faz-me ***pensar, parar e reflectir...***

Em suma, a nossa sociedade ainda pode ser recuperada, os valores ainda são recuperáveis, pelo que termino parafraseando Edmund Burke, que disse um dia que **“ninguém errou tanto como aquele que nada fez só porque podia fazer muito pouco”**.

Eu, por mim, vou continuar a **fazer** o meu **muito pouco**, e espero que todos façam o mesmo.

Ana Paula Neves<sup>(\*)</sup> – Nov.2010

<sup>(\*)</sup>Vice-presidente da  
Câmara Municipal  
de Castanheira de  
Pêra.



## Protecção e Inclusão Social (\*)

### Instrumentos de política social e combate à pobreza e à exclusão social geridos pelo Instituto de Segurança Social - ISS, I.P. (\*\*)

Sendo a solidariedade um dos valores fundamentais da União Europeia, podemos afirmar que nas últimas décadas todos os chefes de estado e governos se têm empenhado numa acção global contra a pobreza, partilhando benefícios em tempos de prosperidade e ultrapassando obstáculos em alturas mais difíceis.

É hoje assumido pelos principais intervenientes que a pobreza, mais do que algo que conduz à violação dos direitos humanos, é ela própria uma manifesta violação desses mesmos direitos, pelo que, no quadro de uma estratégia global de Protecção e Inclusão Social e dando sequência às decisões da agenda de Lisboa, Portugal, à semelhança de outros países, tem vindo a adoptar uma estratégia de Governação assente em medidas que visam promover a inclusão social.

Assim, para o período de 2008-2010, a referida estratégia, consubstanciada no *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*, adopta um conjunto de medidas que visam prevenir situações de pobreza e exclusão social, assumindo três objectivos políticos prioritários:

- *combater e reverter situações de pobreza persistente, nomeadamente a das crianças e dos idosos,*
- *corrigir as desvantagens ao nível da educação e da formação, prevenindo a exclusão e contribuindo para a interrupção dos ciclos de pobreza,*
- *reforçar a integração de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência e incapacidade, imigrantes e minorias étnicas e promover um desenvolvimento económico sustentado e inclusivo.*

Porque às desigualdades sociais persistentes se juntam hoje os efeitos derivados das conhecidas transformações demográficas verificadas na última década, o PNAI 2008-2010 visa, igualmente, contribuir para fazer face a essas alterações, designadamente pelo apoio à natalidade, à conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar, e pela melhoria do apoio às situações de envelhecimento e dependência.

Salienta-se que, a concepção, implementação e monitorização da referida estratégia de inclusão social, pressupõe um *processo de concertação e responsabilização partilhada entre o Estado – Instituto*

(\*) Texto de  
Elisabete Pina,  
técnica do ISS, I.P./  
Centro Distrital de  
Coimbra  
UDS/NQFT.

(\*\*) Sob o enquadramento da Lei de Bases do Sistema de Segurança Social, o ISS, I.P. tem por missão a gestão dos regimes de Segurança Social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de Segurança Social e o exercício da Acção Social, nomeadamente a execução das principais medidas de combate à pobreza e à exclusão social.

Por sua vez, e no âmbito da orgânica definida pelo Decreto-Lei nº 214/2007, de 29 de Maio, regulamentada pela Portaria 638/2007, de 30 de Maio, os Centros Distritais, unidades orgânicas territorialmente desconcentradas que reflectem realidades diversas em dimensão e complexidade, são os serviços responsáveis, ao nível de cada um dos distritos, pela execução das medidas de política social e pelo exercício da acção social.

Neste contexto, o Centro Distrital de Coimbra encontra-se subdividido em três unidades de 2º grau, das quais se destaca a Unidade de Desenvolvimento Social, responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação de todas as medidas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social, no distrito de Coimbra.

*de Segurança Social, ISS, I.P., através dos seus organismos de âmbito central, regional e local* <sup>(1)</sup> – e os diversos intervenientes, designadamente entidades privadas com e sem fins lucrativos, nas quais se inscrevem as IPSS's tuteladas pelo Instituto de Segurança Social.

E neste contexto de responsabilização partilhada Estado/Sociedade Civil tendo em vista a protecção e inclusão, destaca-se o papel atribuído aos *Programas de Desenvolvimento Social*, enquanto agentes de mobilização e rentabilização dos recursos locais, nomeadamente:

**1. Programa Rede Social**, instrumento privilegiado de “operacionalização do PNAI” e agente de mobilização e participação activa dos principais actores locais no processo de promoção da inclusão.

Criado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e Declaração de Rectificação nº 10-O/98, posteriormente rectificada pelo Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, o Programa “Rede Social” surge num *contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal*.

De acordo com a legislação em vigor, a Rede Social deverá assumir-se como um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social.

Num contexto de intervenção, o Programa Rede Social<sup>(2)</sup> visa o reforço de uma identidade colectiva, a constituição de parcerias

---

<sup>(1)</sup> O ISS, I.P. desenvolve a sua actividade em todo o território nacional continental sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, dispondo de serviços de âmbito nacional e de **serviços territorialmente desconcentrados**. São serviços do ISS, I.P., os serviços centrais, os **Centros Distritais**, o Centro nacional de pensões e o Centro nacional de Protecção contra os Riscos profissionais.

<sup>(2)</sup> Trata-se de um Programa Co-financiado pelo Fundo Social Europeu – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desen-

activas entre entidades públicas e privadas e o planeamento integrado da intervenção a desenvolver nos territórios.

Localmente, a Rede Social materializa-se através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia (CSF/ CSIF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), que se constituem como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, aos níveis da freguesia e do concelho, respectivamente.

A elaboração de diagnósticos sociais, de planos de desenvolvimento social e de planos de acção, constitui o principal objectivo inerente ao referido processo de planeamento integrado.

Diagnósticos sociais, que se assumem como instrumentos dinâmicos, sujeitos a actualizações periódicas, resultantes da participação dos diferentes parceiros; onde são identificadas as necessidades, os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território.

Enquanto instrumentos de planeamento, os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) determinam os eixos estratégicos, as finalidades e os objectivos da intervenção local, no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, com base nas prioridades definidas nos diagnósticos sociais e nas estratégias de governação, nomeadamente prioridades do PNAI.

Consequentemente, os PDS operacionalizam-se através de Planos de Acção anuais, concertados e implementados no âmbito da parceria local, onde os diferentes parceiros assumem níveis de responsabilidade partilhada.

Por último importa referir que, no âmbito da Rede Social, a legislação em vigor prevê ainda a implementação de plataformas territoriais com base nas actuais NUT III, de forma a garantir um planeamento estratégico de nível supra-concelhio.<sup>(3)</sup>

Retomando o conceito de “responsabilização partilhada” no âmbito do combate à pobreza e da promoção da inclusão social, apresenta-se, se seguida, mais um Programa gerido pelo ISS, I.P., que sucede

---

volvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projecto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Acção Tipo 5.1.1.1 - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

<sup>(3)</sup> No Distrito de Coimbra encontram-se implementadas e em funcionamento dezassete redes sociais (com NE e CLAS devidamente constituídos), bem como duas plataformas supra-concelhias (Pinhal Interior e Baixo Mondego).

**A gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação do Programa Rede Social é da competência do Departamento de Protecção Social e Cidadania, do ISS, I.P.**

Portaria N.º 396/  
2007, de 02 de Abril,  
alterada pela  
Portaria N.º 285/  
2008, de 10 de  
Abril; Despacho do  
MTSS e Anexo, de  
07 de Julho de 2008  
– Normas  
orientadoras para a  
execução dos CLDS.

aos anteriores Programas de Combate à Pobreza e Programa para a Inclusão e Desenvolvimento.<sup>(4)</sup>

**2. Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social**, criado em Abril de 2007 com o objectivo de activar uma maior coesão territorial e uma mudança social efectiva dos territórios mais deprimidos, confrontados com graves situações de pobreza e exclusão social e de promover a inclusão social dos cidadão de forma multissectorial e integrada, através de acções a desenvolver em parceria.<sup>(5)</sup>

O Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) estabelece um novo paradigma de intervenção e aposta na concentração de recursos em quatro eixos de intervenção que se consideram essenciais - *emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições e acessibilidade* – aposta na complementaridade entre acções obrigatórias (visando a existência de prioridades comuns ao território) e não obrigatórias.

Os territórios a abranger pelos CLDS são: territórios críticos das áreas metropolitanas; territórios industrializados com forte desqualificação; territórios envelhecidos e territórios fortemente atingidos por calamidades.

Em 2008, com a entrada em vigor da Portaria 396/ 2007 de 2 de Abril, implementaram-se os primeiros Contratos Locais de Desenvolvimento Social (projectos-piloto) e foram aprovadas algumas alterações ao regulamento. Em 2009, o ISS, I.P. definiu como prioridade o alargamento do Programa a todo o território nacional.

De acordo com as estratégias definidas e tendo em atenção o papel prioritário que os municípios devem assumir no desenvolvimento social dos seus territórios, os CLDS contemplam um modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios identificados como mais vulneráveis, definidos por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social.

---

<sup>(4)</sup> Programa de Luta Contra a Pobreza PROGRIDE - Programa Para a Inclusão e Desenvolvimento: Criado através da Portaria n.º 730/2004 de 24 de Junho; Regulamentado pelo despacho n.º 25/2005 de 3 de Janeiro pelo despacho n.º 25 de 3 de Janeiro; Abertura de candidaturas e definição de territórios prioritários, através do Despacho n.º 24/05 de 3 de Janeiro; Abertura de candidaturas e definição de grupos alvos, através do Despacho n.º 6165/05 de 22 de Março.

<sup>(5)</sup> Enquadrado no processo de avaliação de outros Programas antecessores, assume-se como uma nova estratégia de combate à pobreza e à exclusão social ao nível dos territórios, face às fragilidades detectadas.

Assim, considerando a necessidade de sustentar intervenções estruturadas como resposta à redução da intensidade dos fenómenos de pobreza e de exclusão, o referido membro do Governo dirige convites às autarquias, para implementação nos respectivos territórios de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que na lógica supra referida deverão enquadrar um Plano de Acção<sup>(6)</sup> constituído com base no Diagnóstico de necessidades e no respectivo Plano de Desenvolvimento Social concelhio.

Enquanto mecanismos de combate à pobreza e à exclusão social, todos os projectos financiados no âmbito do Programa CLDS terão que inscrever em plano de acção as acções obrigatórias definidas para cada um dos eixos estratégicos<sup>(7)</sup>.

Feita a apresentação dos Programas de Desenvolvimento Social geridos pelo ISS, I.P. no âmbito da promoção da inclusão, decorre fazer uma descrição das principais *Medidas de Política Social / Programas de Apoio a Indivíduos e Famílias em Situação de Pobreza e Exclusão Social*, a saber:

**3. Acção Social**, medida de política social que visa assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças,

---

<sup>(6)</sup> Este Plano de Acção é elaborado pelo Núcleo Executivo da Rede Social e pela Entidade escolhida localmente para assumir a função de coordenação local da parceria e, posteriormente, é aprovado pelo CLAS e ratificado pela Câmara Municipal.

<sup>(7)</sup> *Emprego, Formação e Qualificação:*

Criação de gabinetes de atendimento na área da empregabilidade, para acompanhamento do processo de inserção e/ou (re)qualificação profissional de indivíduos em situação de desemprego e de potenciais empreendedores e desenvolvimento de acções que incentivem a articulação entre empregadores e empregados, escolas profissionais e centros de formação e que promovam a sensibilização/ informação dirigida aos agentes económicos;

*Intervenção familiar e parental:*

Criação de um Centro de Recursos e Qualificação para o desenvolvimento de acções de apoio à comunidade e às famílias designadamente acções de informação/ formação sobre educação para a cidadania e direitos humanos, grupos de auto ajuda, desenvolvimento pessoal, treino de competências, gestão doméstica, definição de projectos de vida, identificação e diagnóstico de factores de risco nas famílias e intervenção em situações de crise;

*Capacitação da Comunidade e das instituições:*

Desenvolvimento de acções de apoio à auto organização dos cidadãos e à criação de associações locais, nomeadamente comissões sociais de freguesia;

*Informação e Acessibilidades:*

Desenvolvimento de acções facilitadores de acesso informação.

(\*) **Atendimento de 1ª**

**Linha:** serviço de atendimento que presta informação básica e orientação aos utentes, bem como intervenção em situações de emergência social. Pressupõe elaboração de diagnóstico social e posterior resolução da situação e/ou encaminhamento para atendimento/acompanhamento social;

**Atendimento de 2ª**

**Linha:** funciona complementarmente ao atendimento de 1ª Linha e destina-se ao apoio a indivíduos e famílias com problemas sociais específicos; Incorpora a figura do “gestor de caso” e desenvolve a sua intervenção a partir da definição, contratualização e acompanhamento técnico de um plano de inserção;

**Atendimento de 3ª**

**Linha:** funciona em complemento ao atendimento de 2ª Linha, trabalhando uma determinada vertente do problema diagnosticado; Direcção-se para áreas/ problemáticas específicas, nomeadamente menores em risco, indivíduos e/ou famílias com problemas de saúde, habitação, entre outros.

jovens, pessoas com deficiência, idosos e indivíduos em situação de carência económica ou social, tendo como objectivos a prevenção e/ ou reparação de situações de carência e desigualdade social, de dependência, de disfunção e de pobreza e exclusão social.

Enquanto medida de política social, a Acção Social concretiza-se em serviços de atendimento/ acompanhamento social<sup>(\*)</sup>, que subentendem uma intervenção técnica e de carácter personalizado, que visa apoiar indivíduos/ famílias na prevenção/ reparação de problemas geradores ou gerados por situações de pobreza e exclusão.

Avocada no passado, como medida de tipo assistencialista, a “*acção social*” tem vindo a assumir uma dimensão activa, assente numa relação de reciprocidade técnico-utente, tendo em vista a definição de um plano de inserção.

Enquanto medida activa, este serviço de atendimento/ acompanhamento social pode associar outras dimensões, como: a concessão de prestações pecuniárias de carácter eventual, atribuídas em situações de excepcionalidade; a concessão de prestações em espécie, a possibilidade de acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais e/ou a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

**4. Rendimento Social de Inserção<sup>(8)</sup>**, medida de política social activa, criada com o objectivo de promover uma efectiva inclusão de indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão, assumindo, para tal, a natureza de *prestação pecuniária* de carácter transitório e variável e também uma *componente de inserção*.

Enquanto medida de política social, actualmente o rendimento social de inserção constitui-se como um dos principais mecanismos de combate à pobreza, ao ter como principais objectivos assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares, o acesso a recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e paralelamente, favorecer a sua progressiva inserção social, laboral e comunitária.

Enquanto prestação, o rendimento social de inserção está sujeito à verificação da condição de recursos, apenas tendo acesso a este, todos os agregados familiares cujo valor total do património mobiliário

---

<sup>(8)</sup>Instituído pela Lei nº 13/2003, de 21 de Maio

de todos os elementos do agregado, seja inferior ao legalmente definido<sup>(9)</sup>.

A sua dimensão activa é traduzida na contratualização de um programa de inserção, constituído por um conjunto de acções que visam uma integração plena e gradual dos titulares da medida e de todos os elementos do agregado familiar.

**5. Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados - PCAAC**, é uma acção anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.<sup>(10)</sup>

Refira-se que, neste programa, o tipo de produtos alimentares distribuídos depende dos produtos agrícolas provenientes das existências nos estados membros da Comunidade.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que residentes em território nacional, todas as famílias/pessoas e instituições/utentes, cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos critérios de elegibilidade aprovados, nomeadamente as famílias mais carenciadas por: baixo rendimento do agregado familiar; desemprego prolongado; situações de prisão, morte, doença, separação e abandono; pensionistas do regime não contributivo; famílias numerosas, entre outros.

**6. Programa Conforto Habitacional Para Pessoas Idosas – PCHI**, programa que tem por base uma política social de incremento das condições de vida das pessoas idosas, nomeadamente através da melhoria do conforto das suas habitações, por forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio habitual de vida. Estas melhorias traduzem-se em obras ao nível do edificado e na aquisição de equipamento indispensável.

---

<sup>(9)</sup> € 100.612,80 no ano de 2010 (240 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais. Para uma informação mais detalhada, consultar o Guião Condição de Recursos.

<sup>(10)</sup> A origem desta acção encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o Inverno excepcionalmente frio de 1986/87. Portugal, informa anualmente a Comissão do seu desejo de realizar o PCAAC. Cabe à Comissão adoptar o plano anual de distribuição, discriminado por Estado-membro, de produtos provenientes das existências de intervenção. Para a repartição dos recursos existentes, entre os Estados-membros que manifestaram o desejo de executar a acção, a Comissão toma em consideração o número de pessoas mais necessitadas nos Estados-membros em causa, bem como a experiência e as utilizações registadas nos exercícios anteriores.

É um programa que se concretiza em todo o território nacional continental, prioritariamente nos distritos do interior com maiores índices de envelhecimento da população, e que resulta de uma parceria entre a Segurança Social e os Municípios, concretizando-se mediante a celebração de protocolos.

**7. *Comissões de Protecção de Crianças e Jovens - CPCJ*** <sup>(11)</sup>, instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

No âmbito desta medida, considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

**8. *Rede Nacional de Cuidados Continuados***, programa que visa prestar apoio integrado nas áreas da saúde e da segurança social, através de equipas multidisciplinares que actuam no terreno, em estreita colaboração com os hospitais e os centros de saúde.

Este programa assenta na garantia do direito da pessoa em situação de dependência (com falta ou perda de autonomia) à dignidade, à preservação da identidade, à privacidade, à informação, à não discriminação, à integridade física e moral, ao exercício da cidadania e ao consentimento das intervenções efectuadas.

Integram a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, um conjunto estruturado de unidades - internamento para conval-

---

<sup>(11)</sup> Criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91 de 17/5 foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Protecção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

cença, internamento de media ou longa duração - e de equipas de cuidados continuados de saúde e de apoio social – a desenvolver em ambulatório – prestados de forma integrada.

**9. Linha Nacional de Emergência Social – LNES**, um serviço público gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para protecção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de Emergência Social – 24 horas por dia, 365 dias por ano – disponível através do número de telefone 144.

É um serviço direccionado para todos os cidadãos em situação de Emergência Social, que tem como grupos-alvo prioritários:

- Crianças e jovens em perigo;
- Idosos em situação de abandono;
- Pessoas vítimas de violência doméstica;
- Pessoas em situação de sem-abrigo.

Visa accionar uma resposta social imediata às situações de emergência social e assegurar a acessibilidade a um posterior encaminhamento/acompanhamento social, numa perspectiva de inserção e autonomia; identificar e dar resposta imediata a situações de emergência social; encaminhar as situações de emergência, em que exista perigo para a integridade física, psicológica e social dos indivíduos, para serviços prestadores de cuidados e acolhimento; garantir condições de protecção a situações de vulnerabilidade com risco associado; sinalizar e encaminhar para acompanhamento situações de grave exclusão social.

Apresentadas as principais medidas de política social, identificam-se seguidamente *Outras Respostas Sociais - por população-alvo*, que se constituem como garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e também como instrumentos de promoção da inclusão social, a saber:

**1. Respostas sociais para o grupo-alvo Crianças e Jovens:**

- Ama;
- Creche;
- Creche Familiar;
- Estabelecimento de educação Pré-escolar;
- Centro de Actividades de Tempos Livres;
- Centro de Férias e Lazer.

**2. Respostas sociais para o grupo-alvo Pessoas Idosas:**

- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Centro de Convívio;
- Centro de Dia;

Centro de Noite;  
Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas;  
Residência;  
Lar de Idosos;  
Centro de Férias e Lazer.

### **3. Respostas sociais para o grupo-alvo Pessoas Adultas com Deficiência:**

Centro de Atendimento/ Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência;  
Serviço de Apoio domiciliário;  
Centro de Actividades Ocupacionais;  
Acolhimento Familiar de Pessoas Adultas com Deficiência;  
Lar Residencial;  
Transporte de Pessoas com Deficiência;  
Centro de Férias e Lazer.

Por fim, apresentam-se *Outras Prestações dependentes da verificação de condição de recursos*, que se constituem também como instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social, designadamente:

**4. Complemento solidário para idosos - CSI**, uma prestação monetária integrada no Subsistema de Solidariedade do Sistema de Protecção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem. Actualmente, o CSI destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, tendo sido o acesso a esta prestação alargado de forma progressiva. A atribuição do Complemento Solidário para Idosos depende da apresentação de um requerimento à Segurança Social. Para ter acesso ao CSI é necessário demonstrar que o candidato reúne as condições exigidas para a sua atribuição.

**5. Subsídio Social de Desemprego**, uma prestação garantida aos trabalhadores por conta de outrem, que integra medidas activas e passivas de inserção e que se traduz num apoio pago em dinheiro para compensar a perda de rendimento devido a desemprego involuntário, quando:

- não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente)
- o rendimento do agregado familiar, por pessoa, não for superior, em 2009, ao valor de €335,38 (80% do Indexante dos Apoios Sociais – IAS).

Mais informações  
Consulte o E-mail:  
[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)  
Ou Guias Práticos  
Ou ligue para o Via  
Segurança Social  
808266266

## ÍNDICE

“Quem é o meu próximo”?	5
Primeiro, o espanto!	11
Pobreza, indicadores e conceitos afins	16
A pobreza em Portugal	24
Pobreza e igualdade de género	27
Erros e mitigações	29
Porque esperam “que o Estado resolva tudo?”	35
O enfoque cultural e religioso	39
Princípios e valores da Doutrina Social da Igreja	42
A metodologia de intervenção própria da Cáritas	47
Para um modelo de desempobrecimento	58
O grupo de voluntariado local como agente de desempobrecimento	65
Estórias e histórias	71
Reflexões partilhadas	79
Protecção e Inclusão Social	91

